



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A CONTRIBUIÇÃO DE MARIA STELLA DE AZEVEDO DOS
SANTOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM DEBATE
SOBRE NOSSAS FORMAS DE EDUCAR**

AGATHA DA SILVA LEITE

Sob a Orientação do Professor
Amauri Mendes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L533c Leite, Agatha da Silva, 1990-
A contribuição de Maria Stella de Azevedo dos Santos para a educação brasileira: um debate sobre nossas formas de educar / Agatha da Silva Leite. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
86 f.: il.

Orientador: Amauri Mendes Pereira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Educação. 2. Educação Afro. 3. Mãe Stella de Oxóssi . 4. Candomblé. I. Pereira, Amauri Mendes , 1951-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 17 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.003308/2024-15

Seropédica-RJ, 23 de janeiro de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

AGATHA DA SILVA LEITE

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/11/2023

Membros da banca:

AMAURI MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

THAMIRES DA SILVA RIBEIRO. Dra. UNIRIO (Examinadora Externa à Instituição).

CARLOS ALBERTO IVANIR DOS SANTOS. Dr. UFRJ (Examinador Externo à Instituição).

JAQUELINE GOMES DE JESUS. Dra. IFRJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 23/01/2024 18:49)

AMAURI MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 2131782

(Assinado digitalmente em 24/01/2024 12:48)

THAMIRES DA SILVA RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 058.785.317-47

(Assinado digitalmente em 24/01/2024 10:26)

JAQUELINE GOMES DE JESUS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 852.352.021-04

(Assinado digitalmente em 24/01/2024 10:52)

CARLOS ALBERTO IVANIR DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 336.127.067-72

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **17**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **23/01/2024** e o código de verificação: **99eae0add1**

AGRADECIMENTOS

A Olódùmarè que me sustentou e me sustenta todos os dias. Ao meu pai Oxóssi que me cuida desde o ventre de minha mãe. Sem a sua sustentação e silêncio em forma de afago essas linhas não existiriam; Okê Arô meu pai!

Agradeço à Maria Mulambo por ser o poder feminino que ginga a minha vida; Laroyê Pombagira!

Agradeço minha mãe e irmã, mulheres das quais sou a soma e resultado.

Agradeço ao meu pai carnal por ter se reaproximado de mim e aceitado quem eu sou.

Meus três sobrinhos que são meus maiores tesouros na vida.

Irmãos, carnis e espirituais.

Minha Ex supervisora de estágio Thamires Ribeiro, minha eterna amiga que tanto amo e que me ajuda todos os dias.

À Professora Kelly Murat que desde a graduação me incentivou a entrar para o mestrado. Se hoje estou aqui, foi pelo messenger com o edital de mestrado da PUC-RJ que chegou em meu celular me despertando de novo para esse sonho.

À Professora Joyce Alves, que me convidou a realizar o processo seletivo e me auxiliou em todas as etapas; você é gigante e um exemplo de profissional e ser humano para mim.

Agradeço à minha amiga gêmea Rosiani Lau, que segura a minha onda quando minha mente bambeia, e que também compartilha comigo todos os momentos de felicidade.

Agradeço toda a ancestralidade. Ao povo preto que lutou para que eu estivesse hoje viva e de cabeça erguida. Agradeço a ancestralidade LGBTQIAPN+ pela luta e resistência para sermos quem somos e falar por nós.

Ao meu orientador Amauri Mendes, que com sua “Pedagoginga”, sempre pedindo para eu segurar firme, me ajudou a caminhar até aqui como um grande mestre faz com um eterno aprendiz.

Minhas amigas, todas elas, sem exceção. Não colocarei nomes pois posso cometer o erro de esquecer alguém. Eu amo vocês e nunca vou esquecer que quando a gira girou, vocês suportaram.

Agradeço as professoras Jaqueline Gomes e Thamires Ribeiro pela gentileza de estarem presentes na minha banca. Da mesma forma agradeço ao Professor Ivanir dos Santos. Agradeço também à Professora Liliana Rodrigues que esteve presente em minha qualificação.

Agradeço à Done Neli T’ Oya, Ekesji Verônica de Ogunte e Ekesji Nelian de Agé, por terem me salvado de mim mesma, por terem me cuidado como uma mãe cuida dos filhos e de quem precisa de oxigênio para sobreviver. Se hoje estou terminando esse trabalho é graças a mão dessas mulheres de Axé no meu Ori e na minha vida, assim como construí por dois anos um trabalho sobre o poder matriarcal, foi a mão de três mulheres que me tiraram do abismo: Aho boboy!!

Por fim, agradeço a mim, por não ter desistido. Por ter buscado ajuda. Por ter segurado na minha mão e me levantado da cama. Eu hoje sei que sou digna de ocupar esse espaço. Axé!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

RESUMO

LEITE, Agatha Silva. **A contribuição de Maria Stella de Azevedo dos Santos para a educação brasileira: um debate sobre nossas formas de educar**. 2023. 86p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

A presente dissertação de Mestrado tem como objetivo apresentar as contribuições de Maria Stella de Azevedo dos Santos para a educação brasileira: uma mulher de ancestralidade preta, dissidente da heterossexualidade e Ialorixá. Para tanto, parto de um breve estudo sobre a formação social-racial brasileira, argumentando como a ação de eugenistas estabeleceu barreiras que impediram a plena inserção da pessoa negra na vida social, particularmente na educação, e comparo com a situação da pessoa negra na educação brasileira contemporânea. O estudo de Ruth Landes (2002) intitulado “A Cidade das mulheres”, é importante também na medida que desvela, o poder de mulheres soteropolitanas em seus terreiros de candomblé, mas, também, passagens de racismo no cotidiano das relações sociais e papéis de gênero estabelecidos à época. Abordo, ainda, a grandiosidade da vida de Mãe Stella de Oxóssi, e a história da fundação do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, a sequência de Ialorixás da casa, bem como o legado social deixado por Mãe Stella na construção de um museu, biblioteca e uma escola municipal.

Palavras-Chave: Mãe Stella De Oxóssi; Ilê Axé Opô Afonjá; Estudos Afro-brasileiros; Educação antirracista.

ABSTRACT

LEITE, Agatha Silva. **The contribution of Maria Stella de Azevedo dos Santos to Brazilian education: a debate on ours ways of educating**. 2023. 86p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This Master's thesis aims to present the contributions of Maria Stella de Azevedo dos Santos to Brazilian education: a woman of black ancestry, dissident of heterosexuality and Ialorixá. To this end, I start from a brief study on Brazilian social- racial formation, arguing how the action of eugenicists established barriers that prevented the full insertion of black people in social life, particularly in education, and compare it with the situation of black people in education contemporary Brazilian. The study by Ruth Landes (2002) entitled "The City of Women", is also important as it reveals the power of women from Salvador in their Candomblé terreiros, but also passages of racism in everyday social relations and roles of genre established at the time. I also discuss the grandeur of the life of Mãe Stella de Oxóssi, and the history of the foundation of the Ilê Axé Opô Afonjá terreiro, the sequence of Ialorixás of the house, as well as the social legacy left by Mãe Stella in the construction of a museum, library and a municipal school.

Keywords: Mother Stella De Oxóssi; Ilê Axé Opô Afonjá; Afro-Brazilian Studies; Anti-racist education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Minha mãe, escorpiana; filha de Iansã e Oxóssi e a mulher que mais admiro no mundo. e eu;

Figura 2 - Mãe stella de Oxóssi Segurando Arco e flecha, um dos símbolos de Oxóssi. Fotografia de Antonello Veneri;

Figura 3 - quadro a redenção de Cam;

Figura 4 – Retrato de rosto da Antropóloga Ruth Landes;

Figura 5 - Retrato de rosto de Mãe Stella de Oxóssi sorrindo;

Figura 6 – Retrato retirado do Google Imagens do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados do relatório do IPEA do ano de 2022, que apresenta dados quantitativos sobre a relação negros e educação.

Gráfico 2: Raça/cor, renda familiar per capita e indicadores socioeconômicos dos estudantes de ensino médio inscritos no Enem 2020. Dados do IPEA.

Gráfico 3: Taxa de analfabetismo no Brasil segundo grupos de idade e cor ou raça. Dados do IBGE (2022).

LISTA DE SIGLAS

UNEB Universidade do Estado da Bahia

COVID-19 doença respiratória causada pelo novo Coronavírus

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

PUC Pontifícia Universidade Católica

LGBTQIAPN+ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queers, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, Pansexual/Poli, pessoas não binárias entre outras.

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

PPGEDUC Programa de pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneo e Demandas Populares

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FIES Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	1
II. RAÇA E BRANQUEAMENTO: UM HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO NO PAÍS E SEUS EMBATES NA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS... 5	
2.1 A pessoa negra e educação: um cenário contemporâneo que reflete as mazelas das Políticas públicas de não inserção da pessoa negra no sistema de ensino. 19	
III. RUTH LANDES E SALVADOR: SOBRE RACISMO E PAPÉIS DE GÊNERO.....	28
IV. MARIA STELLA DE AZEVEDO DOS SANTOS: A IALORIXÁ EDUCADORA.....	37
V..ILÊ AXÉ OPÔ AFONJÁ: ESPAÇO EDUCADOR.....	58
VI.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

APRESENTAÇÃO
CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES DE UMA PESQUISA: MEMÓRIAS E ENCONTRO

Figura 1



*“Oxóssi, o Senhor da caça
O Senhor da comunidade
O Senhor do silêncio
Aquele que está sempre
alerta E sempre observa tudo que está a
sua volta Aquele que nada deixa escapar
Nós não podemos negar
Somos caçadores”
(Grupo Ofá)*

Nunca fui uma boa aluna. Sabe aquela que todas as pessoas olham e dizem: com certeza vai longe? Não, nunca fui. Quem olhar as minhas notas do primário até o final do ensino médio vai ler: péssimas. Inclusive, me formei no ensino médio com duas matérias pendentes, só consegui o diploma um ano depois, em 2008. Nunca tentei sonhar, nunca prestei vestibular, nunca imaginei caminhar esse tanto. Esse Nunca é a palavra que mais escutei até hoje, perto de fazer 34 anos. Sempre pensei que sonhar não é para todo mundo. Não via ninguém da minha

família entrando em faculdades públicas. Nem amigos, nem ninguém por perto. Para contextualizar quem sou eu: nasci em Campo Grande, Hospital Rocha Faria, no dia 01 de abril de 1990, 19h45. Fui criada no bairro de Guaratiba – Jardim Monteiro, Rio de Janeiro. As minhas únicas riquezas da infância era ter a oportunidade de catar manga e comer na hora, pé de acerola, pitanga, cana, jaca... E muita poeira brincando até tarde na rua. Amava ser criança e não queria ser nada, além disso. Talvez, meu maior sonho fosse continuar criança para sempre. Porém, minha infância terminou bem cedo, aos 9 anos.

Ao voltar da escola e antes de sentar para ver a série malhação, fui ao banheiro e me deparei com algo que eu mais temia: havia menstruado. Aos 9 anos. Comecei a ter que lidar com as consequências disso como dores, controle do meu corpo, pois eu já era mocinha e precisava aprender trabalhos domésticos. Catar manga e cana foram se tornando uma lembrança de outra vida. Assédios, homens que iam a minha casa e espiavam pela janela, homens mais velhos me perseguindo na rua: meu corpo de “mocinha” começou muito cedo, e isso me causava muita raiva. E eu me odiei por muito tempo. Na adolescência descobri algo que destruiria meu laço familiar por um longo período, dos meus 17 aos 21 anos: descobri-me lésbica. Ameaças de todos os membros da família, o único caminho para mim era a cura. E eu tentei, procurei apoio religioso, passei por psicóloga que disse que realmente eu estava errada e precisava mudar. Então tentei, passei pelo estupro corretivo e o estupro criminal, aos 18 anos. E o ódio só aumentava. E eu só guardava. Aos 21 entrei para a faculdade de Serviço Social na Universidade Candido Mendes; estava bem barato, com bolsa daria para pagar e eu poderia ter pelo menos um diploma. Essa era uma parte da minha vida que eu teria o poder de controlar. Entrar para a academia me fez enxergar novos horizontes e possibilidades para mim, mesmo que o que eu pense hoje não seja a mesma coisa que há 10 anos. Muita coisa mudou. Mas foi ali, na Universidade, que eu entendi que poderia começar a sonhar. Entendi o que era o conceito de gênero. Fui às primeiras manifestações políticas da minha vida. Apoiei a greve geral das professoras; comecei a compreender o que viria mais adiante. No meu Trabalho de Conclusão de Curso escolhi falar sobre gênero e violências contra as mulheres. Minha intenção era buscar compreender o que alunas e alunos do curso de Serviço Social entendiam sobre questões como violências, papéis de gênero e sexualidade. Tive essas motivações por presenciar em diversos momentos discussões completamente conservadoras que esmagavam o código de ética da profissão; vinham de discentes e docentes. A partir disso, comecei a realizar cursos sobre gênero e sexualidades. Meu primeiro artigo científico foi publicado pelo congresso internacional “Enlaçando sexualidades”, organizado pela UNEB. Fui à Bahia e estive ao lado de gente tão grande e tão importante que na época eu nem imaginava. Apresentei o trabalho ao lado de doutores e doutoras.

Mas o que mais me surpreendia era o fato de eu estar na Bahia; ela me pegou pela mão e disse: filha, você também é uma mulher negra. Olhe para essas pessoas, são iguais a você. Ser uma mulher negra e lésbica me causou muita confusão. Já não bastava ser lésbica, eu tinha que ser negra? Retornei para a infância e entendi os vários episódios de racismo e compreendi todos os que vieram a seguir; sempre a trabalhadora doméstica, sempre a mulher que pode entrar na casa de uma mulher branca, não para se relacionar, mas sim para roubar, a que nunca teria o perfil de namorar uma mulher branca e loira, fora outros xingamentos que não cabe escrever aqui. Nunca a Assistente Social e nunca a Educadora. Dando um pequeno salto na linha do tempo da minha vida para o ano de 2020. Pandemia da Covid-19. Era uma sexta e seriam só 15 dias. Despedi-me das crianças que eram atendidas por mim enquanto Educadora Social, e aguardei passar 15 dias. Mas como bem sabem os 15 dias duraram meses e depois anos. Medo! Estava morando sozinha pela primeira vez na vida. Fiquei isolada em um apartamento que mal entrava luz solar. Foi quando uma ex-professora e orientadora de TCC me enviou uma mensagem: “Agatha, vai abrir Mestrado para PUC, tenta!”. Achei engraçado, naquele momento, eu estar extremamente desacreditada de tudo, e uma mulher que eu admirava escrever isso para mim. Perguntei o motivo de ela estar me falando aquilo, no que ela respondeu: “Você consegue!”. Então tentei. Escrevi meu primeiro pré-projeto de Mestrado em meio a um apocalipse com o tema “A violência contra a população LGBTQIAP+ em período de pandemia da Covid-19 no cenário brasileiro”. O texto era bom, o objetivo era analisar como se encontrava essa população em isolamento social junto aos seus familiares ou em Centros de acolhimento da Prefeitura do Rio de Janeiro. Não passei. Logo em seguida conheci o grupo “Pontes para a diversidade sexual e de gênero” da UFRRJ. Mande mensagem e perguntei se precisavam de voluntária. Logo me responderam. Nosso caso começou muito rápido; já com demandas que precisavam ser atendidas por uma Assistente Social. Foi um processo de esperar caminhar junto com esse grupo em um período tão difícil onde os abismos sociais ficaram cada vez mais claros: e clareza aqui não significa sabedoria. Nessa caminhada, fizemos “lives” no Youtube e montamos um pré-vestibular social preferencialmente para pessoas Transexuais e Travestis. Conheci o Professor Jonas Alves, que muito nos auxiliou nesse processo com tudo o que precisaríamos e o apoio que tínhamos da UFRRJ; ganhamos até uma sala. Por curiosidade, perguntei a uma amiga se na Universidade existia Mestrado em Serviço Social. Não tinha. Jonas respondeu que abriria vaga de orientação para o Mestrado em Educação, e eu poderia tentar. Sempre atuei como Educadora Social em projetos sociais, inseridos em territórios de favelas com adolescentes homossexuais e crianças. No momento de escrever o pré-projeto para o PPGeduc era educadora de crianças de 6 a 9 anos, moradoras do morro dos macacos, Encontro e Lins, no Bairro de Engenho Novo, em uma rua onde Clementina de Jesus já morou. E isso me levou para uma encruzilhada: atendia crianças majoritariamente negras, trabalhava com elas suas ancestralidades e pertencimento

territorial. Também atuava em um coletivo LGBTQIAP+. Eu sentia ausência de debate nesses dois espaços sobre raça, gênero e sexualidades. Questionei-me então: como estão às pessoas negras LGBTQIAP+ nesse período de pandemia? Como está o acesso a educação? Será que existe não um duplo, mas um triplo isolamento social? A partir disso, construí mais um pré-projeto de mestrado “O acesso da população negra LGBTQIAP+ à educação em período de pandemia da covid-19 no cenário brasileiro”. Professor Jonas muito me orientou sobre a escrita. Marcou uma reunião para tirar dúvidas. Senti-me acolhida sem nem entrar para a Universidade. Escrevi. Enviei. Meu corpo parou. Paralela a esta escrita, eu tinha consulta com uma psicóloga toda semana e eu sempre reclamava: não estou tendo forças mais, eu chego do trabalho e não consigo fazer nada. Só quero chorar. Só quero me esconder. Eu disfarço no trabalho. Não estou conseguindo dar o meu melhor para as crianças. Um mês depois meu corpo já não respondia a nada. Literalmente. Eu não podia mais me mexer, nem me alimentar, nem tomar banho, nem pensar; era mais um episódio de depressão. Decidi pela primeira vez na minha vida que precisava de ajuda psiquiátrica. Foi terrível marcar uma consulta. Precisei que minha irmã me colocasse em seu plano de saúde. Precisei de uma rede de apoio muito forte que me incentivasse a não morrer. Comecei meu tratamento com medicações. Precisei lidar com os efeitos colaterais que eram terríveis, e ainda é. Descobri que vivo com depressão desde os 9 anos de idade; quando minha menina negra que só queria brincar virou mocinha. Nesse meio tempo descobri que não havia passado para o Mestrado do PPGeduc, só cheguei bem perto. No momento eu agradei: como eu conseguiria estar no Mestrado se eu mal estava conseguindo lidar com a minha mente e meu corpo? Com tantas crises de ansiedade e de pânico? Pensei que realmente esse caminho não era para mim. Comecei meu tratamento terapêutico por meio de um projeto que atende pessoas LGBTQIAP+ de forma voluntária, o “Acolhe LGBT”. Tirei uma sorte grande, recebi o privilégio de ser atendida por uma psicóloga preta e lésbica. E é aqui que inicia o meu novo projeto de dissertação de Mestrado. Quando um corpo negro lésbico no mundo começa a entender que suas dores perpassam por estruturas racistas e heteronormativas, toda a nossa vida passa pela cabeça. Ter que encarar todas as minhas dores foi pior do que aguentar os efeitos colaterais dos antidepressivos. Logo após uma das consultas recebi um e-mail: “Agatha, houve uma desistência, gostaríamos de saber se ainda existe interesse de estudar conosco. Seu orientador será Amauri Mendes”. Eu confesso que travei na parte que alguém tinha desistido e que a vaga seria minha. Eu já não sonhava mais com isso. Na verdade, não estava mais sonhando. Minha maior conquista era continuar viva todos os dias. De imediato respondi que sim! No dia seguinte já tinha enviado toda a documentação. Mas, quem era Amauri Mendes? Eu só conhecia a Professora Joyce Alves. Contudo, topei o total desconhecido, aquele prazer era meu e eu não queria perder de vista... Com o início das aulas fui me redescobrir. Hoje digo que a terapia junto com a disciplina optativa sobre gênero e linguagem fez eu me redescobrir como mulher lésbica e que eu poderia

falar. Então, pensei: eu quero falar sobre quem? Para quem? Ah, eu quero falar também sobre mim, para as minhas iguais. Então decidi, era sobre mulheres negras e lésbicas que eu queria escrever. No dia que decidi levar essa proposta ao meu Orientador, tive consulta com a minha terapeuta e disse sobre o meu receio de não ser ouvida, ou da pesquisa ser vista como irrelevante. Eu não tinha escureza do caminho que eu queria seguir, mas com toda certeza era o único que fazia sentido. Surpreendentemente, antes que eu falasse qualquer coisa, como se meu orientador fosse um grande leitor de mentes, ele me sugeriu a leitura de “A cidade das mulheres” da autora antropóloga Ruth Landes. Nunca tinha ouvido sequer falar do nome dela. Pesquisei sobre ela, assisti um documentário sobre o livro, vídeos sobre a pesquisa de Ruth Landes na Bahia. Sabe a estudante que se viu negra na Bahia quando apresentou seu primeiro artigo científico no meio de doutoras e doutores? Senti-me ali, novamente. Tudo começou a se desenhar na minha cabeça. O professor também me disse: e Mãe Stella de Oxóssi? Como assim Mãe Stella de Oxóssi?... Ok. Fui pesquisar. Apaixonei-me novamente e retornei para a Bahia. Lendo Ruth Landes e descobrindo mais sobre Mãe Stella, me senti perto de muitas coisas que fazem sentido para mim: estar perto de mulheres negras; estar com pessoas negras; ter uma rede de afeto com pessoas negras; olhar para mulheres lésbicas e negras com a empatia que eu quero me olhar. Com a empatia e necessidade de uma pesquisadora para com o que aconteceu na cidade das mulheres registrada por Ruth Landes. No meio do caminho encontrei “Odê Kaiodê = caçador de alegrias”¹: Maria Stella de Azevedo dos Santos uma mulher magistral, grande mãe, líder religiosa, enfermeira, companheira de outra mulher, educadora e consciente de seu lugar no Aiê = Terra, em Yorubá. Senti uma força que me impulsionou a desbravar Stella, de onde veio, quem foi, e ainda é, essa força. Quais caminhos percorreu? Qual sua ligação com a educação? E que educação seria essa? Particularmente sempre fui chamada pela religião de raiz Africana. Já fui médium de Umbanda, mas o Guia da casa disse que lá não era o meu caminho. Não entendi no momento, mas sempre senti no meu corpo sensações diferentes, que hoje, depois de dois anos estudando (muito pouco, pois a grandiosidade de Stella e dos candomblés jamais caberão em um trabalho de Mestrado), entendi que é chamado de Orixá. Por muitas vezes, por meio dos jogos de Búzios, tentei buscar quem era meu Orixá de Ori = cabeça, mas nunca ocorreu, ele sempre se escondeu. Dois anos depois, passei mal em um Candomblé, apaguei. Quando voltei era Oxóssi quem tinha pego a minha cabeça, e nos jogos de búzios foi confirmado. Estou trazendo isso pois como meu orientador sempre diz, nada é o acaso, tudo se alinha e faz sentido. Nossa ancestralidade trabalha para nos colocar em nossos lugares de axé. Me sinto extremamente feliz e grata, pois Oxóssi também era Orixá de Ori de minha mãe carnal, e por ele, sempre tive imensa devoção. Hoje, enxergo a minha pesquisa como uma grande jornada de explorações e auto descoberta. Caminhos que precisei trilhar fisicamente e intelectualmente para

1 Será explicitado no decorrer da dissertação.

entender o motivo de estar aqui hoje, escrevendo essas linhas e reformulando a minha forma de pensar a espiritualidade em conjunto com a intelectualidade

I. INTRODUÇÃO

*“Dê o primeiro passo
que Exu lhe dará o
caminho”*



Figura 2:

Entendendo que sou um corpo e mente que produz conhecimento sobre o que me é conhecido, vivenciado e escrito, baseando-me em pesquisas alicerçadas em referências bibliográficas e documentais. Tentarei por meio da presente pesquisa de dissertação desvelar a neutralidade do processo de pesquisar como uma ação que pode contar em seu caráter a intimidade e a personalidade de corpos diversas de quem as escreve: tudo o que aqui será lido é íntimo e pessoal.

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais negras/is residem: “Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito específica”; “Esses são fatos objetivos?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. (KILOMBA, 2019, P. 51).

Por isso, a escolha do presente tema se deu por meio do amadurecimento de ideias durante os grupos de estudo sob supervisão do meu orientador Amauri Mendes Pereira e da troca com outros colegas de turma. É preciso dizer que essa confluência ¹de ideias se deu no meu campo emocional primeiramente e, em seguida, minha intelectualidade entendeu o caminho que meu corpo gostaria de seguir na caminhada dentro do Mestrado.

Diante disso, o que pude vivenciar até o momento me possibilitou vislumbrar um novo objeto da minha pesquisa desde a elaboração do anteprojeto para meu ingresso no Mestrado. Antes, gostaria de entender como estava sendo o acesso à educação da população LGBTQAIPN+ negra em período de pandemia, pois observava enquanto Educadora de crianças de 6 a 9 anos, majoritariamente negras e moradores de favelas do Rio de Janeiro, no Morro dos Macacos, do

¹ Conceito de Nego bispo. Disponível em: [ANCESTRALIDADES - Nêgo Bispo](#) . Acesso em: 15/10/2023.

Encontro e São João foram afetadas pelo ensino remoto e a insegurança alimentar. Em paralelo, durante atuação no coletivo LGBTQAIPN+ Pontes da UFRRJ, como voluntária, pudemos elaborar um pré-vestibular social para a inserção de pessoas transexuais, travestis e pessoas não binárias e outras lgb's na Universidade, e percebemos também a fragilidade que a pandemia² causou a esse público no acesso as aulas; como a falta de acesso a uma rede de internet, além da falta de tempo para frequentarem as aulas, pois muitos precisavam trabalhar, além da insegurança alimentar.

Costurando essas vivências que também são minhas, senti-me curiosa para me aprofundar mais nesse objeto de estudo, contudo algo ainda me incomodava. O que eu gostaria de falar era sobre ser mulher lésbica, ou ser mulher que se relaciona com outras mulheres, e assim pude conversar com meu orientador que prontamente me deixou a vontade para seguir esse caminho. Pontuo também que a decisão se deu ao longo das aulas da disciplina “tópicos especiais: Gênero, educação e linguagem”, na qual eu, mulher lésbica e negra poderia ter espaço para falar.

Intensificando os encontros no grupo de pesquisa, fui apresentada à Antropóloga Ruth Landes e seu estudo sobre “A Cidade das Mulheres” e logo em seguida tomei conhecimento da grandiosidade de Mãe Stella De Oxóssi e os episódios de sua vida tão intensa e apaixonante. Embarquei junto com Landes na cidade de Salvador, e a acompanhei registrando cenas que a fizeram perceber o poder material e moral de mulheres – especialmente mãe senhora... - naquela Cidade. Ao longo da pesquisa meu olhar sobre a educação para as relações raciais no país precisa tomar fôlego com nossa ancestralidade, nossos mais velhos que vem abrindo caminho a passos firmes e, muitas das vezes, pagando com a própria vida para que estivéssemos aqui. Por isso Mãe Stella. Por isso Mãe Stella e outras formas de educar.

O primeiro capítulo pretende apresentar a importância decisiva da ideia de eugenia, na construção do Estado nacional republicano, pós a promulgação da libertação de pessoas escravizadas. A ânsia das elites intelectuais e políticas por reformular o país, para que ele tomasse uma nova forma de nação evoluída era profunda. Pessoas negras aqui só serviam para serem escravizadas, tirando isso delas, seus corpos e intelectualidades culturais eram exemplos de atraso no acesso à educação de pessoas negras.

Aponto também o conceito de branquitude como forma de apresentar como há um consenso entre pessoas brancas de que os problemas raciais não são deles, e, se são, não reconhecem que são privilegiados por essas estruturas racistas na sociedade brasileira. Por fim, apresento brevemente um cenário atual da situação de sujeitos negros na educação brasileira.

² Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/visivel-e-invisivel%E2%80%8B-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 15/04/2022.

No segundo capítulo apresento o estudo da Antropóloga Ruth Landes que teve como propósito observar os tensionamentos nas relações raciais brasileiras. No que a pesquisa foi sendo desenvolvida, Landes descobre uma cidade que é comandada e feita por mulheres pretas e de Axé, com poder dentro e fora de seus terreiros de Candomblé. São expostos casos de racismo que ela vivenciou durante sua viagem para o Brasil, e em seu encontro com Oswaldo Aranha, onde ele diz que o atraso político do país se deve às pessoas negras. Também apresenta questões sobre papéis de gênero e família encontrados por ela por meio de conversas com grandes autoridades do candomblé de Salvador. Expõe, ainda, o boicote sofrido por ela no meio acadêmico por ter falado sobre matriarcado e homossexualidades dentro de terreiros de candomblé, com o qual eu me alinho, no ensejo de questionar sobre como as corpas que carregam diferentes vivências são silenciadas; ou se é uma coisa ou outra.

O terceiro capítulo tenho a honra de escrever sobre Maria Stella Azevedo dos Santos: A Ialorixá educadora! Me esforço por colocar de forma respeitosa e correta minhas descobertas sobre sua vida como pessoa física e Ialorixá, como seu pai Oxóssi se apresenta, e como o sagrado para ela se alinha à educação. Essa postura e ação eu considero revolucionária, pelo fato de que uma mulher preta de Axé ousou se levantar e movimentar estruturas educacionais, que até então negavam as vivências do povo preto brasileiro, a herança cultural africana e a religiosidade herdada de nossos ancestrais. Apresento também, com o respeito que me cabe enquanto pesquisadora e pessoa mais nova, apresentar uma vida de Mãe Stella no que se refere a sua orientação sexual. Não a nomeio, pois a mesma não fez isso em vida, contudo nunca escondeu suas relações com outras mulheres. Enquanto pesquisadora negra e lésbica acho pertinente esse fator ser colocado em registro, para que se saiba que nosso corpo, por meio de nossas escolhas, também educam quem está nos enxergando. Demonstro comentários realizados em uma matéria que intitula Mãe Stella como mulher lésbica; todos carregados de lesbofobia. Por fim, Mãe Stella de Oxossi é apresentada com todas as suas reverências, condecorações e feitos para o avanço da sociedade brasileira e entrevistas cedidas por ela para demonstrar sua intelectualidade e oralidades que foram registradas por meio de documentos.

O quarto capítulo apresento a casa de Mãe Stella: O Ilê Axé Opô Afonjá. A sua trajetória matriarcal, a sua importância enquanto patrimônio negro cultural brasileiro. O empenho de Stella em construir um museu, uma escola e uma biblioteca para a comunidade entorno do Terreiro. Cabe ressaltar que todas as informações sobre o terreiro foram conseguidas por meio de consultas documentais e bibliográficas, pois houve dificuldades em acessar o espaço e pessoas próximas a Stella e ao Ilê.

Apresento minhas considerações finais a respeito do presente estudo, e tento elaborar a

importância da pesquisa realizada, pontuando minhas colocações a respeito do caminho trilhado até aqui.

Por fim, cabe ressaltar que o presente estudo tem caráter exploratório, objetivando que tudo o que foi encontrado e registrado possa contribuir para o campo da educação e outras áreas do conhecimento, tendo em vista que a educação para as relações raciais vem ganhando força no país e é necessário que se conheça mulheres como Maria Stella de Azevedo dos Santos e sua contribuição, para o surgimento e difusão de novas visões e práticas educativas mais amplas, plurais e consistentes, isentas de preconceitos de quaisquer tipo.

Para Gil, a pesquisa exploratória é:

Realizada em casos em que o tema escolhido para a pesquisa é considerado pouco explorado, buscando assim proporcionar uma visão mais aproximada do fato ou fenômeno estudado. Segundo o autor, "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores." (GIL, 2008, p.27).

A pesquisa teve caráter bibliográfico e documental, pois todo o conteúdo que aqui será apresentado foi consultado, analisado e escrito por meio de leituras de autoras e autores. Entrevistas analisadas, comentários problematizados e questionados.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p.51).

Dessa forma a pesquisa foi estruturada, para que reflexões e novos questionamentos possam surgir, não tendo como pretensão esgotar o tema, mas começar a falar sobre as várias identidades que Mãe Stella carregava e ainda carrega consigo; e de que forma pode-se conseguir, em algum momento, realizar entrevistas e visitas ao terreiro.

II. Raça e branqueamento: um histórico de construção no país e seus embates na educação de pessoas negras

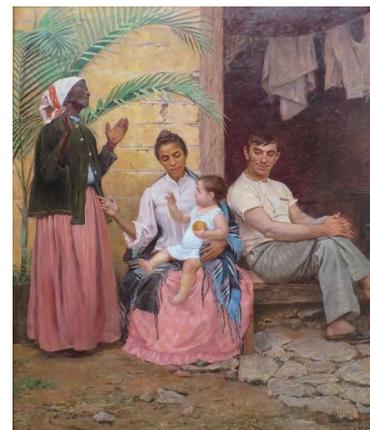


Figura 3

Ao falarmos sobre questões de raça e racismo no Brasil, identifica-se que nas relações raciais é como se pessoas brancas não fizessem parte dessa problemática; como se o problema das desigualdades raciais não fosse uma questão de relações raciais sociais. O mais comum, é pessoas brancas não perceberem, ou não admitirem que sejam herdeiras históricas de privilégios e vantagens sociais, demarcados por sua cor de pele, cabelos lisos, e outras características físicas. Isso, é o que Cida Bento (2022) designa branquitude..

A racialidade de pessoas brancas é tratada por Bento (2022), em seu texto “branqueamento e branquitude no Brasil”.

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.(BENTO, 2022, p.1)

Ela mostra, por exemplo, como o medo de negros por pessoas brancas é construído nas relações sociais. Bento (2022) afirma que no processo de racismo o branco aparece somente como modelo de humanidade, sendo invejado por outros grupos raciais por deterem o poder de passabilidade racial, e por isso ascendendo em espaços onde outros grupos que não sejam brancos não terão a mesma oportunidade de se inserir. Ao longo de suas pesquisas, a autora aborda um problema dos brancos em refletir sobre sua condição racial; em torno das desigualdades raciais. E a ausência dessa reflexão caracteriza-se como “uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado”. (BENTO, 2022, p. 2).

A autora nomeia essa ausência de reflexão como um “pacto da branquitude”, uma forma de acordo entre sujeitos brancos para que não se percebam como parte do problema do racismo no Brasil. Indica ainda que conforme avanços do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e

Desigualdades ficou mais evidente que entre pessoas brancas ditas progressistas, comprometidas com a luta pelo fim das opressões e desigualdades, havia um silenciamento que constituía uma proteção ao seu grupo de pessoas brancas.

Eles reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes. (BENTO, 2022, p.3)

Bento (2022) defende que é necessária a discussão sobre a herança das pessoas brancas para debater as desigualdades raciais. Para a pesquisadora, há relação entre o passado escravocrata com a realidade do negro na contemporaneidade, contudo, a branquitude se anulou do seu passado, não discutindo as mazelas ocasionadas pela escravidão e não tomando parte de sua responsabilidade. Bento (2022) nos mostra que a branquitude está atrelada ao colonizador e em seu discurso europeu, disseminando seus status e valores. Essa visão determinou o espaço de pessoas do homem branco como superior às pessoas não brancas, as/os/es colocando como “universais”, aquelas cujas as identidades fogem do padrão de “bárbaros”, “pagãos” e “selvagens”. Em sua tese de Doutorado, Bento (2022) evidencia um relato de pesquisa em que coloca o olhar do branco sobre a pessoa negra na sociedade brasileira atual.

Muitas amigas minhas às vezes vão para Salvador e falam que estão na praia. Às vezes pedem para uma pessoa, um cara negro, que está lá sem fazer nada, para pegar um coco. O cara não vai, está com preguiça de pegar. Nem sendo pago para isso, sabe? Então, nessa questão da preguiça, dessa letargia, isso vem desde a escravatura, sabe? (BENTO, 2022, p.18).

A autora referencia esse episódio como resquício da escravidão, onde a entrevistada se coloca como a sinhazinha que não pode ela mesma se levantar e pegar sua água de coco, vendo no negro seu servo. Ela refere-se ao estigma do negro preguiçoso, quando segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a população negra trabalha duas horas a mais do que a branca, em qualquer parte do Brasil. Mais recentemente, em novembro de 2019, outra análise do Dieese indicou que a população negra trabalha mais e ganha menos em todos os estados do Brasil — a média é de 30% menos em comparação com os não negros, sendo as mulheres negras o grupo mais afetado, visto que trabalham quase o dobro do tempo para obter o salário de um homem branco. (BENTO, 2022, p.19).

No interior da produtividade econômica, o negro foi instrumento para a promoção de aumento da lucratividade, no açúcar e no café, produzindo riquezas aos senhores de engenho. “O tráfico foi o negócio mais importante do Brasil até a primeira metade do século XIX, e foi a

escravidão nas colônias que proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles”. (Ídem, p19).

E é no interior desse cenário de subalternização de sujeitos do continente africano por meio da escravização das suas corporalidades, religião, culturas, emoções e pensamentos, que o etnocentrismo, conceito que denota o europeu como centro de tudo e coloca os povos dos demais continentes, países, Estados, Municípios e bairros como outros, inimigos e sujeitos de segunda classe a serem barrados em seus núcleos sociais, se apresenta. E aborda como exemplo, os tipos diferentes de tratamentos levados às comunidades e regiões nobres e pobres do país. A autora expõe o relato de um comandante da Rota (tropa de elite da polícia militar de São Paulo), onde ele não possui nenhum receio em dizer que a abordagem deve ser diferenciada de acordo com o território:

São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia] da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região “nobre” de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado [...] se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui nos Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa dos Jardins que está ali, andando. (BENTO, 2022, p.25).

A autora caracteriza esse tipo de olhar como cegueira, que deixa a sociedade incapaz de enxergar quem de fato é responsável pela estrutura de corrupção, os que estão no poder, fazendo com que corpos pretos e favelados sejam alvos da culpabilidade penal e genocídio. A autora afirma que embora muitos políticos brancos sejam presos, acusados de corrupção, os famosos criminosos de colarinho branco, e ele é caracterizado não pela força bruta, mas por meio de anos de experiência na prática de crimes, o perfil desses criminosos em sua grande maioria são homens brancos:

Os criminosos de colarinho-branco, com frequência políticos e empresários, não são punidos embora exista legislação e ferramentas para puni-los, e os estudiosos destacam que uma das dificuldades está em enxergar esse perfil de pessoa como o de um criminoso. (BENTO, 2022, p.26).

Assim como o conceito de branquitude, pouco é conhecida e discutida entre a intelectualidade brasileira, a visão de que a república incrementou uma colossal política pública de imigração europeia, com o propósito de branquear a população brasileira. O texto de Carlos Vainer “Estado e raça no Brasil: notas exploratórias”, nos leva a caminhar por processos que demarcam a construção de raça no Brasil e como essa categoria está imbricada em inúmeras tentativas eugenistas, ou de ideias de hierarquização e purificação das “raças” humanas. Como país recém-saído da escravidão, havia uma grande interrogação sobre como as autoridades fariam com enorme população descendente de escravos, vistas como inferiores e incapazes de criar uma sociedade civilizada. Com espaços de trabalho desocupados, logo os grandes escravocratas precisariam lidar com a crescente improdutividade econômica.

A nova realidade em que se encontrava o país trazia questões sobre a criação de uma identidade nacional, como ocupar os territórios que antes os escravizados eram obrigados a realizar trabalho para seus senhores obterem riquezas, agora, com a falsa libertação de pessoas escravizadas, pois como afirma Martins apud Vainer (1990, p.104 e 105), “a abolição libertou o escravo da escravidão, mas não pretendeu libertá-lo do trabalho”, havia uma lacuna a ser preenchida e resolvida para que o país ganhasse um novo status de nação.

Vainer (1990) apresenta o racismo científico no país como fator que instrumentalizou ideias para a construção de um novo Brasil, que construiu a pergunta sobre com quem preencher o país para que a nacionalidade pudesse ganhar um novo status? Com os imigrantes europeus. Essa lógica estava alicerçada a ideia de que os ex-escravizados não possuíam qualificação, pois havia um consenso sobre a incapacidade do trabalhador nacional: pretos e indígenas.

O partido majoritário o desqualificava com base em seus ativismos étnicos. A herança indígena o vocacionava para o nomadismo, incompatível com a civilização; a herança negra tornava-o incompetente para o esforço continuado que vem da previdência e do cálculo econômico racional. Na síntese de Oliveira Viana, seria necessário recompor as bases da nacionalidade através da imigração. (VAINER, 1990, p.105).

Esse autor confirma essa visão, ao citar o decreto-lei nº528 de 28/06/1890, que tinha como objetivo a regulação da entrada de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil, mas que condicionava a vinda de indígenas asiáticos ou da África, que ficariam a mercê da aprovação do congresso nacional. Vainer (1990) relata que assim fica evidente como a nova república trataria da questão racial no país: negando aos negros de origem africana a sua entrada, embora eles tivessem sido mão de obra forçada que serviu ao país por quase quatro séculos, é deixado um recado significativo sobre a verdadeira intenção de construção da nova pátria: “ao Brasil o negro só interessou enquanto foi escravo”. (VAINER, 1990, p. 107).

Segundo Vainer (1990), o país se preparou legalmente para que a entrada de europeus fosse facilitada, tornando o processo de adequação ao trabalho facilitado, a fim de se fixarem nas fazendas. Evidenciando como o país tornou o processo de imigração de pessoas europeias com o objetivo de clarear a pele do país, são algumas propostas de lei, dentre elas consta a dos deputados Andrade Bezerra e Cincinato Braga, nº291 de 28/07/1921, que tinha como proposta a proibição de entrada de pessoas pretas.

A substituição da categoria “indígenas da África”, constante do decreto de 1890, por “indivíduos humanos das raças de cor preta” pretendia tornar mais abrangente o dispositivo discriminatório, de modo a obstaculizar a entrada de negros oriundos do Sul dos Estados Unidos e das Antilhas. (VAINER, 1990, p.107).

Vainer fala, também, de outro projeto de lei surgiu dois anos mais tarde, esse do Deputado

Fidélis Reis, que pretendia estipular a proibição da entrada de colonos pretos e diminuindo para 5% o total de pessoas amarelas que poderiam entrar por ano no país. A intenção em tratar indivíduos amarelos de forma diferenciada se deu ao fato da diminuição da entrada de imigrantes italianos no país, o que causaria uma lacuna nos campos de trabalho.

Fidélis Reis argumentava que a imigração deveria ser observada sob o viés da moral, etnia, aspectos sociais e políticos. Contudo, Fidélis pontuou que acima de qualquer outro aspecto o racial deveria estar acima dos outros. Embora o projeto não tenha sido aprovado, a ideia dos perigos da imigração voltou a ser discutida no I congresso Brasileiro de Eugenia. (VAINER,1990).

Com a perspectiva de “construir uma sociedade civilizada”, é que as elites intelectuais e políticas organizaram o I congresso Brasileiro de Eugenia, realizado na Academia de Ciências, no Rio de Janeiro, no ano de 1929. Em decorrência da discussão em torno de ideias eugenistas ganharem força nos espaços acadêmicos e políticos, tendo como objetivo a reafirmação dos ideais de pensadores que defendiam práticas eugenistas, se tornando assim um espaço que serviria para apontar os caminhos que seriam tomados para que o debate da eugenia tomasse forma e força no país. (TAMANO, 2022).

O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia teve a sua Comissão Diretora constituída pelo presidente do Congresso, Prof. Dr. Roquette-Pinto; um secretário-geral, Dr. Renato Kehl; e três seções específicas, cada qual com um presidente e um secretário- geral. A primeira seção era a de Antropologia e estava presidida pelo professor Dr. Fróes da Fonseca e pelo secretário professor Fernando R. da Silveira; a segunda seção era a de Genética, com o professor Dr. Álvaro Osório de Almeida na condição de seu presidente e do Dr. O. B. Couto Silva na qualidade de secretário; e, por último, a terceira seção designada à Educação e Legislação, sob a presidência do Dr. Levi Carneiro e da secretária Senhora D. Celina Padilha. Conforme consta no “Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Tempo Niterói Vol. 28 n. 3 Set./Dez. 2022 43-55 Nacional” (SANTOS; SILVA, 2006 APUD TAMANO, 2022, p.12)

Contando com a apresentação de mais de 75 trabalhos, o I Congresso Brasileiro de Eugenia teve discussões ligadas à educação física, imigração, educação, genética, antropologia, casamento, entre outros assuntos. Todos eles com o objetivo de promover a eugenia no país. Na “Acta e trabalhos” do congresso, encontra-se trabalhos e discussões orais realizadas ao longo da apresentação dos trabalhos. Dentre eles está o do Dr. Xavier de Oliveira, que defendia que a população nordestina era inferior fisicamente e que estava em processo de desaparecimento. Na “Acta” consta um trabalho intitulado “Da imigração europeia para o nordeste brasileiro”:

Historia a descendência de duas irmãs cearenses, fortes, robustas, que, se tendo casado há cem anos, tiveram a descendência cada vez mais diminuída até que está em via de desaparecimento. Este, diz, é um dos resultados do cruzamento de typos physicamente inferiores do nordeste brasileiro, o que acabará pelo desaparecimento da raça. No entanto, a última das bisnetas se casando com um alemão, deu a luz duas crianças muito bem constituídas³.

3 Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9813. Acesso em 13/03/2023.

A intenção era de que fosse encaminhado ao governo proposta de controle de imigração para territórios nordestinos, intensificando a ida de pessoas de origem europeia, focando no embranquecimento e superioridade racial. O que se discutia era sobre como seria colocado em prática as ideias de que o país estava a margem de desaparecimento pelo fato de ter muitos pretos, indígenas e nordestinos. Com isso, o ponto chave era a seleção de imigrantes entrando no país.

O Congresso também propôs emendas, dentre elas constava uma lista de indesejáveis a adentrar no país.

Na lista dos indesejáveis constavam os analfabetos, africanos, árabes, asiáticos, criminosos, doentes mentais e outros. Após debates, análises e acirradas disputas, a emenda n. 1619 de 25 de abril de 1934 foi aprovada, vindo a regular a entrada de imigrantes no território nacional, instaurando a lei de cotas. Segundo esta, ficava fixado um percentual limite de 2% do fluxo de entrada de cada nacionalidade nos últimos cinquenta anos. (TAMANO, 2022, p.16).

A criação dessa lista e de tantos outros estudos tinham como propósito levar ao congresso nacional ideias para que o futuro do país atingisse o grau de evolução alicerçado na lógica europeia de sociedade. Os estudiosos presentes colocavam nos representantes do país a responsabilidade de colocar em prática as ideias eugenistas, pontuaram que caso não houvesse evolução social no Brasil, a culpa seria diretamente dos governantes por não aceitarem as ideias propostas no congresso. (TAMANO, 2022). Muito antes do I Congresso Brasileiro de Eugenia, no ano de 1869, Joseph Arthur de Gobineau, mais conhecido como Conde de Gobineau, veio ao país em missão diplomática e tinha como uma de suas ideias redigida em seu texto “L’émigration au Brésil”, que defendia que o povo brasileiro seria extinto em menos de 200 anos por ser a maior parte da população composta por mestiços, negros, indígenas e uma pequena parcela de portugueses. (SOUSA, 2013).

Segundo Sousa (2013), Gobineau tinha como linha de pesquisa descobrir qual era o motivo do declínio de grandes civilizações, estudando nações europeias: suas ascensões e quedas. O ponto central de sua argumentação colocava a raça como fator principal. Sua obra “Essai sur l’inégalité des races humaines” (ensaio sobre desigualdades da raça humana), foi dividida em quatro volumes e tinha como base argumentativa a tese de que o declínio das nações estava ligado ao fator racial. O Conde defendia que a ideia da mistura de raças fazia com que a originalidade de um povo que antes era puro, perdia a sua essência e, com isso, corroborava para o apagamento dos povos.

Sendo recebido por Dom Pedro II, os dois passaram a se encontrar de forma pontual, duas vezes por semana, para discutirem sobre as obras de Gobineau. O Conde intitulou Dom Pedro como “o príncipe mais inteligente e erudito que existiu”, embora nem sempre concordassem em suas discussões. Contudo, só o que ganhou a admiração do Conde foi a inteligência e companhia do

Imperador. Os seus olhos para a população brasileira era de total desprezo, pois a miscigenação gerava nele sentimentos desagradáveis, e ele não fazia questão de explicitar tal sentimento. “Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos”. (SOUSA, 2013, p.22).

Aos olhos de Gobineau, além de se mostrarem “esteticamente repugnantes”, os brasileiros carregavam defeitos ainda mais graves, como o de serem avessos, dados a vícios e, também, eram pouco férteis e fisicamente enfraquecidos, o que garantiria sua diminuição e aniquilamento em menos de dois séculos. (SOUSA, 2013, p.22).

“Eugenia é um termo que veio do grego e significa ‘bem nascido’. “A eugenia surgiu para validar a segregação hierárquica”, explica a pesquisadora Pietra Diwan, autora do livro “Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo⁴”. Segundo ela, tal pensamento foi difundido por Francis Galton, que cunhou o termo no ano de 1883. Ele se debruçava no conceito de seleção natural de Charles Darwin, seu primo, aplicando-o também aos indivíduos.

Esse projeto pretendia comprovar que a capacidade intelectual era hereditária, ou seja, passava de membro para membro da família e, assim, justificar a exclusão dos negros, imigrantes asiáticos e deficientes de todos os tipos. Para isso, ele analisou a biografia de mais de 9 mil famílias. O projeto da eugenia foi apresentado ao mundo pela Grã-Bretanha e colocado em prática pela primeira vez nos Estados Unidos⁶.

A ideologia de eugenia foi instaurada no país no ano de 1914, na escola de medicina do Rio de Janeiro, orientado por Miguel Couto, que era desfavorável a imigração japonesa. Contudo, quem foi considerado o pai da eugenia no Brasil foi Renato Kehl, médico sanitário, que acreditava que “ a melhoria racial só seria possível com um amplo projeto que favorecesse o predomínio da raça branca no país⁷”.

A professora Maria Maciel enumera algumas das ideias de Kehl: “segregação de deficientes, esterilização dos ‘anormais e criminosos’, regulamentação do casamento com exame pré-nupcial obrigatório, educação eugênica obrigatória nas escolas, testes mentais em crianças de 8 a 14 anos, regulamentação de ‘filhos ilegítimos’ e exames que assegurassem o divórcio, caso comprovado ‘defeitos hereditários’ em uma família⁸”.

As mulheres eram vistas como procriadoras, e por isso seu papel no processo de eugenia não poderia ser impedido pelo avanço do feminismo, outro movimento que eugenistas enxergavam como fator de declínio da nação. O movimento eugenista chegara a organizar um concurso para escolher as meninas mais aptas a gerarem o embranquecimento da nação. Todas as vencedoras eram obviamente brancas e lidas como boas procriadoras.

Em termos de contemporaneidade, a eugenia ainda pode ser colocada como fonte de inspiração para quase todas as instituições brasileiras. Ainda que não seja colocada a palavra

4 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 15/03/2022.

“eugenia” de forma direta, parece que o ideal eugenista ainda impregna a branquitude brasileira, que o naturalizou a ponto de gerar piadas, como aponta Pietra Diwan: *“Piadas corriqueiras como “segunda-feira é dia de branco” ou “sou pobre, mas sou limpinho” são alguns exemplos de como a eugenia chegou aos nossos tempos⁵.”*

Diante do exposto, a ideia de raça foi construída socialmente por meio da tentativa de branqueamento do país, através de esforços das elites, de processos, e de ideias eugenistas. Desde o período escravocrata onde ainda não existia o termo “raça”, mas pessoas negras, mestiças e indígenas eram subalternizadas por suas características físicas e aspectos socioculturais, após o fim da escravidão no Brasil. Como práticas sociais, ideológicas, culturais tão arraigadas poderiam ser superadas “de uma hora para outra”? Seria possível às pessoas brancas suportarem a ideia de haver uma maioria negra entre eles, que de nada valia para eles já que não poderiam mais explorar sua força de trabalho?

Com isso, ao longo dos anos foi sendo desenvolvida a crença da inferioridade das raças não brancas e o empenho para a aniquilação daquilo que era visto como impedimento para uma nação desenvolvida. Mas houve também, uma parte da intelectualidade, para quem cruzamento de raças, a mestiçagem, talvez fosse a solução para enfrentar o problema da pequena porcentagem de pessoas brancas no país. Por outro lado, ideias como a eugenia defendiam que o cruzamento das raças seria a total decadência da nação..A imigração de europeus, que se justificava para que estes ocupassem os postos de trabalho dos negros escravizados era também um subterfúgio para que a nação embranquecesse. O impedimento da entrada de povos orientais e africanos, correspondia a um crivo da limpeza; da pureza, da eugenia. Reconstruir um país que foi manchado pela presença de pessoas escravizadas e que agora, por não terem mais poder de produção de capital por meio de seus corpos, largaram a agora população negra brasileira abandonada à própria sorte.

No Brasil, o fim do trabalho escravo representou uma falsa abolição, pois não veio acompanhada de nenhuma política pública de reparação de danos causados por 388 anos de política escravocrata brasileira. Isso gerou uma série de prejuízos materiais, além de morais, para a população negra no Brasil, como o acesso à educação. É nesse período que podemos observar a construção do que é o processo de entrada no sistema educacional pela população negra no Brasil.

Fruto do pensamento eugenista, o abandono que os ex-escravizados sofreram se reflete no campo da educação até a contemporaneidade. Pode-se observar a construção de Leis que dificultavam ou impediam o acesso dessa população nas matrículas de escolas no século XIX (BARROS, 2016). Na Constituição da República do Império do Brasil de 1824⁵, Dom Pedro I promulga que “a educação é gratuita a todos os cidadãos”, contudo pessoas escravizadas não eram consideradas pertencentes a classe de cidadãos brasileiros.

5 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 01/05/2023.

Também em relação aos alunos, os legisladores determinavam quem podia (ou não) se matricular e/ou frequentar a escola pública, a partir de critérios de gênero, idade, condição de saúde (ser portador de ou sofrer de moléstia contagiosa) e condição jurídica ou racial (livre, liberto, escravo, ingênuo, preto, filho de africano livre). (BARROS, 2016, p. 594).

Segundo Barros (2016), Minas Gerais foi a primeira a estabelecer uma lei no que diz respeito a constituição de 28 de março no ano de 1835 proibindo pessoas escravizadas em acessar o ensino público, “Sómente as pessoas livres podem frequentar as Escolas Públicas, ficando sujeitas aos seus Regulamentos”. Seguindo o modelo de Leis Estados de Rio Grande do Norte em 1836; 1837 em Mato Grosso; Paraíba 1835; Rio Grande do Sul 1837; Pernambuco 1837; Maranhão 1854; Pernambuco 1851; Santa Catarina 1854; Maranhão 1855; Paraná 1853.

Seguindo a ideia de exclusão de pessoas negras na educação, a Eugenia foi tema de ensino nas escolas públicas brasileiras. A ideia de uma nova ordem social, que coubesse somente os puros e bem-afeiçoados para a procriação de uma nova raça superior no Brasil, não ficaria somente no discurso biológico, mas deveria partir para o ensino público, sendo chamada de educação eugênica. Renato Kehl, aqui já mencionado como pai da eugênia no Brasil, justificou o novo sistema de ensino da seguinte forma.

Não precisa de elogios laudatórios uma doutrina científica cujo programa é esforçar-se para conseguir a almejada felicidade humana. Esta felicidade se consubstancia na robustez physica, no vigor intelectual, na dignidade moral. Pois bem, é a Eugénia, com os seus preceitos, a eliminadora das causas da degeneração, que torturam a vida dos nossos semelhantes. A sciencia de Galton, para atingir a sua meta, precisa, sim, de proselytos apaixonados que lhe emprestem suas luzes para tornar o “ideal eugenico” uma parte do systema de educação. Será com o auxilio de apaixonados por esta doutrina, que, pregando no lar, na escola, em toda parte, os “sentimentos de responsabilidade racial”, poderá atingir o aperfeiçoamento physico e moral da especie humana. A Eugénia muito precisa e muito espera dos médicos. São estes que, aliados aos educadores e legisladores, constituem a plêiade principal da eugenisação. (Kehl 1919b, p. 182-183 APUD KERN, 2017, p.6).

Nesse modelo educacional, os pais deveriam estar cientes da importância de transmitir aos filhos e filhas o ensino doméstico sobre raça, no sentido de que seria nos lares brasileiros que o ensino sobre a expansão da eugênia deveria acontecer. Sendo assim, a educação eugênica começaria em casa e continuaria na escola. Kern diz que, para Renato Kehl, essa era a ideia de eugenia positiva, que instituiu um conjunto de atividades destinadas a propagar a ideia do melhoramento racial que só poderia ser materializado por meio de escolhas conscientes de escolhas de pares. (KERN, 2017).

Uma vez que a educação eugênica fosse amplamente difundida no meio, a sociedade, a

população brasileira poderia ser alertada quanto aos perigos biológicos da degenerescência e ser esclarecida quanto aos enormes benefícios da eugenia. A educação eugênica, agindo a partir de fora do organismo vivente, contribuiria para a normalização biológica projetada pelo discurso eugenista, inculcando os devidos sentimentos de responsabilidade racial na consciência nacional. (KERN, 2017, p.8).

No entanto, e apesar de todos os esforços, as ideias propostas não foram acatadas na constituição de 1934. Tamaio (2021) diz que uma das razões para que isso ocorresse foi a evidência de que o Brasil era um país mestiço. Isso gerava certo desconforto entre as elites, e o contexto que se vivia era o de se basear na “mistura racial” a nova identidade nacional. “O que, de maneira alguma, significa a ausência do racismo na sociedade brasileira. Era uma realidade na qual o racismo dividia espaço com um projeto assimilacionista física e culturalmente falando”. (TAMAIIO, 2021, p.17).

Tendo em vista que as práticas educativas entre os períodos de 1930 e 1940 estavam orientadas por educar a população com base em critérios europeus, cabe ressaltar que na Constituição de 1937 O então Presidente Getúlio Vargas promulgou no dia 10 de Novembro a Educação Eugênica, ressaltando que a Educação Física seria um forte aliado na busca pela higienização social no que diz respeito ao “bom” desenvolvimento físico dos homens. No ano de 1934, o médico Paulo de Godoy se tornou defensor da prática esportiva com objetivos eugenistas. (ROCHA, 2014).

A fisicultura moderna tem por missão modelar eugenicamente a nacionalidade na formação de homens sadios e fortes, cultos e bons, capazes de elevar e glorificar a sua terra pela força da inteligência, assim como de defendê-la em qualquer setor pela força muscular, pela energia, pela combatividade, pela vontade de agir. (ROCHA, 2014, p.10).

Entre as práticas educativas, deveriam estar a de educação sexual para ambos os sexos. Que consistia em ensinar para meninos e meninas que o casamento serviria para obter boas procriações, e por isso, boas escolhas deveriam ser tomadas, eliminando os degenerados (de raças diferentes) na escolha de vida, para que não nascessem novos indivíduos que herdariam a sífilis, alcoolismo, epilepsia, e tuberculose.

Deveria ainda ensinar a mulher o seu papel social, como cuidar da casa, do marido e seus filhos e filhas. E esse papel teria início na escolha de seu cônjuge, colocando na mulher a expectativa de partir dela o melhoramento da raça. “Se os homens tivessem consciência do que representa “casar e multiplicar” - o grande problema da humanidade estaria resolvido. Eis, por que sou uma encarnação propagandista da eugenia”. Trecho de texto de Renato Kehl em Boletim da Eugênia de 1929⁶.

Com o estudo “Diploma da brancura: política social e racial no Brasil- 1917-1945”, de Jerry Dávila(2006) é possível observar efeitos das visões eugenistas, no âmbito dos sistemas

6 Disponível em: [Hemeroteca \(bn.br\)](http://hemeroteca.bn.br). Acesso em 05/06/2023.

educacionais no Brasil. Esse autor apresenta o período reformista no Brasil, que teve início no ano de 1917, que compreendia uma nova lógica educacional baseada na crença de que havia uma degeneração racial provocada pela miscigenação e grande presença de pessoas negras e indígenas. Desse modo, as escolas foram colocadas no papel de reverter as mazelas dos “cruzamentos” entre as raças, proporcionando por meio da saúde e educação uma salvação para esse “problema” nacional.

Esse processo se iniciou no momento em que médicos que estavam dentro do movimento por saúde e higiene pública viajaram pelo país, com o objetivo de realizar um levantamento a respeito das condições de saúde das populações que viviam no interior. Ao retornarem, os médicos Arthur Neiva e Belisário Pena emitiram um relatório solicitando a abertura de um Ministério da educação e saúde e com isso, as escolas ganharam a reforma onde se pretendia preencher a carência sentida pela elite do país de brancura entre cidadãos. Essa mesma elite enxergava a negritude como um atraso, que deveria ficar no passado, e nessa negritude havia problemas sociais como “falta de saúde, preguiça e criminalidade”. (DÁVILA, 2006, p.25).

Muitos intelectuais eram a favor e faziam parte desse movimento de reforma educacional pautada na eugenia. Entre eles está o conhecido escritor Monteiro Lobato, criador de muitos livros infantis, como o “Sitio do pica Pau Amarelo”, adaptado posteriormente para a televisão e assistida por milhares de crianças até as gerações atuais. Isso levou à discussão entre intelectuais brasileiros/as/es da contemporaneidade, sobre como separar o autor da obra, uma vez que crianças ficaram apaixonadas pela boneca Emília e não tinham noção das ideias defendidas pelo seu criador, pois mesmo nos sistemas educacionais não há a discussão sobre o racismo presente na obra desse autor.

Lobato era amigo próximo de Kehl e chegou a escrever um livro baseado em suas ideias eugenistas, intitulado “O Presidente Negro – O Choque das Raças”, que abordava a história de um presidente negro eleito no ano de 2228 nos Estados Unidos que reuniria todos os brancos do país com o propósito de esterilizar e extinguir a raça negra estadunidense. Após o lançamento do livro, Lobato deixou uma declaração para seu amigo Kehl.

“Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha”.

Dávila (2006), apresenta um dos personagens de Lobato como um símbolo do propósito do pensamento eugenista: o “jeca tatu”, personagem criado no ano de 1914, performava um caipira e representava todas as mazelas do país, que vinham da “mestiçagem”, e representava todo o atraso econômico e político do

7 Informação disponível em: <https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 10/05/2023.

país. No ano de 1918, Lobato resgatou o personagem e criou uma edição intitulada “A ressurreição de Jeca Tatu”, onde jeca foi curado por um médico, se transformando em um homem rico, letrado e que poderia agora tomar conta de sua fazenda com plenitude.

O problema vital (e, com ele, a redenção de Jeca) foi publicado em conjunto pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento, quando esses grupos começaram a divulgar suas ideias sobre a degeneração cultural e ambiental no debate sobre raça no Brasil. Como declarava “O Urubú de Nosso Progresso”, um panfleto de 1935, “O Jéca é analfabeto porque vive na miséria! Vive na miséria porque é doente! É doente porque é analfabeto!”. (DÁVILA, 2006, p.59 e 60).

Para Dávila, uma das formas de trabalhar o melhoramento das raças na educação foi por meio da Psicologia infantil. E esse autor aborda longamente a personalidade de Arhur Ramos, que foi referência fundamental nos antigos estudos afro-brasileiros, até os meados do século XX. Diz, então, que Ramos iniciou seu estudo sobre “aspectos culturais do aperfeiçoamento da raça”, e entre 1933 e 1938 coordenou o serviço de Ortofrenia e Higiene mental do Instituto de Pesquisa do Departamento de Educação (IPE). “Seu interesse simultâneo em crianças-problema e nas deficiências culturais dos afro-brasileiros levou Ramos ao sistema escolar do Rio de Janeiro, onde recebeu os recursos e a base de pesquisa para seus estudos”. (DÁVILA, 2006, p.74).

Segundo D’Ávila, para Ramos, não era o fator biológico que determinava a inferioridade de uma raça, mas sociais. Para ele, eram necessárias dar boas condições de higiene física e mental para que essa inferioridade tivesse fim. Contudo, acreditava em um atraso cultural determinado por culturas, e a cultura afro representava atraso para o avanço da boa educação.

Ramos definia a cultura afro-brasileira como pré-lógica e acreditava que as escolas poderiam ajudar as crianças a evitar a influência insidiosa do logro e da superstição. Combater essa ação lenta e invisível da macumba e do feitiço que se infiltra em todos os atos da nossa vida. Olhar para a própria obra da sua formação espiritual, orientando-a aos influxos da verdadeira moral científica.(DÁVILA, 2006, p. 75).

D’Ávila diz ainda, que Ramos defendia que o atraso mental de uma raça deveria ser prevenido ainda no pré-natal ou antes da concepção da criança. Como entusiasta do melhoramento mental dos indivíduos, ele admirava o trabalho de eugenistas no que diz respeito ao progresso da nação, embora acreditasse que os fatores social e cultural eram as raízes para que o problema do atraso se resolvesse.

Foi por meio das diversas fichas sobre o assunto de “higiene mental” do serviço de Ortofrenia e Higiene mental que Ramos construiu sua tese sobre “crianças problemas”, uma vez que nas fichas constavam que o atraso de uma nação não era determinada por fatores biológicos. Foi a partir dessa tese que ele encorpou a defesa de que os problemas patológicos das

crianças advinham do meio em que elas viviam, se originando na forma que os pais lhes educavam, e da maneira em que viviam suas culturas. E essas crianças eram pobres. A pobreza determinava o lugar social que os sujeitos iriam ocupar na sociedade. Sendo o alcoolismo e vícios consequências dela.

Para Ramos e outros pesquisadores do Departamento de Educação, as escolas eram um meio para diagnosticar os desajustes na sociedade e um instrumento para romper o ciclo de pobreza. Essas escolas pretendiam atingir famílias inteiras por meio dos estudantes. Como disse um nutricionista escolar. (IDEM).

A ideia central era tratar as crianças nas escolas com apoio de nutricionistas, higienistas, psicólogos e professores que entendiam que a problemática do atraso social e econômico não estava nas crianças, mas na forma como a ausência de uma boa cultura era transmitida pelos pais, e a boa cultura era especificadamente o contrário da cultura negra, pois ela demonstrava atraso e fazia com que as crianças se tornassem pessoas adultas que não configurassem o exemplo de uma nação avançada. Fato era, que todo esses esforços estavam imbuídos na criação de políticas públicas que direcionassem o tratamento de todas as mazelas sociais por meio da herança cultural que as pessoas negras carregavam consigo, como manifestações culturais, danças, alimentação e formas de se relacionar com a sociedade. Sendo assim, toda a atenção dada a crianças pobres e negras tinha como objetivo a eliminação da cultura ruim a que não era branca para que o atraso racial e social fossem solucionados.

Ainda conforme D' Ávila, Crianças negras e pobres eram objetos de experimentos científicos. Elas estavam sujeitas a pesquisas realizadas pela comunidade de eugenia para a realização de procedimentos médicos. As entradas nos laboratórios eram frequentes, e remédios eram receitados. Exames eram realizados para saber a condição física, psicológica, inteligência e maturidade. Obviamente esses exames eram lidos de acordo com o que os eugenistas estabeleciam como um bom condicionamento físico e mental. A realização de pesquisas era uma prática corrente nas escolas. Tinham o propósito de buscar fundamentação para que as culturas lidas como deficientes fossem substituídas por práticas para elevar a imagem do Brasil.

Dávila (2006) apresenta também como ocorreu o quadro de branqueamento de professores no cenário Brasileiro entre a década de 30 à 40 que estava atrelado ao ensino profissional fornecido pelo Governo. O autor nos diz que o processo de profissionalização de professores era uma questão de meritocracia que dividia os sujeitos entre perdedores e ganhadores. “No caso da profissionalização do ensino, a política envolvia valores dos de raça, classe e gênero”. (DÁVILA, 2006, p.148).

O que se pode verificar é que a questão também era de gênero pois o número de homens buscando a profissionalização para professores era mínimo. Esse campo era ocupado majoritariamente por mulheres brancas que pertenciam à classe média. Esse cenário profissional se

deu por meio de políticas que desestimulavam a presença de homens na escola e estimulava a presença de mulheres brancas. Não havia incentivo para que pessoas negras, homens ou mulheres, ocupassem esse espaço. Contudo, baseada no estudo de D'Ávila, nem sempre o cenário foi esse. No início da década de 20 era comum ver homens e mulheres negras como professores e trabalhadores da educação. Homens negros se encaixavam costumeiramente no setor administrativo e vocacional nas escolas, como exemplo a Escola Profissional Souza Aguiar, que recebia meninos pobres, em sua maioria de origem negra.

A análise sobre o quantitativo de professores negros e professoras negras no ensino público no início da década de 20 foi realizada por meio de fotografias tiradas por Augusto Malta, fotógrafo e cronista, com o objetivo de acompanhar o progresso de políticas públicas. Por meio das fotografias, Dávila realizou uma leitura subjetiva, somente por meio das leituras fotográficas, e apontou que havia cerca de 15% de pessoas negras de pele mais retinta como professores do ensino público e na década de 30 o número caiu para 2% com indivíduos negros de pele mais clara.

As fotografias de Augusto Malta são uma pista incompleta, As imagens apontam para uma presença notável de professores de cor, alcançando – dependendo do tipo de definição empregada — até 15% das pessoas que Malta fotografou. Esse número diminuiu de modo que, depois de 1930, torna-se difícil encontrar professores de cor nas fotografias de Malta, assim como localizá-los em outras fontes, como os anuários do Instituto de Educação. Entretanto, ainda que as fotos assinalem a presença, e quase desaparecimento, dos professores de cor, oferecem poucas informações adicionais. Elas silenciam em relação a questões-chave. Quem eram esses professores? O nome deles não aparece nas fotografias. (DÁVILA, 2006, p.156).

Esse quadro demonstrava que havia um novo cenário de professores, dessa vez brancos e mulheres que se dispunham a educar crianças para o avanço social do país. Os reformadores da educação ansiavam por um corpo profissional da educação que representasse o “novo Brasil” que eles defendiam e lutavam para alcançar. Novos profissionais precisavam ser mais profissionais, técnicos e com “força moral”. Precisavam também ser de classe superior aos que eles educariam.

Ainda na década de 20, o quadro escolar demonstrava um perfil de alunas e alunos presentes nas escolas, mas também quem eram os ausentes desse ambiente. Utilizando fotografias de 1925, Dávila (2006) notou que a Escola General Mitre, localizada na base da comunidade do Morro do Pinto no Rio de Janeiro, era composta por crianças “brancas, bem vestidas e de uniformes bem engomados”. O mesmo padrão de imagem seguia os professores presentes nas imagens. Outra fotografia registrada por Malta trazia outra informação: no exterior das escolas, crianças, em sua maioria negras, e sem chinelos, observava com curiosidade o evento escolar. “Uma nota de Malta está escrita ao pé da fotografia: “Um contingente do Morro do Pinto que não vai à escola? ...” (DÁVILA, 2006, p.206 e 207).

Com todas as propostas de exclusão da população afrodescendente do ensino público, por

meio de políticas, seminários e ideais que eram abertamente racistas/eugenistas, é que a reflexão de se pensar as sequelas do atraso da inserção da população negra no ensino escolar torna-se necessária e urgente. Essa mazela tem efeitos na contemporaneidade, impactando desde a formação inicial de crianças negras e pobres até a entrada desses sujeitos nas Universidades Públicas.

Diante do cenário supracitado, será abordado o quadro situacional de estudantes negros na contemporaneidade brasileira, com demonstrativo de dados, impactos da pandemia, recortes de raça e de classe.

2.1 A pessoa negra e educação: um cenário contemporâneo que reflete as mazelas das Políticas públicas de não inserção da pessoa negra no sistema de ensino

Segundo dados do IPEA de 2021 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), há evidências que demonstram a desigualdade racial frente a situação social e econômica de pessoas negras/pardas e brancas. Corroborando a linha de argumentação adotada nessa dissertação, o relatório do IPEA traça uma visão crítica da construção da sociedade brasileira, desde a colonização e escravidão, aludindo à importância do racismo científico e das ideologias eugenistas, como determinantes do pensamento e das práticas republicanas, nas décadas iniciais do século XX, que pregavam a substituições dos povos negros e indígenas pela imigração europeia, tendo como maiores objetivos o melhoramento da raça.

É a partir desse conjunto de ideologias e políticas públicas que prejudicavam o acesso da pessoa negra no ambiente escolar, que reverbera até os dias atuais na sociedade brasileira a disparidade racial na educação. Dados do relatório do IPEA do ano de 2021 apresenta dados quantitativos sobre a relação negro e educação.



Gráfico 1

O decréscimo de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pode ser vislumbrado sob a ótica de que no país, entre os anos de 2015 à 2021 houve fatores econômicos que corroboraram para a saída de pessoas estudantes negras do sistema de ensino. A escassez de verbas

para a educação e o corte de verbas para políticas de inserção e permanência no ensino, afetaram diretamente estudantes negras e negros. Ademais, o ano de 2019 foi marcado pelo início da Pandemia da Covid-19, o que se tornou uma emergência sanitária mundial, afetou estudantes do ensino público, sobretudo os pobres negros e negras.

A Desigualdade de raça e de classe que a pandemia evidenciou foi apresentada por pesquisa do Instituto Locomotiva e a Central Única das Favelas (CUFA). Destacou-se que a ausência do auxílio emergencial fez com que o número de refeições diárias caísse para menos de duas por dia, e que entre 10 pessoas, 7 teriam que abrir mão de comprar itens básicos de higiene ou comida. Em debate realizado pelo “Fórum Data Favela-Educação, Cultura e Racismo”, organizado pela CUFA, Instituto Locomotiva e Unesco-brasil foi apresentado que a cada 10 alunos e alunas do ensino básico público, 6 se autodeclararam negros e negras e residem em favelas do Rio, e são essas pessoas estudantes os maiores alvos de violência escolar e territorial⁸.

O quadro de ensino no período da Pandemia da Covid-19 pontua que a suspensão das aulas presenciais atingiu em torno de 47,9% de estudantes (infantil, fundamental e médio), e que para estudantes de periferia de escola pública, a dificuldade em acessar o ensino remoto foi maior do que aqueles pertencentes ao ensino particular. “58% de estudantes entrevistados que cursam o ensino médio público verbalizaram que a pandemia abalou diretamente no processo de aprendizagem de conteúdos, e 30% pontuaram que com o isolamento necessitaram ser o cuidador/cuidadora de algum familiar⁹”.

A pandemia do novo coronavírus exigiu dos diferentes níveis de governo a adoção de diversas medidas extraordinárias destinadas à contenção do contágio da covid-19. O fechamento das escolas de educação básica, tornando remotas as atividades de ensino, esteve entre as primeiras ações tomadas. A suspensão das aulas presenciais estendeu-se por longos períodos durante os anos letivos de 2020 e 2021, frequentemente de maneira intermitente, a depender do estado ou do município. Em novembro de 2020, por exemplo, 95% dos estudantes estavam com suas escolas fechadas (BID et al., 2020c). A situação não havia se alterado substancialmente até o final do primeiro semestre de 2021: em maio, 84% dos estudantes seguiam com atividades inteiramente remotas (BID et al., 2021a). Em setembro, finalmente, as escolas com dois terços dos estudantes haviam reaberto suas portas (BID et al., 2021b). (IPEA, 2020, p.10).

Segundo o IPEA (2020), a alta de inscritos no ENEM no ano de 2013 à 2017 deve-se a política de financiamento estudantil, o FIES; implementação da lei no 12.711/2012 que estabelece cotas para pessoas pobres, negras e negros oriundos de escolas públicas.

⁸ Debate disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LId5wbe3DUI>. Acesso em 8/03/2021.

⁹ Informação disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sem-auxilio-emergencial-7-de-cada-10-moradores-de-favelas-cortaram-alimentos-ou-itens-de-higiene,70003634913>. Data de acesso 09/08/2021.

Raça/cor, renda familiar *per capita* e indicadores socioeconômicos dos estudantes de ensino médio inscritos no Enem 2020

Enem 2020 – inscritos cursando o ensino médio	Renda familiar <i>per capita</i> e raça/cor					
	Até 0,5 SM		0,5 SM > x ≤ 1,5 SM		> 1,5 SM	
	Negra	Branca	Negra	Branca	Negra	Branca
Inscritos cursando ensino médio (N)	767.154	316.259	214.201	280.308	55.738	161.352
Pessoas no domicílio (média)	4,2	4,1	3,6	3,7	3,5	3,5
Mãe com ensino médio ou mais (%)	41,6	51,1	74,1	78,6	91,7	94,3
Pai com ensino médio ou mais (%)	26,5	36,1	57,9	65,3	84,0	88,5
Indicadores sobre os domicílios (%)						
Dois ou mais quartos de dormir	84,4	89,6	94,0	96,7	98,6	99,3
Dois ou mais banheiros	14,3	23,4	45,1	56,6	79,1	86,9
Dois ou mais celulares	69,0	78,8	91,7	94,2	96,3	97,2
Acesso à internet	70,2	83,6	95,2	97,8	99,3	99,7
Um ou mais computadores	26,8	44,8	69,6	81,1	91,4	95,6
Computador + internet	25,2	43,2	68,5	80,4	91,0	95,4
Aparelhos e serviços domésticos	2,1	2,8	3,5	4,2	4,6	5,3

Fonte: Microdados do Enem. Disponível em: <<https://bit.ly/3SmWSxI>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
Elaboração dos autores.

Gráfico 2

As desigualdades entre estudantes negros e brancos se materializa também por meio da classe, onde a forma com que cada sujeito social possui a possibilidade de se desenvolver no sistema de ensino escolar, e por consequência frequentando espaços sociais onde uma pessoa negra possui mais dificuldade em adentrar. A renda salarial, acomodações das casas, acesso à tecnologia e rede sanitária são fatores que correspondem a séculos de exclusão do povo negro a possuir os direitos humanos básicos para sobrevivência.

Tal desigualdade socioeconômica vai conduzir a dinâmica em que o sujeito negro está posto dentro de uma rede de ensino que cobra cada vez mais que o acesso à internet seja uma das formas de pesquisa: como, por exemplo, para que eu consiga escrever a presente dissertação de Mestrado, são necessários, minimamente um notebook/computador e acesso à internet. Sobre a disparidade de renda, fica nítido que ela é a consequência de uma não reparação histórica dada ao povo negro, tendo em vista que pessoas brancas, conforme consta no gráfico acima, ainda possuem salários superiores, chegando a 75,7%¹⁰ a mais.

O analfabetismo ainda é um problema que carrega determinada cor e classe: negros e pobres ainda constituem a maioria entre pessoas que não tiveram acesso à educação formal básica, e por isso, fazem parte do quantitativo de pessoas que não possuem o direito básico da infância que é aprender a ler. Contudo, cabe observar que há uma queda de analfabetos com idade inferior a 15 anos, subindo somente à população negra e pobre com 60 anos ou mais, conforme tabela abaixo:

¹⁰ Informação disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/renda-media-de-trabalhador-branco-e-757-maior-do-que-de-pretos-diz-ibge/>

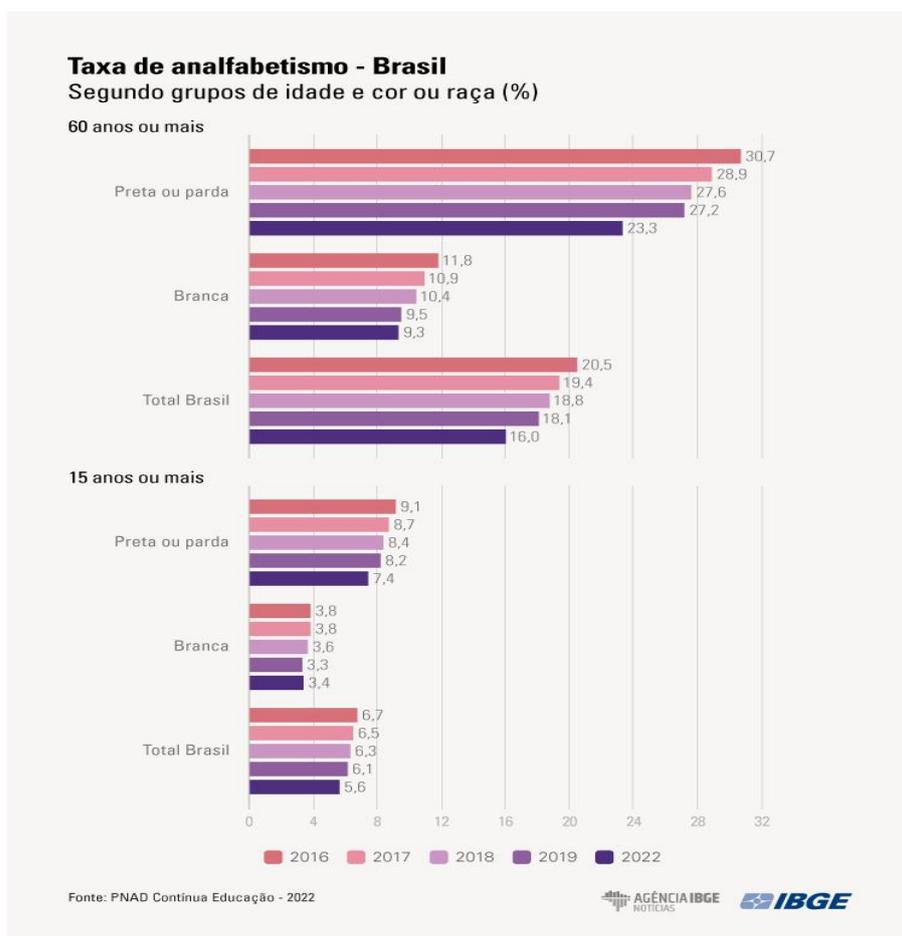


Gráfico 3

Esse quadro apresenta uma queda do analfabetismo entre os anos, de acordo com a faixa etária e raça. Cabe observar que há uma grande discrepância em relação a diferença de acesso ao ensino entre pessoas brancas e negras. Mesmo dividindo a mesma faixa etária, a população negra que está quantificada com porcentagens chegam a ser duas vezes superior às pessoas brancas, o que demonstra que os idosos mais velhos negros sentem de forma mais enfática a seqüela dos preconceitos e de práticas prejudiciais à população brasileira por meio de vários obstáculos que dificultaram o pleno acesso aos direitos básicos à educação¹¹.

Após a breve demonstração sobre a situação entre pessoas negras e brancas no que diz respeito ao acesso à educação, renda e situação de moradia, é imperioso trazer alguns avanços em relação a políticas públicas para favorecer mais ampla inserção, permanência, melhores aproveitamentos, de pessoas negras em processos educacionais, incluindo Lei que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- brasileira no Brasil.

Ao falarmos sobre avanços no ensino, com qualidade e regularidade, para a população negra em território nacional, é necessário falar da luta de um movimento negro que exigiu, por meio de

¹¹ Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 08/06/2023.

manifestações e ações diretas com representantes do Estado, mudanças curriculares e em processos e dinâmicas educacionais, que abordassem a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Leis de reparação histórica por todo o passado de preconceitos, discriminações, exploração, opressão. Trata-se de reconhecer, mais do que apenas as dores e prejuízos materiais e simbólicos, a relevância de pensamentos e protagonismos negros ao longo dos processos que constituíram a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Gomes (2017) sinaliza que é rotineiro a fala de que os movimentos, mais especificamente o negro, geram pedagogias que provocam tensão com as pedagogias escolares. Sobre isso, a autora indaga sobre quais são de fato os resultados de uma pedagogia gerada no interior do movimento negro; quais seriam os lugares, então que os movimentos que lutam por justiça igualitária de direitos se afirmem na sociedade; o movimento negro causa, do ponto de vista pedagógico, uma desorientação no que se refere as políticas de cunho educacionais, em seus currículos e na práxis pedagógica? Então, quais são esses saberes e pedagogias elaborados pelo movimento negro brasileiro?

Para Gomes (2017), o tensionamento que acontece nas escolas sobre os conhecimentos produzidos e reproduzidos para alunas e alunos é uma exposição que deveria estar alinhada aos conhecimentos produzidos no interior do movimento negro, e se isso não é feito, há um “desperdício” da experiência desse movimento social”. Para a autora, a relação entre escola, comunidade negra e o movimento negro, precisa de uma ampliação de diálogo que a torne mais intrínseca, corroborando para os conhecimentos científicos ensinados no processo de socialização de conhecimento. Por isso, se torna necessário uma “radicalização” no currículo escolar para que haja de fato a construção pedagógica que produza as “epistemologias do sul”.

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. Essa supressão é resultado de um processo histórico de dominação e investigam os saberes que resistira com êxito a essa dominação e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos e práticas. (GOMES, 2017, p.54).

O epistemicídio, que é a “morte do conhecimento e dos sujeitos que o produzem”(SANTOS, 2010, APUD, GOMES, 2017, p. 55), deve ser combatida por meio do diálogo em que as epistemologias do Sul sejam compreendidas como um avanço na norma estabelecida e produzidas pelo eixo norte. É, de certa forma, radicalizar as ações do movimento de saberes que buscam a emancipação. Saberes esses que são construídos no interior do movimento negro.

Para tanto, é necessária a compreensão da história da educação brasileira, que vem de um passado de escravidão, passando por uma falsa libertação em que não houve reparação social; a exclusão dessa população de políticas públicas, aqui ressaltado a política de educação, e as diversas tentativas de genocídio, como as políticas eugenistas. Esse conjunto de ausências e precariedades de

direitos sociais geraram e ainda geram interferências “na produção de conhecimento e de saberes”. Por isso, cabe ressaltar políticas de afirmação para o povo negro conquistado pelo movimento negro brasileiro.

Passados 20 anos da Lei 10.639 sancionada no ano de 2003 pelo Presidente da República Luiz Inácio da Silva, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, ainda se vislumbra um cenário onde a grande maioria das em cada 10 secretarias estaduais e municipais de educação, não respeitam, nem implementam a Lei¹². É fundamental pensar que, ao tratar da herança de negros e negras no Brasil, haverá uma transformação em como crianças, adolescentes e jovens negros e negras se enxergam a partir do aprendizado sobre a importância da herança cultural deixada por seus antepassados, fazendo assim com que questões como pertencimento de si e a autoestima sejam trabalhadas, além de quebrar o estereótipo racista de que a história da pessoa negra se resume à escravidão. (PEREIRA E SILVA, 2013, p. 2).

Segundo Almeida e Sanchez (2017), a educação que valoriza as diversidades sociais, se torna um campo gerador de mudanças políticas, fazendo com que haja tensioamento de lutas, e as implementações de Lei é um resultado de movimentação e choques de grupos organizados em prol de uma ou mais causas, “Sua aprovação significa, ao mesmo tempo, o ápice desses processos – já que declarar algo como direito é reconhecê-lo politicamente”. (ALMEIDA E SANCHES, 2017, p. 56).

Por isso, é importante ressaltar que a Lei supracitada é resultado de demandas do movimento negro brasileiro e estudiosos das relações raciais, a partir da década de 1970. Suas vivências e pesquisas identificavam que a ausência de ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana representava uma imensa lacuna, responsável por vultosos prejuízos materiais e morais à população negra, além de profundas distorções na formação do imaginário e da consciência social de todos brasileiros. Diversos autores (...) analisaram contextos educacionais e concluíram que a desvalorização do negro e a ausência de referenciais históricos, simbólicos, estéticos positivos poderiam levar a desinteresse, maus resultados e repetência, e até mesmo a evasões escolares.

Na década de 1990, ocorrem movimentos intensos em todo Brasil a favor da afirmação da identidade negra, com destaque para a célebre Marcha Zumbi dos Palmares, que, segundo Lucimar Dias, reuniu cerca de 10 mil negros e negras, que foram a Brasília com um documento reivindicatório a ser entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (DIAS, 2005). Diante de muitas lutas e de alguns resultados conquistados, a causa negra adquire mais força a partir dos anos 2000, finalizando com a promulgação, em 2003, da referida lei. (ALMEIDA E

12 Informação disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/13/sete-em-cada-10-secretarias-municipais-de-educacao-descumprem-lei-que-obriga-ensino-sobre-historia-e-cultura-afro-brasileira-nas-escolas.ghtml>. Acesso em: 15/05/2023.

SANCHES, 2017, p. 56).

Almeida e Sanchez (2017), reconhecem que a Lei 10.639 faz parte de uma política de ação afirmativa citando Gomes (2010), que traduz essa ação como articulador de transformações sociais nos campos psicológicos, políticos, e pedagógicos. Faz ainda com que a supremacia racial branca seja aos poucos eliminada do campo imaginário coletivo brasileiro. Trata-se de um esforço de tentar findar discriminações raciais, almejando a ampliação da diversidade e trazendo representatividade para os sujeitos lidos como minorias sociais.

Discorrer sobre a história do negro na educação desde o período da escravidão nos coloca a pensar sobre como ainda hoje, na contemporaneidade, as demandas populares não são de fato atendidas quanto a um ensino popular de qualidade. Falar sobre negro e educação no Brasil é relatar a desigualdade, segundo dados da rede ‘Todos pela educação’, a população negra tem acesso ao ensino fundamental, mas menos oportunidades de aprendizagem¹³.

Discorrer sobre a História e Cultura Afro-brasileira nas escolas é revelar a força ancestral de cada sujeito negro no Brasil. É resgatar nossas origens. É necessário regressar ao passado para que então possamos compreender como lidar com o presente e almejar um futuro. É o rompimento com o silêncio perpetrado pelos colonizadores à pessoas negras escravizadas. Nos livrando dessas amarras, podemos transformar nosso silêncio em capacidade de ação, assim como nos ensinou Audre Lorde (1984, p. 51). Esse caminhar pedagógico é mantenedor da força que precisamos para falar o que entendemos como importante a ser “dito, verbalizado, compartilhado”.

“há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que Anastácia era obrigada a usar. [...] quero falar sobre a máscara do silenciamento”(Kilomba, 2019, p.33) . Arrancar a máscara do silenciamento entra em diálogo com a intencionalidade de dar voz às pessoas negras, e para as pessoas brancas é a oportunidade de colocar em prática seu antirracismo. Assim, caminhamos para combater a colonialidade que segundo a autora “se expressa nos sujeitos negros por meio da vergonha de ser quem se é, ocultamento de suas vontades, sentimento de culpa, ódio pelo seu ser e pelos seus semelhantes”.

Para que esse rompimento seja materializado é fundamental que profissionais da educação conheçam a Lei 10.639 e o que ela almeja: sendo criada em 09 de janeiro de 2003 e alterando a lei 9.394 da LDB (Leis de diretrizes e bases da educação), torna obrigatório no currículo escolar o ensino de história e cultura afro-brasileira na rede pública e privada de ensino, das grades do ensino, objetivando o combate da disparidade racial por meio do ensino escolar.

Por certo, no presente ano em que completa 20 anos de sua implementação, com a inserção da lei 11.645 no ano de 2008 que incluiu o ensino de história e cultura indígena nas escolas, é

13 Disponível em: Do início ao fim: população negra tem menos oportunidades educacionais – Todos Pela Educação (todospelaeducacao.org.br). Acesso em 10/02/2023.

importante evidenciar que sua aplicação não se refere somente a comemorações no mês de novembro (consciência negra), e em abril (mês dos povos indígenas), mas sim é um conglomerado de ações, práticas e metodologias que precisam ser desenvolvidas como temas transversais às disciplinas ofertadas no currículo escolar ao longo do ano letivo, ressaltando que é possível resgatar a cultura africana e indígena em nossa práxis profissional. Enquanto educadores temos a missão de educar para a liberdade, modificando o status estabelecido como único em nosso cotidiano (hooks, 2013). Assim sendo, nossas/os educandas/os se sentirão representadas/os e contempladas/os em nossa sociedade dada a importância do autoconhecimento e desenvolvimento humano para os indivíduos.

É diante do exposto sobre a trajetória da educação do povo negro brasileiro que se faz necessária a inserção de pedagogias que insiram a África como centro de seus estudos. Se durante séculos nosso povo negro não se viu representado, e tampouco pôde acessar espaços escolares, criar unidades comunitárias de ensino onde crianças, brancas, negras e indígenas possam ter acesso ao seu passado, que é tão negado durante nossa permanência nas instituições de ensino, pois de acordo com estudo realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) intitulado “Práticas Pedagógicas e Relações Étnico-Raciais: uma análise da construção da identidade negra da criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública de João Pessoa”, que teve como proposta investigar práticas de professoras no ensino das relações étnico-raciais e como ela influencia crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, revelou que houve uma melhora na autoestima de crianças negras e seu pertencimento racial, uma vez que analisaram que os preconceitos sofridos por uma criança negra interfere de forma direta na sua formação escolar¹⁴.

Desta forma, surge a relevância de dissertar sobre um conjunto de contribuições realizadas ao longo da trajetória terrena por Maria Stella de Azevedo dos Santos; como a contribuição dessa grande matriarca soteropolitana gera mudanças estruturais na comunidade escolar e nas práticas de ensinamentos pedagógicos, e como essa forma de ensinar contribui para que haja uma nova forma de enxergar as pessoas descendentes de africanos/as escravizados/as como seres potentes, com história, riquezas, de um ensino cuja as questões sobre relações raciais são colocadas como prioridade transversalmente às outras disciplinas do currículo escolar, abrindo assim que o debate sobre estruturas de apagamento da cultura preta tenha suas raízes no processo de tráfico de pessoas negras do Continente Africano para o Brasil e após a falsa libertação dos nossos antepassados e as políticas eugenistas que queriam exterminar toda a raça negra, que sem sua mão de obra gratuita, já não servia para o engrandecimento da nação.

Falar sobre a trajetória de Mãe Stella de Oxóssi e seu legado afro-pedagógico orgânico é retratar o resgate de uma mulher preta que ousou ser a primeira em muitas coisas em sua vida; símbolo de luta preta no que se refere à cultura, políticas públicas e religiosidade. Seus prêmios, seu

14 Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/boas-praticas-pedagogicas-podem-melhorar-autoestima-de-criancas-negras-diz-pesquisadora-da-ufpb>. Acesso em: 04/05/2023.

lugar na cadeira da Academia Baiana de Letras e a efetivação de uma escola centralizada nos saberes africanos é uma resposta ao atraso da inserção de pessoas negras na instituição escolar, em como a cultura africana sempre foi posta à margem,

demonizada e apagada por meio de metodologias que favoreceram uma cultura europeia com a finalidade de construir uma nação branca e higienizada. Para tanto, caminhar para essa riqueza contributiva de Stella é necessário primeiramente dissertar sobre como a Cidade de Salvador foi retratada como a Cidade das Mulheres: é primordial pois aqui trataremos de um corpo que é mulher, é preto, é Iyalorixá e é Baiano.

O próximo capítulo discorrerá sobre o estudo de Ruth Landes “Cidade das Mulheres”, que disserta sobre sua pesquisa antropológica na Cidade de Salvador e observações referentes às movimentações dos sujeitos negros habitantes nesse espaço. Sua pesquisa ressalta a importância do matriarcado no contexto da religião de candomblé, em como as mulheres, sobretudo as mulheres negras, tinham poder em seus terreiros e na sociedade, pois eram lidas como mulheres importantes e respeitadas diante da imponência que o poder espiritual as caracterizavam. A escolha sobre o Estudo de Landes se dá também por meio da identificação enquanto pesquisadora sobre sua curiosidade e vontade de dar respostas às suas indagações sobre as relações raciais no Brasil e a surpresa ao encontrar no meio do caminho de sua pesquisa a religiosidade e jeitos que a negritude e soteropolitana se relacionava em 1938. Além de, por meio da leitura, entender como o caminho de mulheres são desenhadas de acordo com o espaço geográfico e religiosidade que ocupam, ressaltando que elas não estavam, nem mesmo dentro de seus próprios terreiros livres de julgamentos machistas. Desta forma, entendi que a escolha de relacionar o estudo de “A Cidade das Mulheres” com a trajetória de Mãe Stella tem relação com a herança das raízes matriarcais do Candomblé, que fomenta a linha de sucessão do Ilê Axé Opô Afonjá, terreiro de Mãe Stella de Oxóssi.

Cap III. Ruth Landes e Salvador: Sobre racismo e papéis de gênero

“Ninguém é tão sábio que não tenha necessidade de ser um eterno aprendiz”¹⁵



Figura 4

No presente capítulo possuo o objetivo de minutar sobre a relevância da escolha da presente referência bibliográfica em minha pesquisa de dissertação, e para isso assinalo o ano de 1938 quando uma antropóloga estadunidense da Universidade de Columbia escolhe a Bahia, mais precisamente a cidade de Salvador, sob a orientação de Franz Boas e o incentivo de Heloisa Alberto Torres¹⁶, então diretora do Museu Nacional, com o propósito de desenvolver sua tese de Doutorado.

Essa decisão partiu da intenção em realizar um comparativo entre as relações inter-raciais brasileiras e norte-americanas advindas da interpretação de seu colega de curso Gilberto Freyre, de que no Brasil haveria uma democracia racial. O que a princípio seria uma pesquisa a fim de tratar sobre tais questões, foi sendo desenvolvida e readaptada para a visão de que entre o povo preto da Bahia haviam certas particularidades em relação a gênero e sexualidades nos espaços religiosos de terreiros de candomblé.

Filha de imigrantes Judeus e nascida em Nova York no ano de 1908, Ruth Scholoss Landes foi criada em um cenário de intelectuais judeus e negros que dialogavam pelo bem viver de sua gente, sendo muitos importantes personagens da renascença do Harlem¹⁷. Seu pai, Joseph Scholossberg, alfaiate saído da Rússia aos 13 anos de idade foi um dos fundadores do Sindicato Norte-Americano “Amalgamated garment Worke’s Union Of América”. Com todas essas

15 Todas as epígrafes foram retiradas do aplicativo criado por mãe Stella intitulado “orientações de Mãe Stella”, disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.sisau.axe&hl=pt_BR

16 Ingressou em 1925 no Museu Nacional. Para mais informações: https://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Listagem_de_artigos_e_periodicos/artigo_FARIA-LUIS.pdf

17 “Harlem Renaissance foi um movimento que surgiu na década de 1920, por professores/as, pesquisadores/as, escritores/as e artistas negros/as nos Estados Unidos, com mais intensidade no bairro do Harlem da cidade de Nova Iorque. Esse movimento renascentista foi uma possibilidade de enfrentamento às construções de preconceitos e estereótipos acerca da população negra”. Informação disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/11096/114115910>

influências, Landes construiu sua dissertação de Mestrado sobre os “Negros judeus que seguiam a liderança de James Garvey”. (LANDES, 2002, p. 10).

Antes de chegar à cidade de Salvador, com 30 anos, um pouco antes da segunda guerra mundial, ouvia dizer sobre a relação entre os negros brasileiros com “a população geral”.

Sabíamos pouco do Brasil naquela época, entre meus amigos havia o sentimento geral de que eu estava sendo mandada ao extremo do tabuleiro do mundo [...] grande parte dos nossos conhecimentos sobre o Brasil, naquele tempo, estava longe de ser tranquilizadora. A região amazônica era um inferno verde, de acordo com um romancista inglês [...]. (LANDES, 2022, p. 35 e 36).

Essa era a imagem de um Brasil conhecido por Landes, embora outros/as pesquisadores/as tenham vindo anteriormente para realizar estudos nas áreas da geologia, engenharia e história; houve pouca divulgação, dificultando assim o acesso a materiais em bibliotecas que sustentassem estudos brasileiros. Contudo, foi encontrado na Universidade de Fisk “escola de negros” de Nashville – Tennessee, compilação de materiais de pesquisa realizados em centros de raça negra no Brasil. Ao saber desse fato, Landes foi convidada a se aprofundar por meio de estudos da coleção das pesquisas e “acostumar-se com os negros” antes de sua vinda ao país. (LANDES, 2022, p. 37).

Ao embarcar para o Brasil Landes teve seu encontro com o racismo que brasileiros de ancestralidade negra recebiam desde o início do processo de tráfico de pessoas do continente africano: “*Você vai para um país de macacos - exclamou com escárnio e desapontamento, quando eu disse que planejava passar cerca de ano e meio no Brasil – ora, são todos pretos, atrasados como na África*”. Disse um argentino de Buenos Aires, e prosseguiu com seu pensamento racista ao verbalizar que Landes nos encontraria balançando-nos em árvores, suspensos pelos ramos.

A intenção era fazer com que ela mudasse de opinião, pois era branca demais para conviver conosco, raça atrasada como africanos. Landes responde ao racista argentino: “*talvez você mudasse de opinião se chegasse a conhecer um negro amável, bem educado. E alguns têm a pele tão clara quanto eu... é bem possível que você não os reconhecesse*”. (LANDES, 2002, p.39).

Ora, se o fato de ser uma pessoa negra não é suficiente para sermos tratados com respeito, então precisamos ser educados como quem? Claros como o que? Isso desvela o sentido de “outridade” escrito e oralizado por Kilomba (2019), onde sujeitos negros se tornam as/os outras/os. Há sempre uma explicação envolvida, uma justificativa para que possamos ser amadas e respeitadas como pessoas: não basta ser, precisamos explicar. Ou argumentar. Tal pensamento racista do homem argentino sobre a ausência de civilização no Brasil e de Landes sobre precisarmos ser respeitados por nos enquadrarmos em alguma concepção de corpo colonizado, pois até existem negros educados e de pele tão clara, pode parecer ter sido fincado e findado na década de trinta, porém, infelizmente não é o retrato da realidade social brasileira atual. Pode-se perceber que na sociedade brasileira contemporânea: “O racismo constitui-se num sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na

crença da superioridade e inferioridade racial”. (GOMES, 2017, p.98). Essa hierarquização constitui uma série de materializações em que o racismo é o condutor de violência contra pessoas pretas no país, como os exemplos a seguir: *Skatista é xingado de “preto de merda” por oficial da Marinha no dia 2 de setembro de 2022*,¹⁸ *criança negra apanha em mercado por errar o carrinho de compras*¹⁹; *Casos de racismo voltam a aumentar nos estádios brasileiros*²⁵; *denúncias de intolerância religiosa chega a 45,6% no primeiro semestre de 2022*²⁰.

Esses, junto a outros exemplos diários de casos de racismo no país, constituem a lógica de comportamentos racialistas-racistas que coloca pessoas brancas como privilegiadas em diversos campos de atuação da vida cotidiana, como acesso a melhores salários, chegando a ser duas vezes maior do que o de pessoas negras²¹. E dentre o grupo de pessoas negras, mulheres negras tem os seus salários ainda mais diminuídos: *“Mulheres negras formam o grupo que enfrenta as piores condições. A média geral do rendimento médio mensal, considerando gênero e cor/raça, fica em R\$ 2.426. Estes dados de rendimento consideram os ganhos recebidos a partir do trabalho principal. Enquanto os homens brancos ganham R\$ 3.467, as mulheres negras recebem R\$ 1.573*²⁸”.

Esse conjunto de disparidades sociais sob o viés da raça e de violências raciais promovem o que Kilomba conceitua como branquitude (2019, p.56), apresenta-nos esse local da branquitude como aquele em que o sujeito incluso nessa categoria está em seu lugar; e esse lugar é o de superioridade. Em contraponto, o racismo delimita quem está fora de seu lugar, *“e por essa razão, são corpos que não podem pertencer [...] Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão no lugar, em casa, corpos que sempre pertencem”*.

Sobre isso, Ribeiro (2019) nos diz que sujeitos brancos não possuem o exercício de pensar sobre sua própria raça, o seu lugar na sociedade: o que falam, o que pensam, quem suas mãos matam e qual lugar ocupam no combate ao racismo no país. Ressalto que embora admire a obra de Landes e entenda seu lugar de antropóloga estadunidense condutora da minha pesquisa, não descartarei o fato de que sou uma mulher negra, uma mulher lésbica, assistente social, educadora e pesquisadora, e por isso intentarei caminhar meus escritos sob uma ótica crítica de análise baseada no meu caminhar de referências bibliográficas e movimentações nas militâncias negras e LGBTQIAP+.

Retomando a trajetória de Landes ao Brasil quando em sua chegada precisou conversar com o ministro Osvaldo Aranha: - “Esta carta diz que a senhora não é um desses repórteres sensacionalistas. Ótimo, o Brasil precisa ser corretamente conhecido. Especialmente a sua situação política”.

18 Informação disponível em: https://www.geledes.org.br/isso-e-inaceitavel-diz-skatista-sobre-ter-sido-xingado-de-preto-de-merda-por-oficial-da-marinha-em-sp/?amp=1&gclid=CjwKCAjwvNaYBhA3EiwACgndgg1XXqnOJ3MVRTzHo5gHiczmYzcVQ44-xsCGaRNpWOr3COaxb6FTIxoCkNMQAvD_BwE. Acesso em 05/09/2022.

19 Informação disponível em: https://www.geledes.org.br/bateram-no-meu-filho-porque-peguei-o-carrinho-errado-diz-nigeriano-alvo-de-racismo-em-ms/?amp=1&gclid=CjwKCAjwvNaYBhA3EiwACgndgg1XXqnOJ3MVRTzHo5gHiczmYzcVQ44-xsCGaRNpWOr3COaxb6FTIxoCkNMQAvD_BwE. Acesso em 05/09/2022.

20 Informação disponível em: https://www.geledes.org.br/casos-de-racismo-voltam-a-aumentar-no-futebol-brasileiro-mostra-relatorio/?amp=1&gclid=CjwKCAjwvNaYBhA3EiwACgndgg1XXqnOJ3MVRTzHo5gHiczmYzcVQ44-xsCGaRNpWOr3COaxb6FTIxoCkNMQAvD_BwE. Acesso em 05/09/2022.

Para contextualizar ainda melhor esse cenário, Osvaldo²⁹ verbaliza a lógica higienista instaurada no país:

[...] e uma vez que vai estudar os negros, devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente, por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, embranquecendo a raça brasileira”. (LANDES, 2002, p. 40 e 41).

Expurgar o sangue negro do Brasil é tratado por Abdias Nascimento (2016) como genocídio do negro brasileiro, base para a eugenia do país, constituindo assim a raça ariana: pura, branca, educada e civilizada, tudo o que uma pessoa negra não é de acordo com as lentes do colonizador. Ponto para entender esse processo de higienização é a miscigenação conseguida por meio de estupros coletivos a mulheres escravizadas. Esse processo é nomeado por Nascimento (2016) como “eliminação da mancha negra”. Tal ideologia de Estado eugênica necessitava e ainda necessita ser mais amplamente e melhor compreendida. Além de pesquisas e produção de textos, é necessário que movimentos sociais mobilizem e convoquem a população para que haja um combate efetivo ao racismo no Brasil. Gonzáles (2020) nos apresenta tal intercessão política como a forma mais direta que os sujeitos podem estabelecer contra os poderes hegemônicos e que nos colocam a margem da sociedade, como no caso da população negra que se ajuntou nos movimentos negros e nas associações de moradores de favelas e bairros periféricos. Quando em 1978 o movimento negro unificado surge e se estende por todas as regiões do país.

A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES apud GOMES, 2017, p. 22).

Gomes (2017) trata o movimento negro como um ator político, que cuida dos temas raciais como geradores de políticas afirmativas onde seu lugar deixa de ser o de inferior, mas o que agora movimenta a engrenagem para que políticas públicas para a população negra sejam vistas como processos emancipatórios.

Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. (GOMES, 2017, p. 21)

As ações de racismo supracitadas constituem uma estrutura social, que Almeida (2020) versa como elemento fundante de uma ordem social embranquecida, sendo esse fenômeno denominado como racismo estrutural, que ganha materialidade por meio do poder hegemônico nas relações sociais onde se diz quem estará no topo (corpos brancos) e quem estará à margem (corpos negros).

Caminhando mais um pouco para a intencionalidade da presente pesquisa, a memória da presença de mulheres nesses movimentos devem ser ressaltadas e jamais esquecidas. Daí a necessidade de investigar as circunstâncias, motivações e interesses, à volta da trajetória de Mãe Stella De Oxóssi, com a finalidade de compreender e explicar a forte presença de Stella no processo de contribuição para a educação brasileira.

3.1 Papéis de gênero e família na cidade das mulheres e na atualidade

Para navegarmos até a matriarca Stella De Oxóssi, faz-se necessária a compreensão de que o estudo de Ruth Landes é útil para entendermos os papéis sociais de gênero impostos pelo sexismo, mas, sobretudo, o que é imposto a mulheres negras com recorte em suas sexualidades e seu gênero. Por isso, tratarei aqui os conceitos de família e papéis de gênero considerando o que Ruth Landes testemunhou em seus escritos, tecendo o caminho de chegada até Stella.

Com o propósito de escrever sobre o papel de Mãe de Santo de Maria Stella e de outras famílias registradas por Landes (2002) em seu estudo, assinalo a visão de Oyèwùmí (2004), que nos apresenta a perspectiva africana de família como aquela que não está inserida dentro da lógica colonial europeia da família nuclear burguesa. No interior da família Yoruba há diferenças conceituais dentro do que enxergamos no ocidente como opressão: meninas e meninos não são nomeados ao nascerem.

Nas relações sociais a categoria de Iyawo abrange homens e mulheres e ainda, denotam “devotos dos Orixás (divindades) são chamados iyawo Orisa. Assim, os relacionamentos são fluidos, e papéis sociais, situacionais, continuamente situando indivíduos em papéis modificativos, hierárquicos e não hierárquicos”. (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 6).

Em contraponto, Landes lança em sua pesquisa seu olhar sobre a família do Senhor Martiniano e sua esposa, apresentando a seguinte passagem “[...] fui-lhe então apresentada e ela confirmou a apresentação com um olhar dolorosamente tímido [...]”. Nesse momento citado a jovem esposa entra no ambiente de cabeça baixa e não se comunicou com ninguém na frente de seu esposo, somente servia e se retirava do ambiente. Questão importante para pensar como a organização familiar negra está sendo vivida no ocidente após o sequestro de todas as identidades das pessoas africanas. Há um contraponto argumentativo a ser feito uma vez que existem estudos embasando outras formas de relações familiares. (LANDES, 2002, p. 71).

Esse exemplo retrata um momento de conversa descontraída, onde Landes era apresentada a Seu Martiniano Eliseu do Bonfim, um homem sábio de 80 anos de idade, filhos de pais que compraram a sua liberdade e enviado aos 14 anos de idade para Lagos, na África Ocidental. Aprendeu sobre as tradições tribais de seus antepassados e inglês nas escolas missionárias.

[..] de qualquer modo, não acredito muito nessas moças que dirigem os terreiros hoje em dia. O que elas querem é fazer dinheiro e arranjar homem. A maioria é muito moça para se dedicar aos deuses. Afinal de contas, Menininha tem só 42 ou

43 e o sangue ainda lhe corre quente nas veias! Mas a experiência dela é das melhores, porque foi treinada pela tia, d. Pulquéria, que tornou famoso o templo do Gantois. Foi lá que o dr. Nina Rodrigues realizou as suas pesquisas, o senhor sabe, e ele achava que não havia outra como d. Pulquéria. Mas, hoje em dia, no meio dos serviços religiosos, elas estão pensando em outras coisas: no homem com quem estiveram ontem, no homem que verão amanhã, nos homens que as estão vendo dançar. Isso não está certo, quando deviam estar louvando os deuses! E os novos templos de nação de caboclo... meu Deus, estão acabando com tudo, estão jogando fora as nossas tradições! E permitem que homens dançam para os deuses!. (LANDES, 2002, p.70).

A visita teve como objetivo aproximar Landes de relatar a sua curiosidade sobre o recém lançado grupo de União das Seitas Afro-brasileiras no Brasil, que tinha Martiniano como presidente e Édison Carneiro como secretário. A união tinha como propósito “*impor altos padrões tradicionais de conduta e defender os grupos do culto contra a polícia*”. (LANDES, 2002, p. 62).

[..] Veja Tia Maximiana – Tia Massi, como a chamam. É a chefe do mais velho templo do Brasil, o Engenho Velho, que deve ter mais ou menos 150 anos. Mas ela faz tudo errado e, ainda pior, tenta fazer baixar as almas dos mortos no seu templo! Isso é um sacrilégio! – Gritou, realmente horrorizado. – Só os homens devem encarar os mortos! Mas, no Engenho Velho, as mulheres encaram os mortos e fazem-lhe perguntas!... por isso me afastei. (LANDES, 2002, p. 69).

Na conversa supracitada que seguia, pode-se perceber que papéis de gênero sexistas dentro do terreiro de candomblé são ressaltados por Martiniano. Outra passagem que relata a divisão de papéis de gênero é o cuidado da cidade relegado a mulher, que pode ser tanto observado por uma ótica de opressão como também sob o olhar de poder, uma vez que esse cuidado era visto como um privilégio que só elas possuíam.

González (2020) nos diz que no seio dos terreiros de candomblés, as mulheres negras possuem o poder de exercer os papéis de líderes e que talvez seja a única forma de estar sob a condição de superior em relação a outras identidades; como homens e mulheres de alto poder aquisitivo e de etnia caucasiana.

Afinal, tarde da noite, quando a maioria das famílias se preparavam para dormir, algumas negras velhas vagueavam pelas ruas sombrias, e olhando o céu baixo, entoavam cantos de melodias claras e melancólicas de origem africana, e de versos em parte africanos e em parte portugueses, comercializando guloseimas, comidas, e bebidas que tinha para vender. E esses cantos pesarosos eram ternos aos ouvidos e embalavam a cidade. (LANDES, 2002, p. 53).

Essas mulheres que embalavam a cidade com seus cânticos e dons gastronômicos fazendo de Salvador um tanto de África eram as mesmas que eram observadas pelos olhos do julgamento machista. Se isso é compreensível perante os valores e características da sociedade soteropolitana naqueles tempos, é evidente que hoje, apesar de tanta literatura e debates abertos sobre esses problemas, ainda vivemos em um mundo que papéis sociais são divididos e subdivididos por raça,

gênero, sexualidades e classe sob uma ótica europeia de família nuclear burguesa.

Esse cenário paradoxal em que Ruth testemunhava mulheres como protagonistas na cidade de Salvador e ao mesmo tempo vigiadas por critérios machistas, foi possível por meio da troca de cartas de apresentação entre a Universidade de Fisk e do Rio de Janeiro que pavimentou um caminho de encontro entre Landes e Édison Carneiro. Este se tornaria seu guia e confidente: um grande Griô²² e intelectual em seus 27 anos de idade, formado em Direito, também jornalista e atuante na luta pelos direitos do povo de Candomblé expressar de maneira livre sua cultura, religião e histórias; além de ser autor de dois livros intitulados “religiões negras” e “negros bantos”, de 1936 e 1937 respectivamente.

Ruth Landes e Édson Carneiro nos levam a caminhar junto com seus olhares, oralidades e pensamentos sobre a cultura negra estabelecida a época: ruas, casas, festas, terreiros, matriarcas; estas ganhando espaço de destaque na pesquisa antropológica de Landes (2002). Quando ao iniciar seu estudo de campo e buscar grandes lideranças negras, Ruth encontrou mulheres gerindo, gestando, parindo, abençoando, comandando espaços de ritos, educação de crianças, de homens e de outras mulheres; em sua visão, a cidade de Salvador era delas e feita por elas!

A importância de Carneiro na construção de pesquisa de Landes é de suma importância para entendimento da grandiosidade das histórias daquela gente, pois era por meio dele que Ruth acessava os espaços sagrados dos terreiros, mesmo sendo estrangeira, branca e não iniciada no Candomblé. (LANDES, 2002). Em conversa com Carneiro, Landes questiona se não é incomum que a mulher chegue à notoriedade no Brasil, ao que Édison responde: “-Não na Bahia- sorriu ele não no mundo do candomblé. A coisa aqui é outra”. No que a conversa se esquadrinha, Carneiro segue apresentando a Landes o significado do Candomblé e o motivo de mulheres estarem ao centro dessa religião.

Uma grande diferença entre o candomblé e o catolicismo é que os africanos tentam trazer os deuses à terra, onde os possam ver e ouvir. E esse é o trabalho mais notável das mulheres que são sacerdotisas num templo. A mulher é possuída por um santo ou deus, que é o seu patrono e guardião; diz-se que ele ou ela, desce na sua cabeça e a cavalga e, depois, usando seu corpo, dança e fala. Às vezes, diz-se que a sacerdotisa é a esposa de um deus e as vezes que é o seu cavalo.(LANDES, 2002, p, 76).

Dissertar sobre a presença de mulheres e também de homossexuais nos terreiros de Candomblé e de Caboclo da Bahia rendeu a Landes críticas de antropólogos brasileiros . Mais precisamente de Artur Ramos, professor da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, de Margaret Mead, do museu de História da cidade de Nova York, e também de Melville Herskovits, da

22 Contador de histórias. Disponível em: https://www.ufrgs.br/colégiodeaplicacao/wp-content/uploads/2020/03/Teatro_Luciane.pdf

Northwestern University.

As reações ao estudo de Landes foram em relação ao relatório com o título “Matriarcado cultural e homossexualidade”, criticado por Artur Ramos em seu livro “A aculturação negra no Brasil” onde ele nega que a homossexualidade e religiosidade coexistam juntas nos espaços de terreiro.

Tais críticas me fazem pensar sobre as dicotomias em estudos sobre gênero, raça, sexualidades e religiosidades, uma vez que quando tudo está posto à mesa há a dificuldade de entender sobre os processos de opressão que cada corpo testemunha em suas caminhadas nos diferentes espaços que ocupam.

Sobre isso, exponho o dossiê sobre pessoas negras e LGBTQIAP+ “Qual é a cor do invisível” (PORTO, 2020, p.75). Nele, se vê que é rotineira a fala de ativistas LGBTQIAP+ negras/negros moradores de periferias, de que enquanto homens cisgêneros gays e brancos de classe média se preocupam com o “direito ao casamento e à adoção homoparental, travestis e mulheres transexuais negras ainda estão reivindicando o direito mais básico; a vida”. Com isso o dossiê apresenta que há um grupo de sujeitos que são vistos como dignos de direitos sociais, enquanto outros não. “A criminalização dos nossos corpos é intensificada, inclusive, dentro desses espaços que seriam para emancipar e dar alguma garantia de vida.”. Dessa forma, cabe a discussão do pressuposto de que a sociedade é LGBTIfóbica e racista. E no que tange a essas violências, diálogo a LGBTIfobia sob a ótica de estruturas sociais. Para tanto, (2020) Benevides; Nogueira (2019) dialogará com Jaqueline Gomes de Jesus (2012) trazendo a percepção de que as violências de gênero e sexualidade são transmitidas no seio da sociedade de forma geracional, constituindo papéis sociais a serem executados por homens e mulheres dentro do que seus sexos pré-determinam.

Benevides; Nogueira (2019) nos apresentam uma estrutura LGBTIfóbica representada por uma sociedade que não foi pensada para a população LGBTQIAP+. As autoras nos mostram que movimentos sociais questionam a ausência de discussões sobre a temática, o que ocasiona a manutenção dos privilégios dos sujeitos que nascem com uma sociedade posta para que as barreiras que precisam ultrapassar no curso da vida sejam consideravelmente inferiores àquelas que “vivenciam uma forma diferente de existir”, como as diferenças socioeconômicas, território, raça e rede de apoio. Por exemplo: A vivência de um corpo gay branco cis em um bairro de classe média é a mesma que a de um homem gay negro morador de comunidade? No que se refere à estrutura cisnormativa, Jesus (2012) nos fornece a questão de que, em termos de identificação de gênero, é possível que os sujeitos sociais se identifiquem como “cisgênero”, pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento, e pessoas “transgêneras”, como aquelas que não se identificam com o gênero atribuído. Sobre isso, a autora destaca que no Brasil

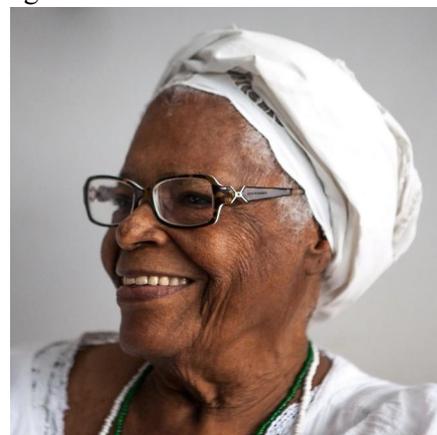
ainda não há um consenso em relação ao termo transgênero: *“Há quem o considere como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las.”* (JESUS, 2012, p.11).

Diante das discussões até aqui trazidas, sobre raça, racismo, relações de gênero e sexualidades é que o próximo capítulo abordará a vida da Matriarca Maria Stella de Azevedo dos Santos, pois a presente pesquisa entende que todos os conceitos supracitados faz parte de um corpo educador que foi Mãe Stella de Oxóssi. Tem como intencionalidade trazer reflexões entorno de suas honrarias e contribuições para a transformação do currículo escolar, e como a lesbifobia afetou sua vida e está enraizada em adeptos do Candomblé. Exibirá ainda entrevistas dadas por ela como forma de dar corpo aos seus pensamentos e sabedoria.

Cap IV: Maria Stella Azevedo dos Santos: A Ialorixá educadora

“O idoso é detentor de grande axé, respeite-o!”

Figura 5



O Ofá simboliza Oxóssi, Orixá de Mãe Stella; era estável: suas decisões se embasavam no diálogo; flexível: “em seu terreiro tinha padres dominicanos e franciscanos como postulantes a iniciação”. Corajosa: ousou ser mulher, Ialorixá do Candomblé, mulher negra defensora dos seus direitos e de sua comunidade (CAMPOS, 2003, p.48). E eu acrescento que também, ao longo de sua vida, se relacionou com outras mulheres

Ser Ialorixá no candomblé é uma titulação que diz respeito ao exercício de um poder soberano nas casas de candomblé da Bahia. São elas depositárias de axé, que é “transmitido através de encadeamento: os antecessores receberam o axé e o transmitiram a seus sucessores. Nesse sentido, quanto mais pura a linhagem, mais se pode recuperar o axé trazido de África”. “O axé é uma força mágica e mítica, e as Ialorixás são os veículos que transportam, mantêm e recriam isso que é mensagem, alimento e força”. (CAMPOS, 2003, p.14). No presente capítulo irei assinalar a trajetória de Mãe Stella De Oxóssi: seu legado enquanto mulher preta, mãe de Santo, ativista social no respeito aos ensinamentos pedagógicos africanos por meio de suas obras e projetos sociais, mas confesso que é difícil conseguir dar conta de tantas Stellas, numa pesquisa como essa.

Conhecida como “práticas animistas e esquisitas dos negros” no mundo dos brancos, Stella recebeu por herança do candomblé de sua avó Theodora o legado dentro da religião. Em seu núcleo familiar, os conflitos eram resolvidos de forma amorosa, o que era necessário face aos episódios nos quais Maria se via em situações, como diferente de outras pessoas, por seus comportamentos conflitantes. E para que fossem solucionados, foi levada até um jogo de aluô – búzios, quando então Pai Cosme de Oxum lhe afirma que deveria ser iniciada na religião, pois seu caminho era de Ialorixá. Foi então iniciada por Mãe Senhora no ano de 1939, aos seus quatorze anos de idade. Recebeu no Orunkó²³ o nome de Odé Kayodé (o caçador de

23 No contexto da religiosidade afro-brasileira, o indivíduo recebe, ao ser iniciado, um nome pelo qual será identificado dentro de sua comunidade. Dessa forma esse “novo nome” representa a ligação com o ancestral.

alegrias).

Passagem que evidencia a ligação entre Brasil e África por meio da iniciação de Mãe Stella foi sua ida a Oshogbo-Nigéria, no ano de 1981. Visitando templos e casas de Orixás, Stella entoou canto para Oxum, causando emoção nas pessoas presentes e denotando entrosamento com nigerianos. Quando visitou as Cidades de Ede e Ile-Ifé ficou comovida por reconhecer os cânticos e rituais, pois eram os mesmos perpetrados na Bahia. “Alegrou-se por ver coisas que são familiares em seu ilê: o xerê (chocalho) de Xangô, o orobô (noz-de-cola) e o obi (cola) cerimoniais. Apesar das barreiras linguísticas fez amigos e foi homenageada³²”. (CAMPOS, 2003, p. 40).

Maria Stella encarnou nesse plano no ano de 1925 na data de 2 de maio, sendo escolhida como quinta Iyalorixá do Ilê Ase Opô Afonjá em 19 de março de 1976 por meio de jogos de búzios, como consta no livro de atas do Conselho Religioso da casa²⁴.

Segundo Campos (2003), O sincretismo religioso era visto por Mãe Stella como um modelo de opressão, como uma volta aos tempos de repressão policial onde pessoas praticantes da religião eram caçadas como na escravidão. Para ela, o sincretismo era algo sem valor na atualidade; lutava para que os Orixás do Candomblé não fossem mais vistos como os Santos da Igreja Católica.

a líder religiosa sempre condenou o sincretismo religioso. para a mãe de santo Stella de Oxóssi, candomblé é candomblé e catolicismo é catolicismo mesmo assim sempre pregou a convivência harmoniosa de todas as religiões[...] você vai ver sabe que o santo Antônio existe, você ver que o espírito santo existe, você vê que buda existe em cada um dentro da sua formalidade de verdade [...] não que seja melhor do que o outro é escolher.²⁵

Cada religião em seu lugar, e o povo preto já era e deveria se sentir livre do olhar branco colonizador com o propósito de resgatar sua autoestima. Maria Stella de Azevedo Santos foi uma mulher que aceitou a realidade para poder transformá-la. “Através do processo de aceitação dessa circunstância foi possível para Mãe Stella transformação. Havia um elemento de transcendência que era a luz orientadora: a fé”. (CAMPOS, 2003, p.64).

Antes de iniciar uma descrição do processo pedagógico deixado por Mãe Stella como herança, sinto que, enquanto pesquisadora não somente das relações raciais, mas também de gênero e sexualidades, vislumbro que, ao ser Mãe Stella companheira de outra mulher, seu corpo ganha mais um significado para as

24 Em 1983 o professor Wande Abimbola, à época reitor da Universidade de Ile-Ifé, fez questão de realizar em Salvador, na Bahia a II Conferência da Tradição dos Orixás, porque sabia haver nessa cidade brasileira raízes profundas da cultura ioruba”. (CAMPOS, 2003, p.40).

25 Informação disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/historico/maria-stella-de-azevedo-santos>. Acesso em: 06/06/2022.

lutas negras no Brasil. Embora nunca tenha dito sobre sua sexualidade, e não será eu quem mencionarei em qual letra da sigla LGBTQIAPN+, é um fato constatado por meio de entrevistas e assuntos públicos que Stella ao longo de sua vida teve ao seu lado companheiras, relacionamentos amorosos com mulheres. Não cabe a mim, intitular qualquer sujeito social sobre a nomeclatura sobre a qual ele refere sua sexualidade, no entanto, seria uma lacuna e um erro de minha parte, como mulher negra, lésbica e pesquisadora de gênero, não pontuar sobre a questão de mulheres que se relacionam com mulheres, sobretudo mulheres negras.

Diante do exposto da vida de Maria Stella, recorro de Lorde (1984) que nos diz que se ignorarmos o passado, temos a tendência a repetir os erros no futuro. A autora assinala o conflito de gerações como agente instrumentalizador e reproduzidor de repressões na vida cotidiana, sendo essa instrumentalização mais um campo de luta para os movimentos defensores dos Direitos Humanos não relegarem pautas sobre pessoas pretas idosas, sobretudo se essas são figuras públicas importantes nas construções de saberes e militâncias a favor do povo preto brasileiro.

A discussão sobre regulação e emancipação do corpo negro diz respeito a processos, vivências e saberes produzidos coletivamente. Isso não significa que estamos descartando o negro enquanto identidade pessoal, subjetividade, desejo e individualidade. Há aqui o entendimento de que assim como “somos um corpo no mundo”, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie a individual. (GOMES, 2017, p. 94).

Por meio do entendimento de que o corpo negro é um corpo histórico, onde nossas identidades pertencem a uma conjuntura coletiva de dores, mas também de lutas, é que precisamos nos permitir entender o processo da prática educativa como emancipador e construído por diversas identidades de sujeitos comprometidos com o processo de realização de práticas de ensino alicerçadas em valores de resgate cultural negro. E entende-se aqui na presente pesquisa que a educação para a liberdade sexual e de gênero precisa caminhar em conjunto com outras lutas que são massacradas por políticas que insistem em colocar corpos e culturas dissidentes das europeias à margem na sociedade.

Se os membros mais jovens de uma comunidade veem os mais velhos como desprezíveis ou suspeitos ou dispensáveis, eles nunca poderão dar as mãos e examinar a memória viva da comunidade, nem fazer a pergunta mais importante: “Por quê?. Isso provoca uma amnésia histórica que nos mantém trabalhando na invenção da roda toda vez que precisamos ir ao mercado comprar pão. (LORDE, 2012, p. 144 e 145)

Ao pesquisar sobre Mãe Stella no site de buscas “Google”, é possível encontrar muitas reportagens sobre sua vida, sua obra e legado tanto para a comunidade do candomblé como para o movimento negro. Entretanto, poucos artigos e entrevistas apontam a sexualidade de Stella como algo intrínseco a ela. Não

encontramos nenhuma reportagem onde Maria Stella afirma qual sua sexualidade, contudo é de conhecimento público que ela tinha uma companheira com quem se relacionava e, posteriormente, foram morar juntas.

Quando me deparei com um site que chamava a atenção de que Mãe Stella, além de tudo que ela representa como mulher, preta e de axé, também representava a comunidade LGBTQIAP+, comentários são encontrados. O artigo intitulado “Salve Stella de Oxossi, Ialorixá do Aló”. Aló que em tradução do yorubá é como nomeiam lésbicas, em alusão à pedra de moer o feijão para o acarajé, por analogia ao movimento de esfregar uma pedra na outra²⁶.”

Ao término da leitura, é possível que leitores possam deixar comentários expondo a sua opinião. Aqui, quero colocá-los como forma de iniciarmos um debate referente ao silenciamento, homofobia e intolerância.

Comentário 1:

Não sou afeito a polêmicas porque estas, geralmente, levam a contendas e desentendimentos. Muito pelo contrário, sou da paz! Entretanto não posso deixar de perguntar: o que tem a sexualidade de qualquer pessoa a ver com a vida – pública ou privada – dela ou com as nossas vidas? Por que aflorar ou disseminar esta informação tão pessoal? Ajuda a quem ou a que? Maria Stella Azevedo dos Santos, a grande Mãe Stella do Ilê Axé Opo Afonjá é um exemplo grandioso para a comunidade religiosa de matrizes africanas. Um exemplo extraordinário para as mulheres brasileiras e do mundo. Poucas mulheres negras no Brasil alcançaram o que Mãe Stella atingiu e não estou referindo apenas à majestosa e mais que merecida condecoração da Academia Baiana de Letras. Já li ‘Oxossi, O Caçador de Alegrias’ cinco vezes e cada vez que você ler um livro de Mãe Stella vai entender a falta que ela nos faz e vai fazer. Sem falar no sublime privilégio de ter convivido, eventualmente, com esta senhora. Atualmente vejo, no facebook, dezenas de imagens com pessoas posando e postando seus ‘selfies’ ao lado a Iyalorixa, entretanto não vi tal posicionamento dos internautas quando se julgava (e sentenciava) tanto o fato de Mãe Stella ter deixado o terreiro para viver em Nazaré – e eu postei uma imagem que dizia ‘Somos Todos Afonjá’, na ocasião. Por favor. Esta senhora deve e merece ser lembrada e homenageada sempre que houver oportunidade para tal. Nossas crianças, adolescentes e jovens devem, e merecem, conhecer a Mãe Stella (e a Stella Azevedo) que tanto engrandeceu a nossa imagem e a nossa estima. Por favor!

Comentário 2:

Mãe Stella com um currículo invejável mas, pro movimento gay só interessa colocar mais uma na confraria, ela está acima disso tudo o que vai prevalecer é o seu legado seja no terreiro, na comunidade em que viveu, nos títulos que angariou, o mais é o menos importante

Comentário 3:

Ridículo artigo. Além de imoral com as divindades africanas, um insulto ao povo de santo.

Para que se abra uma discussão sobre a relação da diversidade sexual e de gênero e religiosidade é necessário observar sob quais prismas os sujeitos sociais estão inseridos, de qual

²⁶ Disponível em: <https://blogs.correio24horas.com.br/mesalte/salve-stella-de-oxossi-ialorixa-do-alo/>. Acesso em: 06/03/2023.

cultura fazem parte, de onde vem a percepção de que tratar sobre a orientação sexual de uma mulher de Axé do Candomblé é sinônimo de falta de respeito aos fundamentos da religião. Cabe a reflexão de que se ao ocultarmos nossa identidade sexual e de gênero buscaremos uma limpeza dos espaços, ou seja, a homossexualidade ainda sendo tratada como uma parte suja de nossas vivências.

Sobre isso, Kaio lemos (2021), em seu estudo “No candomblé quem é homem e quem não é: práticas discursivas de homens trans”, nos apresenta reflexões referentes a binariedade dos sexos masculinos e femininos presentes na religião. Trata-se de um estudo que intenta desvelar como a transexualidade é percebida dentro das práticas de terreiro e como a normatividade cisgênera e heterossexual se coloca nos espaços de axé.

Lemos (2021) afirma em seu estudo que embora o candomblé seja uma religião socialmente conhecida por acolher a diversidade de orientação sexual, ela ainda está inclusa em uma lógica binária de gênero, conforme relatos demonstrados em sua pesquisa, onde uma das pessoas entrevistadas verbaliza que um homem transexual antes de sua transição foi feito de ekédi²⁷, cargo exclusivo a mulheres cisgêneras, logo, pela ordem da religião ele não poderá sair do roncó²⁸ novamente com um cargo masculino. A pessoa entrevistada diz ainda que essa definição não é de ordem do pai de santo, por mais que ele seja estudado e aberto as discussões de gênero, é a natureza da religião que está inserida em uma ordem cisheteronormativa e patriarcal que divide funções por questões de gênero binários.

Lemos (2021) se debruça em Butler (2003) para esboçar o quadro de processos performáticos de gênero que está alicerçada na crença de uma “natureza biológica” que atribui a sujeitos sociais funções para seu pênis e sua vagina.

O empenho teórico de Butler (2003a) está em apresentar a pluralidade social tanto em relação às práticas sexuais quanto às diversidades de identidades de gênero, anulando a forma cisheteronormativa e declarando que essa norma não passa de um conjunto de signos sociais e dogmáticos que podem ser transgredidos e desconstruídos”. (LEMOS, 2021, p.350).

A socióloga Saffioti (2004) evidencia o conceito de gênero como construído no interior das relações sociais e culturais nas diferentes sociedades, causando interferência na forma como os indivíduos se relacionam entre si. Faz parte de uma categoria histórica e não se limita em tratar somente a dominação do masculino sob o feminino, mas que “regula as relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher”. (SAFFIOTI, 2004, p. 45)

27 “As ekedis são aquelas que têm a responsabilidade quando a chefe do terreiro está incorporada, então quem toma conta de tudo naquele momento é a ekedi, então ela tem muito poder”. Informação disponível em: [O que é uma ekedi no candomblé? - Mulheres de Luta](#) . Acesso em 15/08/2023.

28 (quarto de santo ou camarinha”. Informação disponível em: [pdf](#) . Acesso em: 15/08/2023.

O debate sobre gênero, segundo Freitas et al (2011), é de fundamental importância para que se compreenda as formas como as culturas de diferentes tempos históricos determinam a maneira como os sexos (masculino e feminino) irão se relacionar na vida social, buscando entendê-las como não sendo naturais, uma vez que “são socialmente construídas e se transformam de uma sociedade para outra [...]”. Sendo imperioso se distanciar da fatalidade existente sobre as formas que tais relações foram estabelecidas, apontando para a possibilidade de sua desconstrução e reconstrução. (FREITAS et al, 2011, p. 162).

Portanto, ao discutirmos sobre relações sociais de gênero é indispensável que se reflexione sobre como essas relações são dadas em espaços religiosos. Se ousar dizer que Mãe Stella representa o “Aló” é atacar os fundamentos da religião, como podemos avançar nos debates sobre racismo religioso e intolerância religiosa que ataca pessoas negras e de religiões de matrizes africanas no Brasil? Como negar a discussão de uma identidade que é violentada e ao mesmo tempo lutar pela reafirmação da luta negra e de Candomblé no Brasil?

Quando se lê sobre a orientação sexual de Mãe Stella, estamos falando sobre a dissidência heterossexual, na qual estamos indo contra um sistema de heterossexualidade compulsória onde o padrão de desejo afetivo e sexual é determinado pela ótica patriarcal. Adrienne Rich (2012) e seu texto “heterossexualidade compulsória e existência lésbica”, discorre sobre o apagamento da sexualidade de mulheres lésbicas no seio da sociedade. Nele ela fala em como nós, mulheres, somos construídas para preencher a lacuna de desejo masculino, atribuindo a ideia “de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado”. (RICH, 2012, p.19).

Essa ideia é construído de instituições que controlam a corporeidade de mulheres, as enquadrando em uma série de papéis, como mãe, esposa, dona de casa, é amplamente apoiado por meio de propagandas midiáticas, igreja, legislações. Ou seja, um conjunto de instituições que controlam e manipulam o que é ser mulher no mundo, trazendo consequências como as diversas formas de violências contra as mulheres, estupros corretivos a mulheres lésbicas e bissexuais, e transfobia a mulheres transexuais e travestis.

Rich (2012) nos mostra duas imagens que mulheres lésbicas transmitem ao mundo: a primeira, está relacionada ao desvio moral de valores, e por isso, visto com ódio pelos homens. A segunda é que ser lésbica significa que a mulher está amargurada, e essa forma também está voltada aos homens, como se a ausência deles da vida de mulheres é o que faz com que elas se tornem vazias e frustradas.

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato,

embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. Ela inclui, certamente, isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres. Ao nosso próprio risco, romantizamos o que significa amar e agir contra a corrente sob a ameaça de pesadas penalidades. (RICH, 2012, p.36).

Ser lésbica/bissexual/pansexual é ir contra a vivência imposta pelo patriarcado, onde mulheres serão subservientes aos homens, estarão a sua disposição para que seus desejos sejam realizados, seja por meio do sexo onde a penetração é realizada através do falo (pênis), e por isso demonstra uma questão de poder masculino (Bourdieu ,2002), e essa dominação delimita os espaços onde as mulheres poderão acessar, onde irão trabalhar, quem desejar, amar e cuidar. Por isso, ir contra esse sistema de androcentrismo, que é uma ordem social estabelecida e legitimada pela sociedade que confere ao macho (homem cisgênero) o poder de dominação, pode levar a adoecimentos psicológicos, vulnerabilidades econômicas e sociais em decorrência da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a não aceitação de si que se constrói através da repulsa que é estar com outra mulher, que é alicerçada culturalmente nas nossas criações heteronormativas e da marginalização dos corpos lésbicos/bissexuais e pansexuais nas relações sociais.

Segundo o “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil, de 2014 até 2017” (PERES; SOARES e DIAS, 2018) o lesbocídio é uma das consequências da marginalização de lésbicas. Embora o termo não seja amplamente discutido nas diversas áreas de conhecimento, ele representa um conjunto de ações que tem por consequência a morte de mulheres lésbicas. O dossiê elenca 7 principais tipologias do lesbocídio, sendo eles:

Lesbocídios declarados: Em certos casos a motivação lesbofóbica é evidente e reconhecida pela polícia, ainda que os casos não sejam catalogados como crimes de ódio. São os casos com confissões dos assassinos que assumem ter cometido o ato em função de reprovarem, de alguma forma, a existência das lésbicas; **Lesbocídios como demonstração de virilidades ultrajadas:** São recorrentes casais heterossexuais desfeitos porque a mulher se apaixona por uma lésbica e começa com ela uma relação homossexual. É comum que a lésbica em questão seja uma butch/bofe/boy (aqui nominadas de lésbicas não-feminilizadas). O homem largado, em algumas circunstâncias, expressa sua indignação virilocêntrica por meio do assassinato da lésbica e, às vezes, também da ex-mulher; **Lesbocídios cometidos por parentes homens:** Neste item são inseridos os assassinatos cometidos por homens que possuem algum grau de parentesco com a vítima ou com a esposa/namorada/companheira da vítima como o sogro, primos etc. Nestes casos percebemos que há um inconformismo por parte do assassino diante da relação homossexual travada pela membra da família ou por sua cônjuge; **Homens conhecidos sem vínculo afetivo-sexual ou consanguíneo;** Nestes casos estão inclusos vizinhos, colegas de infância, colegas de trabalho, amigos íntimos e outros homens que de alguma maneira participaram ou participam do convívio da vítima, a lésbica.

Em alguns casos são assassinadas a lésbica e sua cônjuge. Neste caso, percebe-se que o poderio dos homens se estende para a comunidade, ou seja, para a sociedade civil como um todo. A figura da lésbica enquanto alguém que polui o bairro, que corrompe as memórias da turma da escola ou que

constrange o ambiente de trabalho; **Assassinos sem conexão com a vítima:** Alguns casos encontrados pela nossa pesquisa referem-se a assassinatos sem motivação aparente, em que homens

empreendem algum esforço para acessarem suas vítimas e as executam com altos níveis de crueldade, caracterizando crimes de ódio, sem componentes como roubo, por exemplo; **Suicídio ou**

crime de ódio coletivo; O suicídio é observado em todas as fases da vida a partir da adolescência e em todas as categorias de lésbicas, nas diversas regiões e classes sociais. É certo que a inadequação gera um acúmulo de frustrações que podem levar à uma falta de interesse pela própria existência.

Os índices de suicídio de lésbicas na fase da adolescência, fase esta em que se espera das pessoas que elas assumam uma vida sexual pública, por meio do engajamento em relacionamentos que

culminem na formação de famílias.; **As lésbicas, a multiplicidade de opressões e o tráfico de**

drogas: Na maioria dos casos de lésbicas assassinadas, com os quais tivemos contato, as investigações policiais foram muito prejudicadas por conclusões apressadas e pouco

fundamentadas que relacionaram a morte 34 [apresentação delas ao tráfico, baseadas em evidências questionáveis e inconclusivas. Em suma, é certo que existe a possibilidade de, em

alguns casos, haver conexão com o tráfico de drogas. Mas além de tais casos, serem, provavelmente, em menor proporção do que costumam ser interpretados pelos investigadores, a

própria conexão com esta atividade ilícita não possui qualquer fundamentação para justificar os assassinatos das lésbicas infratoras.(PERES;SOARES E DIAS, 2018, p. 27 a 35, **GRIFO NOSSO**).

No ano de 2014, 16 lésbicas foram mortas no Brasil, onde os assassinos incluem ex-parceiros das atuais namoradas, e namoradas. O dossiê expõe a morte de Graciane Pereira Araújo,

morta pelo seu ex- companheiro que ao não aceitar que ela se relacionasse com mulheres, a estripou, cortando-a ao meio, do tórax até a vagina, arrancando sua genitália e a depositando na

boca da vítima. Em relação a faixa etária, as mulheres mortas correspondem em média a idade de 24 anos, o que representa 43% do grupo total. Sobre a performance de gênero, as não feminilizadas

representam 47% e as feminilizadas 53%. Em relação a raça e etnia mulheres brancas formam o grupo de 47% e negras 53%. (IDEM...).O dossiê concluiu, que por ser um estudo inédito no Brasil

sobre morte de lésbicas, é evidente a falta de registros sobre esses casos, e que lésbicas são invisibilizadas em suas mortes. Não há comoção nas redes sociais, na mídia, na sociedade em geral

sobre a morte dessas mulheres. “Percebemos que a ausência de informações é demonstrativo de lesbofobia, de racismo, de machismo, de classismo e de tantos outros preconceitos agregados que

constroem o perfil e o sentido do descaso com estas pessoas no Brasil e no mundo”.

(PERES;SOARES E DIAS, 2018, p.106).

Um dos casos emblemáticos de lesbocídio no Brasil ficou conhecido como “Caso Luana Barbosa”. No dia 8 de abril de 2016, Luana Barbosa dos Reis foi abordada e espancada por três policiais militares quando levava seu filho a noite para o curso. Luana se negou a ser revistada por policiais homens, chegando a levantar sua camisa para mostrar que tinha seios. Exigiu a presença de uma policial mulher, o que não aconteceu. Faleceu quatro dias depois, após sofrer ferimentos graves, no Hospital das Clínicas, em São Paulo. A causa da morte foi decorrente de isquemia cerebral aguda causada por poli-traumatismo crânio-encefálico. Os três réus respondem por “homicídio qualificado, motivo torpe, emprego de meio cruel e recurso que impossibilitou a defesa da vítima²⁹”.

A morte de Luana representou o racismo e a lesbofobia que atinge corpos negros cotidianamente, e como a sociedade marginaliza nossos corpos em decorrência de uma ótica heterocisgêneronormativa. Luana, por não ser vista como socialmente feminilizada, foi confundida com um homem, o que podemos refletir sobre como homens negros estão na mira da violência policial pelo simples fato de existirem. O caso de Luana Barbosa é simbólico pois evidencia a visão social sobre corpos que são marginalizados, representa o genocídio negro, a eliminação da mancha negra, da lesbianidade, da dissidência de performance de gênero cisgênera.

Outra figura que representa o que é ser mulher e negra é Xica Manicongo (JESUS,2019). Era 1591 quando uma africana do Congo foi escravizada e vendida a um sapateiro na Cidade da Bahia. Mas nem sempre Xica foi reconhecida como “ela”. Xica costumeiramente utilizava como vestimentas roupas femininas para a época, e também na contemporaneidade, pois a respeito dessa questão, não evoluímos ainda a ponto de só sermos o que quisermos. Ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens. Diz-se que Xica era conhecida por ser muito namoradeira. Mesmo no inferno da escravidão havia frestas, sempre escavadas pela gente negra. (JESUS, 2019, p. 252).

Ao caminhar pelas ruas, um homem conhecido como Matias Moreira a repreendia, a importunando, verbalizando que não utilizasse mais aquelas roupas de mulher, mas que se vestisse como homem. Conforme a narrativa de Jacqueline de Jesus, só com a primeira visita da inquisição, onde sodomitas³⁰ eram punidos com morte em fogueiras, e pelo que se sabe, Xica abriu mão de utilizar vestimentas femininas,

29 <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/13/mae-negra-e-periferica-assassinato-de-luana-barbosa-permanece-impune-apos-tres-anos/>

30 “não se restringia ao que hoje entendemos por homossexualidade ou transexualidade. Qualquer prática tida como “nefanda” era classificada na categoria sodomítica, como sexo oral ou anal entre homens e mulheres, mesmo os casados”.(TREVISAN, 2007 APUD JESUS, 2019).

passando a trajar roupas masculinas.

Por isso, durante séculos, ao ser referenciada na história, Xica foi nomeada como Francisco, nome pelo qual foi batizada ao nascer, causando apagamento de sua identidade travesti. Sua história foi resgatada por movimentos sociais, como memórias da inquisição no país, tendo gênero e sexualidade como categorias de análise, sendo assim reconhecida como a primeira travesti da história brasileira.

Ihe apontaram como a primeira travesti alvo dos processos, e seu nome social atribuído postumamente por Majorie Marchi, militante travesti negra que presidia a ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro), até seu falecimento. A ASTRA-Rio chegou a criar o Troféu Xica Manicongo em 2010, voltado aos direitos humanos, cultura e promoção da cidadania de travestis e transexuais. (JESUS, 2019, p.253 e 254).

Mãe Stella, Xica Manicongo, Luana Barbosa; todas essas mulheres possuem a característica de serem dissidentes de uma norma patriarcal que consiste na cisgeneridade, heteronormatividade compulsórias, e na branquitude. Todas elas constituem uma quebra de padrão do que se espera de corpos colonizados. Falar sobre Mãe Stella e negar a discussão sobre a heterossexualidade e a constituição cisgênera que são impostas nas nossas relações sociais é não se atentar para que a luta de um movimento negro educador, como nos ensinou Gomes (2017), não haverá de avançar se corpos como os delas sejam deixados para trás.

Ao encontrar comentários que desprezam a sexualidade de Mãe Stella e colocam a moralização em suas justificativas, novamente encontramos a ideia de que uma religião não pode falar sobre gênero e sexualidades ainda que ela seja perseguida por séculos, vítima de racismo religioso, como por exemplo o que aconteceu recentemente, onde um monumento em homenagem à mãe Stella De Oxóssi, que fica localizada na Avenida Mãe Stella De Oxóssi, em Salvador, foi incendiada no dia 4 de dezembro de 2022³¹, pela segunda vez. Portanto, incendiar uma imagem de uma das Iyalorixás mais importantes do país é um ato de intolerância religiosa, então como poderemos seguir silenciando o debate sobre gênero e sexualidade publicamente sobre membros de religiões de matriz africana?

Ressalto que o breve debate aqui realizado sobre gênero e sexualidade torna-se importante, não como forma de afrontar ou desrespeitar Mãe Stella após seu retorno ao Orun, mas sim, como responsabilidade social enquanto pesquisa em um país que segue matando corpos LGBTQIAP+ e que, mesmo a passos lentos, todos os membros de comunidades lidas como minorias sociais deverão estar atentos aos estragos causados pela colonização europeia no que tange a forma que nossos corpos negros querem se expressar no mundo. Dessa forma, cabe dizer que Maria Stella de

31 Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/escultura-de-mae-stella-de-oxossi-incendiada/>. Acesso em 09/03/2023.

Azevedo dos Santos educa para além de seus ensinamentos afro-religiosos. Seu legado pode ser percebido ainda em relação a questões não ditas por ela, uma vez que são encontrados comentários que inferiorizam pessoas que se relacionam de forma dissidente da heterossexualidade, incluso Mãe Stella.

Para falarmos sobre outros legados de Mãe Stella na Educação, ressalta-se sua estreia na literatura no ano de 1988 em parceria com Cléo Martins com o livro intitulado “*e daí aconteceu o encanto*” que disserta sobre as memórias do Opó afonjá e a ancestralidade matriarcal do terreiro. Em 1993 lançou “*meu tempo é agora*”, que tem formato de manual destinado a filhos e filhas de santo; “*Òsosi - o caçador de alegrias*”:

Trata-se de uma coletânea de Itans (místicas em forma de narrativa) de Oxóssi, Orixá de Mãe Stella. 2007 foi o ano de lançamento de “*Owé provérbios*”, uma junção de ditos yorubás e brasileiros interpretados pela autora. No ano de 2019 Stella direcionou sua escrita para o público infantil, escrevendo seu livro “*Epé Iaiyé - Terra Viva*”, que “narra a história de uma árvore que ganha pernas e vai lutar pela construção de um mundo que respeita o meio ambiente³²”. O volume “*opinião*”, publicado em 2012 é uma reunião de crônicas que foram reunidas por meio de publicação no jornal “*A tarde*”.

Em 2014, um conjunto comentado de provérbios oriundos de diversas religiões – do candomblé ao hinduísmo – intitulado *Abrindo a arca*, ao todo o volume reúne 89 provérbios – idade de Mãe Stella no período da composição do impresso. Destaque-se ainda, a iniciativa da Animoteca, um ônibus-biblioteca, espaço de reflexão do Ilê Axé Opô Afonjá que percorre a capital baiana acolhendo leitores de todas as idades.³³

O professor, escritor e pensador Muniz Sodré, se refere à Stella como uma intelectual por natureza dentro da comunidade de Candomblé³⁴. Como defensora dos direitos dos povos negros em acessar sua cultura ancestral e exercer sua fé, recebendo prêmio de fomentadora cultural; títulos de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Federal da Bahia e da Universidade do Estado da Bahia, entre outras honrarias ⁴⁴. Possui a comenda Maria Quitéria (Prefeitura de Salvador), Ordem do Cavaleiro (Governo da Bahia) e a comenda do Ministério da Cultura. Ganhou placa em homenagem ao centenário do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá em 2010 e tomou posse no dia 12 de setembro de 2013, na 33^a cadeira da academia de letras da Bahia³⁵.

Eleita por unanimidade, ao completar 74 anos de iniciação religiosa e 88 anos de idade, Mãe Stella de Oxóssi ocupa a 33^a cadeira da Academia de Letras da Bahia, que tem como patrono o

32 Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/299-mae-stella-de-oxossi>. Acesso em 17/12/2022

33 IDEM.

34 Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/299-mae-stella-de-oxossi>>. Acesso em 17/12/2022

35 Informação disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/historico/maria-stella-de-azevedo-santos>. Acesso em: 06/06/2022.

Poeta Castro Alves. A indicação de Stella para ocupar a cadeira da academia representa um forte simbolismo no que diz respeito a afirmação da religião do Candomblé, bem como para a cultura negra no Brasil, sendo a primeira Iyalorixá a ocupar esse lugar. Ter uma Mãe de Santo, negra, que era uma ativista pela educação, pressupõe o reconhecimento de toda uma herança ancestral africana.

Foi uma surpresa agradável. Nem sabia que tinha espaço para mim naquela casa”, cutuca Mãe Stella. Mas, depois de refletir bem sobre o assunto, concluiu que já “fez por onde”. Ou, em outras palavras, que a distinção é fruto de seu reconhecido trabalho em prol da religião.[...]Acho que fiz muito para mostrar o que nós somos e por que estamos aqui, afirma Mãe Stella, quinta na linha sucessória do Ilê Axé Opô Afonjá. “Quando comecei, era tudo muito escondido. Quando se perguntava a religião de alguém do candomblé ela dizia que era católica”, afirma a ialorixá, uma das primeiras lideranças a se manifestar amplamente contra o sincretismo na religião. [...] Vamos esperar que outros negros ocupem esses lugares. No meu caso, sou mulher, negra e ialorixá... Parece que a humanidade está se humanizando.³⁶

Em seu discurso de posse, Mãe Stella reconheceu a sua trajetória como Iyalorixá do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá como caminho percorrido para que chegasse até a cadeira da Academia. Resgatou Mãe Aninha, a primeira matriarca do terreiro, sua importância como força ancestral e o desejo que ela possuía de que seus filhos fossem reconhecidos socialmente por suas conquistas no campo da educação, além do desejo de que estivessem alinhados a causas sociais para além das espirituais. Mãe Stella verbalizou que esse era seu compromisso; lutar por causas que fortalecessem a sociedade em prol de um resgate das origens africanas no Brasil. Anunciou ainda, a comparação da importância de sua posse na cadeira número 33, pois esse objeto é tão importante para o Candomblé como para a academia.

Analisando a palavra cadeira, descubro que esta vem do latim “cathedra”, significando cadeira de braços que confere uma imponência a quem nela se sinta. Dessa palavra também deriva o termo catedral, local onde se encontra instalada uma autoridade religiosa. Quando se diz que alguém conhece um assunto “de cathedra”, sobre este se deseja afirmar que ele tem um domínio sobre o tema em voga.⁴⁸

Fato curioso é que Mãe Stella, ao referir-se sobre sua cor, se intitula como marrom: “ Não sou branca, não sou negra. Sou marrom. Carrego em mim todas as cores. Sou brasileira. Sou baiana”

⁴⁹. Podemos observar que, sim, há os mais variados tons de pele de pessoas negras: mais claras, mais escuras, retintas e, observando a tonalidade, pode-se perceber a comparação com a cormarrom. Contudo, o que ser marrom significa? Uma pessoa marrom deixa de ser lida como uma pessoa negra?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acata a auto declaração da população, ou seja, é a forma como a pessoa se enxerga no mundo que irá definir sua raça. E é isso que serve para

36 Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ialorixa-stella-de-oxossi-toma-posse-hoje-na-academia-de-letras-da-bahia/>. Acesso em:02/03/2023.

se traçar políticas públicas na sociedade.⁵⁰ A auto declaração é feita por meio de pesquisas do censo demográfico de amostra à domicílio (IBGE), e é aceita, também, na concorrência em vagas com reserva de cotas para negros e indígenas em universidades, em concursos públicos, vagas de emprego, entre outros.

No censo do IBGE a autodeclaração pode ser feita pelas opções entre “branca, parda, negra, preta, amarela e indígena”, e não deve haver nenhuma intervenção do recenseador (pesquisador). É a pessoa que determinará em qual grupo racial ela se encaixa. Porém, ainda há uma forte resistência no momento da autodeclaração. De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

muitas pessoas são reticentes ou até mesmo contra essa informação constar no Censo e em outros levantamentos nacionais, seja porque acreditam que são dados irrelevantes (algumas afirmam que geram mais segregação ou “racismo” entre a população), ou simplesmente porque não sabem muito bem onde se encaixam nessa classificação³⁷.

Sobre esse não lugar racial, a Socióloga Ana Lúcia Silva e Souza justifica que muitos sujeitos sociais não se sentem confortáveis em estar em um lugar racial que é demarcado pela marginalização e que gera conflitos no campo profissional, emocional e social, gerando assim um marcador negativo para a população não branca. Para Zé Mariano, Professor e Pesquisador, a mestiçagem que teve seu início no fim do século XIX, atrelava o mestiço à figura de “degeneração”, e que, assim como para pessoas pretas, a elas também eram negadas o pertencimento de ser cidadão. Pontua ainda que no final da década de 30, o mestiço que antes era inferiorizado torna-se símbolo de uma democracia racial com finalidade de branqueamento da população brasileira. Sendo assim, mestiços deveriam ser um novo símbolo nacional projetando o branqueamento da raça no Brasil, mas que gerou um status de não lugar e não pertencimento, onde negros de pele clara são lidos como pardos ou mestiços, e estão em um lugar “fronteiriço”. Denis Oliveira, Professor da Universidade de São Paulo (USP), faz alusão ao pensamento sobre a existência da democracia racial, conforme difundida por Gilberto Freyre. Para ele, embora esse conceito seja confrontado nos dias de hoje, essa ideia ficou enraizada no imaginário social brasileiro.³⁸

Segundo Freyre, no Brasil não tivemos um grau de segregação como ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, e há uma tolerância e um trânsito entre sujeitos brancos e negros. Logo, o racismo é mitigado e, portanto, falar de racismo no Brasil seria bobagem, não seria importante.

37 Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/por-que-a-autodeclaracao-de-raca-cor-e-importante-e-necessaria#:~:text=No%20Censo%20e%20em%20outras,analisa%20e%20preenche%20o%20question%C3%A1rio..> Acesso em: 04/04/2023.

38 IDEM

Daí também uma dificuldade em expressar pertencimentos raciais”.³⁹

A autodeclaração racial é complexa, tendo em vista o processo de mistura racial produzida e conduzida por políticas de embranquecimento. A Filósofa Sueli Carneiro trata o tema sobre autodeclaração racial sob o ponto de vista de que a rejeição da pele negra é vista pela sociedade como algo positivo; pessoas que não se encaixam no nicho de raça negra e se declaram como “morenos” ou “mestiços” tendem a agradar mais a branquitude, e por isso, possuem uma maior aceitação, “Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou, gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete. Mas as coisas estão mudando...”⁴⁰

Em seu livro sobre “Colorismo”, Alessandra Devulsky (2021), elucida que a pessoa branca segue um padrão normativo de raça; ela pertence. Em contraponto, a pessoa negra está fora, é um “desviante”. Para ser branco não são necessárias explicações nem ponderações sobre as consequências sociais que sua cor de pele delimitará e os espaços que ocupará. Em relação à pessoa negra, há sempre uma justificativa a ser dada, um local que insultos racistas insistem em dizer “retorne para a África”. O branco com fenótipos europeus constitui a regra; esse não é racializado (ou é racializado positivamente). O sujeito negro é racializado e para ele são criados inúmeras formas de tratamento.

Na sociedade brasileira, os sujeitos são atravessados por padrões raciais que seculamente construíram repulsa aos fenótipos negros como “cabelo crespo, nariz largo, aos lábios grossos, e todas as outras características atinentes às origens africanas”. Dessa forma, Devulsky conceitua o colorismo como um instrumento de análise que nos permite ir além dos traços de um sujeito, atingindo o imaginário social. Desde as manifestações religiosas, oportunidades de empregos, forma de empregar a língua, estética de origem africana, musicalidade como o samba, lutas artísticas como a capoeira; todo esse conjunto é melhor recebido quando é a pessoa branca que está ao centro de seu uso, surgindo assim uma série de associações ligadas a cultura.

uma rede de pertencimentos raciais que são admitidos desde que não exclusivamente negros. Por isso, portar um turbante pode ser considerado um acessório estético, uma moda, para uma pessoa branca, enquanto o mesmo turbante pode ser motivo de insulto ou de apedrejamento quando usado por um negro”. (DEVULSKY, 2021, p.28 e 29).

Por fim, o debate sobre a tonalidade de pigmentação da pele só possui constância no universo de pessoas negras, e essas diferenças, segundo Sueli Carneiro, universaliza pessoas negras, as colocando como iguais, sendo suficiente que uma esteja no meio de muitos brancos para

39 IDEM

40 Disponível em: https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/?gclid=CjwKCAjwyqWkBhBMEiwAp2yUFoZLGCTseYZ8U0LCHIql0x6xYy2mx4nwJFMhsk_jLTzPxUkSdqUgTxoCNqQQAvD_BwE. Acesso em: 04/04/2023.

representar a identidade negra. brancos não se questionam nem colocam em debate a coloração de suas peles; a eles são permitidos só serem; morenos, ruivos, loiros, sua diversidade é apresentada e não é questionada. Então, Quando uma mulher negra se declara como marrom, ela indiscutivelmente não está inserida no grupo de brancos; socialmente ela será lida como uma mulher negra, pois se em parte Mãe Stella se autodeclara como marrom, ela também reconhece a parte negra que habita nela: “Se minha parte branca estuda as origens latinas da língua portuguesa, minha parte negra estuda a língua africana”.

Retomando às conquistas de Mãe Stella e sua representatividade para o campo da educação, no dia 10 de Setembro de 2019, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), concedeu a Stella o Título de Doutor Honoris Causa, mesma semana em que a Iyalorixá festejou seus 70 anos de iniciação no Candomblé. O título é um reconhecimento à sua trajetória, que lutou em defesa da religião do candomblé, bem como pela preservação da herança e cultura afro-brasileira. Uma das docentes que fez parte da comissão que encaminhou o nome de Stella para receber o título, Yeda Pessoa de Castro, salientou que não é apenas a defesa dos direitos dos povos de Candomblé exercer seus direitos religiosos, mas era uma mulher que lutava em prol da diversidade⁴¹

Outra contribuição para o campo da educação foi a criação de uma biblioteca móvel, a “animoteca”. Idealizado por Mãe Stella, o ônibus adaptado recebeu um acervo bibliográfico que diz respeito à espiritualidade, com cerca de 300 livros que retrata o universo das mais variadas religiões que reúne arte, cultura e literatura. “Religião é a coisa melhor do mundo, mas muitas vezes ela fala ao nosso coração, então precisamos também da cultura para ensinar”.⁴² A Biblioteca intinerante também era chamada pela Iyalorixá como “*Encontro Colorido da Encantada Espiritualidade Baiana*”.

Inaugurada no terminal do shopping Bela Vista e administrada pela operadora ferryboat⁴³, Mãe Stella viu a oportunidade de levar o hábito da leitura às pessoas que ficavam em espera no terminal, além de propiciar o conhecimento das mais diversas religiões. “É chato ficar naquela fila, esperando o ferry, então é uma forma de levar cultura e tentar acabar com essa violência religiosa que mata as pessoas”.

O site “Palmares, fundação cultural”, anunciou com orgulho a nova colunista do “Jornal a Tarde”. No ano de comemoração internacional dos povos afrodescendentes, o jornal deu voz à Mãe Stella, para que ela pudesse falar, em coluna publicada a cada 15 dias. “O presidente da Fundação Cultural Palmares, Eloi Ferreira de Araujo, aplaudiu a iniciativa: *Mãe Stella é uma das mais destacadas guardiãs da cultura negra.*

41 Informação disponível em: <https://www.geledes.org.br/discurso-de-posse-de-mae-stella-de-oxossi-na-cadeira-n-33-da-academia-de-letras-da-bahia/#:~:text=Eu%20sou%20o%20quinto%20elo,para%20o%20or%C3%AD%C3%BFa%20ca%C3%A7ador%20E2%80%93%20C3%95%C3%BF%C3%B6si..> Acesso em: 05/06/2023.

42 Informação disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/mae-stella-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa-da-uneb-285702>. Acesso em 04/04/2023.

43 Disponível em: [Sobre o Ferry Boat Salvador - Ferry Boat](#) .

E certamente irá transmitir ensinamentos que reafirmarão a identidade da população negra brasileira, resume Eloi Ferreira”⁴⁴. Contudo, após a realização de seu sonho em materializar a sua biblioteca ambulante, Mãe Stella interrompeu sua ligação com o “Jornal a tarde” por meio de uma carta aberta ao público:

Mudança de hábito

Maria Stella de Azevedo Santos

Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjá. Quem não se lembra do filme Mudança de hábito, onde uma cantora de casino se vê obrigada a se esconder em um convento de freiras? Sem ser uma religiosa, ela conseguiu transformar positivamente o ambiente em que passou a morar. Nem toda pessoa boa é religiosa e nem todo religioso é, necessariamente, bom. No referido caso, o hábito (no sentido de vestimenta religiosa) fez a freira, confirmando o provérbio que diz: “O hábito faz o monge”. Entretanto, esse provérbio tem outro significado quando dito da maneira completa e certa: “O hábito faz o monge apenas quando ele é visto longe”. Apesar dessa introdução, não escolhi o título “Mudança de hábito” para este artigo tendo como intenção falar de hábito enquanto vestimenta, mas sim enquanto prática costumeira. Quando algo é difícil de ser dito, o preâmbulo fica sempre mais longo. É uma forma de preparar o interlocutor para ouvir ou ler o que vem pela frente. Sei que estou fazendo certo suspense. Coragem, Stella! – digo para mim. Então, lá vai: As diversas atividades que minha vida religiosa pede e, é claro, a minha avançada idade estão fazendo com que se torne difícil continuar escrevendo quinzenalmente para este conceituado jornal, que acolheu meus pensamentos e minha cultura religiosa com muito desprendimento. Não estou me despedindo do jornal A TARDE que, compreendendo minhas razões, deixou o espaço aberto para que eu escrevesse algum artigo quando assim pudesse e desejasse; muito menos estou me despedindo de meus leitores, pois continuarei escrevendo livros, mas no ritmo possível para meus 89 anos de idade. Afinal, dividi a existência humana em três etapas: na primeira idade, que vai até os 40 anos (pelo menos para mim), as pessoas estão prontas para fazer filhos; a segunda idade, que vai dos 40 aos 80 anos, é para namorar; na terceira idade, que vai dos 80 aos 120 anos, é o momento propício para as pessoas sentarem e esperarem a velhice chegar. Este é o meu momento! Escolhi com cuidado não só as palavras a serem escritas, como também a ocasião certa para realizar essa espécie de liberação. É que sábado, dia 22 de novembro, às 17 horas, na frente do Shopping Bela Vista, estarei realizando um sonho que só foi possível porque o expus nas páginas deste jornal e seus leitores ajudaram-me a concretizá-lo. Parece-me que a sociedade já está pronta para receber um ônibus, que ludicamente chamo de Animoteca, já que um de seus objetivos é despertar o ânimo dos seres que ainda se encontram adormecidos. Nesse ônibus estão guardadas em forma de livros, vídeos e áudios as sabedorias reveladas por mentes inspiradas, pertencentes a diferentes religiões e tradições filosóficas. Não chamo a apresentação do ônibus de inauguração, porque prefiro, de maneira poética, denominá-la de “Encontro colorido da encantada espiritualidade baiana”, que tem como objetivo maior trabalhar no sentido de diminuir a violência através do despertar da espiritualidade. Meus leitores, os quais espero encontrar no dia 22, sábado, percebem, assim, que não estou me despedindo, estou apenas mudando de hábito.⁶¹

44 Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=9941>. Acesso em: 06/04/2023.

Aos 92 anos, no ano de 2017, Maria Stella ao ler notícias sobre a criação de aplicativos de celular juntou toda sua sabedoria enquanto Intelectual orgânica e Iyalorixá do Candomblé e decidiu criar o aplicativo “Orientações de Mãe Stella”. “A proposta do app é justamente abordar temas como tolerância religiosa, generosidade e evolução espiritual.”⁴⁵. Foi Mãe Stella que criou a forma do aplicativo: cores, frases e design. A ideia inicial se deu por meio de uma conversa com sua filha de Santo e companheira Graziela Domini, indagando sobre o que se tratava aplicativos para celular, e após a resposta, foi com o Professor da Universidade Federal da Bahia, Nelson Preto que a ideia foi materializada. “Me disseram: ‘Stella, você não sabe nem o que é direito’, e eu disse: ‘O orixá orienta’, e ele orientou mesmo”, lembra a ialorixá.”⁴⁶

Mãe Stella de Oxóssi abre mais um importante caminho para documentar a riqueza cultural do Candomblé, uma religião essencialmente oral. A convergência de diferentes linguagens neste aplicativo permite, através de breves reflexões, que a imagem, o texto e a voz da Iyalorixá sejam lidos e ouvidos por pessoas de diferentes idades, em qualquer lugar do mundo conectado.

Mãe Stella não parou de levar sua palavra de axé por meio das tecnologias. Logo após o lançamento de seu aplicativo, lançou também seu canal no “Youtube” se tornando uma das “Youtubers” com mais idade no Brasil. Intitulado como “Da cabeça de Mãe Stella”, teve como propósito levar o protagonista dos ensinamentos da religião do Candomblé. Stella recorda de um tempo onde era uma total de falta de educação realizar anotações enquanto as pessoas mais velhas ensinavam, mas agora, em seu tempo, ela acredita que a oralidade da religião deva acompanhar o avanço tecnológico, “as pessoas gostam de internet, de celular, usam aplicativos, e por isso decidi passar meus ensinamentos através desses canais. Estou vivendo o agora, então meu tempo é agora”, destaca”.⁴⁷

Os vídeos publicados no canal, que já tem mais de 2,1 mil inscritos, são feitos por uma produtora e trazem artigos de Mãe Stella narrados por atores, depoimentos de artistas e anônimos sobre encontros com a ialorixá, como os cantores Gerônimo e Margareth Menezes. Também há curiosidades sobre o que Mãe Stella gosta de ver acontecer na vida e mitos da cultura Iorubá narrados por iniciados no candomblé.

No momento, ano de 2023, a página não encontra-se mais disponível. Contudo, outros canais existem para disseminar vídeos e oralidades de ensinamentos religiosos pela Iyalorixá. A

45 Informação disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-sonho-de-mae-stella/>. Acesso em 07/04/2023.

46 Informação disponível em: <https://www.geledes.org.br/orientacoes-da-mae-stella-ialorixa-brasileira-cria-app-para-difundir-generosidade-e-tolerancia-religiosa/>. Acesso em 06/06/2022.

47 Informação disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/apos-criar-app-mae-stella-lanca-canal-e-se-torna-uma-das-youtubers-mais-velhas-do-brasil-meu-tempo-e-agora.ghtml>. Acesso em: 06/05/2023.

seguir, serão transcritas algumas entrevistas realizadas com Stella como forma de expor seu pensamento e opinião das mais variadas questões da sociedade.

Entrevista com Marília Gabriela⁴⁸

Conheçam a Mãe Stella. Mãe Stella é uma poderosa mulher, uma poderosa senhora. Vamos dizer que depois de Mãe Menininha, Mãe Stella tornou-se a maior autoridade do país em Candomblé. Ela é mãe de santo do Ilê Axé Opó Afonjá, em Salvador. Uma mulher premiadíssima, aos 91 anos de idade, ela tem muitos livros, muitos títulos.

A minha pergunta é simples, o que é que faz uma líder religiosa, que tipo de sintoma, de manifestação que se dá, que possa levá-la a esse posto?

O quê que aconteceu com a senhora aos 13 anos?

13 anos, perfeito. O que pode acontecer, digo, o que aconteceu com esse procedimento estranho, que eu com 14 anos, 13 anos, eu conversava sozinha, eu não tinha procedimentos adolescentes da minha idade, era sempre arredia com as outras pessoas e eu tinha, não sei se era companheiro ou era companheira que eu sempre conversava, entendeu?

Alguém invisível? Invisível. Só eu sabia. Eu mesmo agora, no momento não sei mais... Não sei quem era. Porque não deu pra eu ver, né?

A senhora foi durante 30 anos foi enfermeira, não é isso?

Fui, 30 anos.

Uma pergunta muito pessoal, a senhora nunca sentiu falta dessa profissão a partir do momento em que assumiu o cargo de iyalorixá?

Não porque eu creio que foi uma coisa, tão escrita já no meu destino, porque eu me aposentei...

Ainda fiquei dois anos esperando o momento em que eu pudesse ser a mãe de santo. Eu fiz enfermagem, saúde pública, e trabalhava na Secretaria de Saúde nesse tempo.

Quando houve a obrigação de sete anos de mãe de santo, porque quando a mãe de santo morre, só depois de sete anos você resolve tudo. Porque o iyalorixá deve ser o iyalorixá. Não podia ser iyalorixá, uma vez que ainda estava na ativa, então, iyalorixá enfermeira visitadora.

A senhora nunca teve dúvidas, então?

Não. Escolhi, e quando o Orixá nos dá uma determinação, está dada. “Você vai ser a nova iyalorixá”. Aí eu fui ser iyalorixá. Nessa ocasião em que eu fui escolhida, faltavam dois anos pra eu me aposentar. Então eu fiquei esperando que passassem os dois anos pra eu me aposentar, e depois eu assumi o axé. Isso aconteceu comigo.

Uma Iyalorixá pode se envaidecer do que ficou, ou não? Do que virou, ou não?

Eu acho que todo mundo, qualquer ser humano ficaria. Uma vez que vocês, o mundo inteiro, é que me colocou nessa posição. Acho que gostaram do meu serviço, quando eu digo eu, receberam o axé, porque

48 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OM7TrmELxL0>. Acesso em 19/06/2023.

tinha que estar com o axé que sofresse esse feito, então, esse axé deve ter feito bem a essas pessoas também, e daí eu fique conhecida por isso.

Candomblé não tem pecado?

Não.

Por quê?

Porque no Candomblé tem o que nós chamamos quizila ou ewo, como você queira, e também tem normas como toda associação, toda religião, e temos também aquilo de dever a obediência, dever respeito. Se meu orixá não gosta disso, e se eu faço aquilo, é uma quizila.

Essa quizila é o pecado que eles chamam, não é?

- Entendeu? - Entendi! Então a gente que não quer andar cheio de pecado não faz o que o orixá não quer, pra não quebrar a quizila. E quebrar a quizila também enfraquece o nosso axé.

E o Candomblé é de fato um centro, vamos dizer, uma base, do matriarcado?

O Candomblé começou a ser praticado por mulheres num tempo em que a mulher não tinha voz, não tinha nada, e elas pela crença na religião foram fazendo devagarinho, um dia tinha um quarto pare esses orixás, e ali eu vou servindo tudo, e aí foi crescendo. Outras pessoas se dedicaram também a tomar conta de orixás, se tornaram mãe de santo e foi crescendo e agora matriarca... mãe de santo é matriarca.

Eu vi crianças outro dia aqui, de uma escola. A senhora tem uma escola aqui dentro?

Temos sim. Temos a escola, escola comum e conseguimos adotar uma creche aqui. Então o terreiro... A escola é ali. O terreno de uma casa que é de uma filha de santo, que faleceu, aí doamos para a creche.

Eu vi também um guia daqui da casa...

- Do axé! - Do axé, falando em inglês com algumas senhoras, estrangeiras evidentemente. Vem muita gente do exterior visitar?

Ah, vem sim. Vem do mundo inteiro.

E qual a intenção?

Aqui se tornou um lugar, que quando você vai numa cidade que você nunca foi, você faz aquilo chama-se turismo, né? É um passeio por todos os locais importantes, turismo. É o que acontece aqui, é muito visitado. Pessoas... Mas também nós temos filhos de santo e Iyalorixá que é estrangeiro. - Ah, sim? - Tem! Temos ingleses, temos... temos americanos.

Agora, a senhora detém um poder, Mãe Stella, precioso para políticos, eu imagino. E eu imagino que muito político queira encostar a imagem própria à sua pra conseguir eleitores. Acontece?

Aqui vem muitas pessoas, de todo o mundo, da cidade, Bahia, aparece aqui. É uma coisa interessante, se é má educação, eu não sei... Quando eles chegam assim... Porque se Ogum já vem, não ocorre... O pedido

seria esse, né? Então aceito, levo nos pés de Xangô que é o nosso patrono aqui, converso, recomendo a pessoa, “Ah, fulano de tal veio conversar com o senhor e veio falar sobre” e aí em algum momento ele fala sobre a eleição, né? Mas aqui nós somos apolíticos.

Foi uma escolha sua?

Foi uma escolha minha. Porque a senhora é líder daqui. Quer dizer, a senhora estabeleceu pra todos os seus fiéis que... Não se trata de política, não se trabalha sobre política, trabalho sobre homem, sobre a mulher que vem pedir isso ou aquilo. O máximo que eu me esforço é “ah, eu quero ser candidato a senador, quero ser governador”... “Xangô, está aqui fulano, tá me pedindo, se o senhor achar que isto vai ser bom para ele, para a felicidade, o desenvolvimento dele e para o nosso axé também e pra cidade, o senhor ajude”. Se não for, nós não temos obrigação nenhuma pra ninguém se tornar... Da última vez que eu vim aqui, a senhora estava fechada numa sala jogando ou botando os búzios para alguém.

E eu imagino que a senhora seja muito solicitada pra isso.

Eu sou, mas eu não jogo mais búzios.

Por quê?

Eu já estou com 91 anos, a visão não ajuda muito, e não sinto muita vontade mais.

A senhora está cansada?

Não sei se é que eu estou cansada. De acordo com a minha idade, por causa da minha idade eu sou uma pessoa mais cansada, porque o orixá não cansa a gente. Como eu mesma sou uma pessoa que me compreendo, pela minha idade eu não me arvorio a fazer determinadas coisas porque sei que não sai perfeito. Por exemplo, leitura de búzios...Leitura de búzios, e alguns preceitos mais puxados. existem preceitos que tem perder e anuência e tudo o mais aí, eu também já não faço mais.

Se a senhora pudesse, o que faria hoje que não fez até agora?

Eu estava continuando a fazer meus livros, estava passeando, que adoro passear, ir no cinema, no teatro, ir para o mercado e essas coisas. E se tivesse disposição ir a festas, que eu gosto, adoro festas. Já fui muito dançarina.

Já?

Já. Dancei muito. Eu amo ir em festa e tudo. E agora a idade não permite mais, eu não tenho mais ânimo, vontade eu tenho, mas ânimo não, sabe? Você quer ir mas não pode. - **Muito obrigada, Mãe Stella. - De nada!**

A minha família era católica. Meu tio era super católico, e a minha tia que era descendente de africanos mesmo, ela tinha as obrigações dela, as coisas que ela fazia... que tudo era muito velado né? ninguém nem tomava muito conhecimento. Mas a minha família era tida como católica. Todos se batizaram, todos se casaram, todos se circsmaram, todos fizeram comunhão da escola católica... Sabe que naquele tempo, todo mundo tinha que ser católico, quem não era católico era marginal, né? Família de negros é sempre descendente de candomblé, né? então a minha bisavó era Africana, veio para o Brasil adolescente... engaranaram ela... venderam... quando ela foi no cais do porto levar uma carta que mandaram, ela já estava vendida... por lá tomou o navio e veio para o Brasil. Nós chamamos herança Africana, herança de família, aonde tem o Orixá, o Orixá é o Patrono da família, então todos temo deve ser cultuá-lo. Foi o que aconteceu com a minha família... e terminou.... eu fui crescendo... a minha família era super Católica, apesar de terem Orixá, mas era misturado assim mesmo, e eu tinha 14 anos quando fui iniciada... Eu não sabia nem o que eu ia fazer com 14 anos, antigamente a criança era inocente mesmo, não tinha conhecimento de certas coisas... e me trouxeram para aqui, nessa mesma casa aqui... Ai eu fui iniciado por Mãe Senhora. Não tinha água encanada, não tinha luz elétrica, não tinha solo calçado, nada disso... Isso aqui era uma roça, tanto que era conhecida como roça de São Gonçalo. Então como toda criança que vê roça, vê mato, quer brincar, quer subir nas árvores, quer correr... gostava muito de brincadeira de correr e tudo mais... sempre era líder da turma toda, e elas brincavam comigo e uma dizia assim: Stella, você não é preta não, você é marrom... Então para agradar o colega eu dizia assim, que não era preta não, era marrom... e não era negra, era marrom.

com 15 anos, 16 eu fui para a escola de Enfermagem, da Faculdade de Medicina. Conciliei escola com trabalho, nunca perdi trabalho por causa de Axé, nem o axé por causa do trabalho. Conciliei direitinho, fui boa funcionária, aluna regular também na escola de enfermagem... Não interferiu na minha vida essa questão do candomblé, eu não tinha outras pretensões... eu trabalhava era funcionária pública, dava conta do meu trabalho e viajava quando tinha que viajar. Agora como sou uma pessoa muito contida, eu procurava não me salientar muito para não passar decepção, né? Ficava sempre procurando um lugar mais discreto que eu pudesse fazer as coisas sem ser muito visada.

Ser uma enfermeira boa é uma mãe né? A enfermeira olha seu corpo físico, ai vai ver se você amanheceu doente, por que não comeu, banho foi tomado, se a roupa foi trocada... A especialidade que eu escolhi foi saúde pública... A saúde pública trabalha muito com criança, com imunização infantil, de cuidado com a criança, ensinava a criança a fazer o alimento, tomar conta da roupa... via mães grávidas, tomava conta dela grávida... quando nascia eu ia ser enfermeira da criança, ia fazer imunização, ensinar dar banho, trocar de roupa, cortar cabelo... tudo isso, e quando ia pra escola já ia fazer imunização escolar [...] eu nao gosto de ser enfermeira de hospital, porque você vê o doente ali, sofrendo e você nem pode fazer nada por ele, a não ser dar uma injeção, dar um banho, alguma coisa... a enfermeira sanitaria você toma conta da família, da alimentação, da roupa, do cuidado com a casa, uma casa mal asseada todo mundo é doente.

Diante de toda a trajetória do povo negro e sua relação desigual na educação em relação aos brancos, além de trazer a importância de Mãe Stella como uma Mãe de Santo reconhecida pela educação brasileira, cabe ressaltar o espaço do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá que abriga a escola Eugênia Anna dos Santos, escola onde o ensino afrocentrado se faz presente e que preconiza a relação da comunidade com a ancestralidade negra, revelando-se assim um espaço de resistência e legado para que a cultura afro-brasileira se mantenha

viva.

CAP V. Ilê Axé Opô Afonjá: Espaço Educador

"Na sua casa, você é dono. Na casa dos outros, você é visita".



Figura 6

"Quero todos meus filhos aos pés de Xangô com anel de doutor". Essa frase foi dita por Eugênia Anna dos Santos, Mãe Aninha, em audiência com o Presidente Getúlio Vargas, por intermédio de seu filho de Santo Osvaldo Aranha – o mesmo que recebeu Ruth Landes em sua chegada ao Brasil:

O encontro com Osvaldo Aranha deixa Ruth Landes “confusa e atordoada”. Ela tinha desejado vir ao Brasil exatamente por “ouvir contar que a sua grande população negra vivia fácil e livremente em meio à população geral e desejava conhecer pormenores”. Então, para sua surpresa, encontrava numa das maiores autoridades brasileiras da época a afirmação de que o negro era responsável pelo atraso político do Brasil e de que ao invés dos indivíduos de raça negra estarem convivendo com os de raça branca pacificamente, estariam pelo contrário desaparecendo no âmbito de uma política de branqueamento do país! Este encontro provoca a demolição de antigas suposições sobre o país. (ABREU, 2000,p, 6).

É de fato confuso entender como um homem como Osvaldo Aranha, expondo sua vontade de embranquecer o país e colocando na conta da população negra um atraso político que só poderia ser combatido por meio da ditadura, defendendo a eugenia de um país, ao mesmo tempo se alinha a uma religião Africana se tornando filho de Santo de Mãe Aninha e uma figura importante para que a Iyalorixá se movimentasse para ajudar a revogar o decreto presidencial 1.202 que proibia o culto legal dos Orixás em 1934, durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas⁴⁹.

Mãe aninha, filha de Africanos nasceu em 13 de Julho de 1869, em Salvador. Foi iniciada no Candomblé do Engenho Velho, primeiro a funcionar regularmente na Cidade da Bahia⁵⁰. Mãe Aninha saiu de Engenho Velho e foi fundar o Ilê Axé Opô Afonjá no Estado do Rio de Janeiro⁵¹, na Pedra do sal no ano de 1886: “sua fundação foi realizada pela Iyalorixá Eugênia Anna dos Santos,

49 O primeiro a ser tombado no Estado do Rio de Janeiro pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Informação disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/444-02-06-2016-terreiro-de-candomble-ile-axe-opo-afonja-e-tombado-pelo-estado-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 06/06/2022.

50 Informação disponível em: <https://www.geledes.org.br/mae-aninha-ialorixa-do-ile-axe-opo-afonja/>. Acesso em: 04/06/2022.

51 Disponível em: <https://muitainformacao.com.br/post/37068-uneb-realiza-evento-virtual-para-celebrar-150-anos-de-nascimento-de-mae-aninha>. Acesso em: 04/06/2022.

carinhosamente chamada de Mãe Aninha, juntamente com Tio Bamboxê e Tio Joaquim em 1886, na Pedra do Sal, local próximo ao Cais do Porto, onde ficavam a maioria dos baianos e alguns africanos vindos para o Rio de Janeiro”, aonde percorreu vários territórios cariocas, como “Santo Cristo, Gamboa, Cavalcanti, Aldeia Campista, São Cristóvão e na década de 40, por volta de 1944, foi para a cidade de São João de Meriti, em Coelho da Rocha, onde está localizado até hoje”. (CESTARO; PICCOLO, 2021, n.p).

Em 1910 o terreiro ganhou nova sede em São Gonçalo do Retiro – Cabula, Salvador. Segundo fonte do Jornal “na Bahia”, o bairro é periférico e nota-se casas amontoadas, vendedores de frutas, circulação de pessoas em meio aos carros, e o Ilê fica ainda mais afastado dessas ruas, sendo preferível a utilização de carros para chegar ao destino⁵².

Ao construir o Ilê, no Bairro de Cabula, Mãe Aninha colocou cada Orixá o seu espaço na terra. “cada parcela parecia reproduzir a cidade ou tribo referente ao orixá, tendo como sede o Ilê Xangô, que desde a época era considerado um palácio, como em Oyó”. (CAMPOS, 2003, p. 73).

Construiu o Ilê Axé Oxalá com uma bela arquitetura para seu tempo, um lugar que se tornava presente a África, tanto pelas divisões internas quanto pelo aspecto externo; a casa de Omolu, com alicerce em círculo e coberta de Sapé; a casa de Oxóssi, totalmente dentro do mato, como a tribo de queto de onde vem o Orixá. Também fez a casa de Onilé e Exu, uma casinha para o culto dos mortos e a casa de Ossaim, local de sua preferência para os trabalhos e preceitos de culto – axés, ofós e tudo o mais. (CAMPOS, 2003, p. 73 e 74).

O terreiro é tombado como patrimônio histórico desde o ano de 2000, impedindo que a construção venha a ser demolida, reconhecendo assim o valor simbólico para a população negra brasileira e Candomblecistas das próximas gerações. “Além disso, possibilita a realização de intervenções para garantir sua integridade utilizando recursos públicos⁵³”.

Em 1938, após morte de Mãe Aninha, Mãe Bada – Maria Purificação-, amiga de Mãe Aninha teve seu cargo como Yalorixá no Ilê Axé Opo Afonjá por pouco tempo devido a sua idade e saúde frágil. “Filha de africanos, usava como eles fazer iniciação em casas, fora de roças de Axé, pelas dificuldades de espaço. É escusado mencionar sua capacidade: mesmo com a idade avançada e saúde precária, ainda deu boa parcela de préstimos ao Axé”. (CAMPOS, 2003, p. 77).

Mãe Senhora substitui em 1941 Mãe badá, se fazendo presente no terreiro como Yalorixá por longos vinte e seis anos. “Esse período ficou marcado pelo dinamismo e o tato que muito contribuíram para que ela fosse considerada uma verdadeira aiabá⁵⁴. Durante a permanência de Mãe

52 Disponível em: <https://nabahia.com.br/noticias/1249/visite-o-ilce-axce-opco-afonjca-e-conhecca-mais-sobre-as-religicoes-de-matrizes-africanas>. Acesso em 02/06/2022.

53 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3048/terreiro-ile-axe-opo-afonja-completa-15-anos-de-tombamento>. Data de Acesso: 03/02/2022.

54 “Esposa do Rei; nos terreiros de origem ioruba, designação genérica dos orixás femininos”. (CAMPOS, 2003, p. 85).

Senhora no Ilê, ele passou por transformações pertinentes a promoção da casa para toda a comunidade de Salvador. “Às vezes dócil, às vezes rigorosa, conservou as marcas de sua personalidade até o dia 20 de janeiro de 1967, quando faleceu. Olorum quis. Coisa de Orixá”. (CAMPOS, 2003, p. 79).

Mãe Ondina é quem substitui Mãe Senhora no cargo de Yaloirixá. Dirigindo um Terreiro no Rio de Janeiro, estava em Salvador e era iaquequerê – “*mãe pequena, auxiliar imediata e eventual substituta da Ialorixá*”-, do Ile Axé, e então deu orientações aos filhos de santo da casa sobre as obrigações internas do Ilê durante a morte de Mãe Senhora. Ao retornar para o Rio, deixou o terreiro sob o comando de alguns filhos de santo. “Este foi um período crítico. Um ano depois, em jogo público, a própria iaquequerê foi escolhida para o cargo de ialorixá. O Axé passou então por outra fase de reformas gerais”. (CAMPOS, 2003, p.79). Em 19 de março de 1975, veio a falecer e foi então substituída por Mãe Stella D’Oxóssi.

A casa de Xangô ocupa um espaço de aproximadamente 39 mil m², segue o modelo do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, o mais antigo que se tem notícia e “primeiro monumento negro considerado patrimônio histórico do Brasil desde o dia 31 de maio de 1984⁷⁴”. Sob o comando de Mãe Stella, a casa de Xangô ganhou uma Escola, biblioteca Ikojppo Ilê Iwe Axé Opô Afonjá , e o Museu Ilê Ohun Lailai (Casa das coisas antigas)⁵⁵.

Criado em 1982 por Mãe Stella, o museu Ilê Ohun Lailai- casa das coisas antigas – é um espaço de preservação da cultura afro-brasileira, que por meio da religiosidade registra a relevância da história da cultura Yorubá. Toda a sua composição representa hábitos e costumes das tradições religiosas do candomblé, reiterando e resgatando a identidade, orgulho e autoestima da população negra por meio do acervo material e imaterial do museu. O acervo é composto por insígnias, indumentária, mobiliário, medalhas e utensílios domésticos, vivenciando assim as influências etno-culturais dos yorubá na Bahia. Mãe Aninha faleceu em 1938 sendo recebida por suas sucessoras, a Ialorixá Mãe Bada, Mãe Senhora, seguida por Mãe Ondina e em 1976 por Mãe Stella de Oxóssi.

A Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos é um espaço de educação pluricultural que atende o público infantil e os dois anos iniciais do ensino fundamental. Possui como princípio o projeto mini comunidade oba Biyi – em homenagem a Mãe Aninha. O projeto Político Pedagógico é denominado Irê Ayó, fruto de pesquisa de Vanda Machado⁵⁶ em 1986, cujo objetivo é exaltar as tradições africanas, como o respeito pelo ensino por meio de oralidade vindo dos mais velhos. “Tal projeto pode ser lido como movimento de resistência, de revisão e rompimento com as epistemologias ocidentais, na medida em que propõe o entendimento do mundo a partir dos mitos

55 Informação disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/bahia/salvador/museu-ile-ohun-lailai>. Acesso em 05/06/2022.

56 Mais informações em: <https://www.vandamachado.com.br/projeto-ire-ayo/>. Acesso em 06/06/2022.

não ocidentais”. (CLARO, 2021, p.7).

Antes da escola ser fundada, foi criado um projeto pedagógico intitulado comunidade “Obá Biyi” que tem como significado o “orunkó⁵⁷” de Mãe Aninha e “Obá Biyi”, traduzido livremente do Yorubá para o português, significa “o rei nasce aqui”. Tinha como propósito unificar o sistema de ensino à adaptação entre a linguagem teórica aos “valores e características da comunidade”, abrindo assim um caminho onde a relação discente-professores-pessoas funcionárias da escola e líderes da comunidade pudessem se envolver na relação pedagógica desenvolvida. A ideia inicial era a criação de um espaço de creche, pré escolar e o “desenvolvimento integral”, voltado para discentes da rede de ensino local que acontecia no horário de contraturno escolar.

Trata-se de uma homenagem com significado triplo: homenageia-se a grande mãe-de-santo fundadora do terreiro, o orixá patrono da casa e, também, as crianças e jovens daquele espaço. Ao se nomear a comunidade como “Mini comunidade Obá Biyi” se está, direta ou indiretamente, nomeando aquele lugar como “mini comunidade onde nascem reis”, em tradução livre. (SILVA E COSTA, 2021, p.66).

A mini comunidade teve como propósito preservar a cultura, religião e personalidades da comunidade negra que circundavam a região do terreiro. Para Thiago Molina (2011, p.9), o trabalho pedagógico exercido deveria ser na perspectiva de manter viva, por meio de trabalhos educativos, “o saber africano elaborado na diáspora”. Contudo, após mudanças no Ministério da educação que afetou financeiramente a comunidade, que era a principal fonte de renda do projeto, a mini comunidade precisou passar por mudanças estruturais e pedagógicas, se tornando uma escola de cunho formal, recebendo o apoio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e Prefeitura de Salvador. Além dessas, houve também a mudança no nome, que antes homenageava o nome de orunkó de Mãe Aninha, passou a utilizar o nome civil da Ialorixá: “Escola Eugênia Anna dos Santos”.

A escola está inserida no interior do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, no Bairro do São Gonçalo do Retiro e foi fundada no ano de 1992, o que a torna anterior a fundação da lei 10.639/03. De acordo com o censo realizado no ano de 2022 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), existem o quantitativo de 212 matrículas ativas, zero reprovações; zero abandonos e 9 professores compondo o quadro de educadores. A escola consta com uma infraestrutura composta por “água filtrada, alimentação fornecida, sanitários, cozinha, sala de professores, água e energia elétrica de rede pública, coleta de lixo periódica, internet, banda larga, aparelho de DVD”. As disciplinas ofertadas são: “Língua/literatura portuguesa, Educação física,

57 “No idioma iorubá, a palavra “orunkó” significa “nome”. Durante a iniciação no Candomblé, o orixá em transe anuncia o seu nome, ficando este conhecido como orunkó. Obpa Biyi é, portanto, o nome do Xangô de Mãe Aninha e patrono do Ilê Axé Opô Afonjá”. (SILVA E COSTA, 2021, p.66).

Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras), Língua/ Literatura estrangeira - Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia e Outras disciplinas”.⁵⁸

⁵⁸ Informação disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/29198852-escola-municipal-eugenia-anna-dos-santos>. Acesso em 06/05/2023.

VI. Considerações finais

O objetivo do presente trabalho de dissertação de Mestrado teve como intuito expor a trajetória de Maria Stella de Azevedo dos Santos durante sua jornada no Aye, além de firmar um compromisso ético- político enquanto pesquisadora e Assistente Social/Educadora na minha práxis-profissional, apresentando um breve resumo sobre os rumos que o país tomou diante um cenário de pós trabalho escravo e o que foi feito a partir de então.

Com isso, tenho como intencionalidade de poder, com essa escrita, ajudar a promover mudanças societárias que estão inseridas em um contexto que produz e reproduz valores racistas, machistas, LGBTIfóbicos e classistas, sendo de suma importância buscar compreender como esses processos foram e são construídos afim de combater e lutar por transformações sociais onde o sujeito passe a ser o centro de seus corpos, e não que o entorno nos comande.

O desenvolvimento do presente estudo foi realizado com o propósito de contribuir para as mais variadas profissões, pois todas as estruturas de opressões supracitadas perpassam por todas as camadas do saber, e precisam ser vislumbradas de acordo com cada particularidade e singularidade dos sujeitos inseridos em cada uma dessa esfera. Ressalto novamente que, como Assistente Social e Educadora entendo que o combate ao racismo e outras formas de opressão estão situados nos diversos contratempos da sociedade, e o combate a essas expressões das questões sociais devem ser firmadas diretamente nos sujeitos sociais, os reconhecendo como protagonistas das transformações societárias.

Os conceitos bibliográficos aqui apresentados referentes às categorias de estudo tiveram como intuito promover o diálogo por meio da oralidade tendo como ponto de partida de como foi a construção da não inserção de pessoas negras na educação, retornando ao passado e entendendo que a lógica colonial permanece presente até os dias de hoje, e foi ela que, após elaborar uma falsa libertação da escravatura, começou a construir subterfúgios para que a nação fosse limpa da mancha negra, como Abdias Nascimento descreve. O genocídio do povo negro começou quando esses sujeitos sociais não puderam acessar o ensino, enquanto ainda escravizados, e logo após, em tese, não possuírem mais donos, também foram excluídos do sistema educacional.

Todas as percepções aqui postas começaram a ser pensadas durante meu trabalho enquanto educadora de pessoas negras e moradoras de comunidade no Rio de Janeiro, onde pude vislumbrar a ausência de conhecimento de suas ancestralidades e de como fora formados seus espaços territórios. Sempre atuei profissionalmente para que esses sujeitos pudessem ter acesso ao seu passado, presente e construir esperanças em seus futuros. Muitos desses educandos/as ainda hoje mantenho contato e se lembram de mim sempre que conquistam algo ou comemoram comigo quando consigo alguma realização.

Falar sobre Mãe Stella também é algo íntimo e pessoal. Fui criada com uma mãe que tinha

chamado para o Candomblé, mas teimosa toda vida, não aceitou. Mas sempre convivi com seu caboclo, pombagira e Exu. Me iniciei na Umbanda, mas meu caminho não é esse. Minha ancestralidade me chama para outro lugar; o Candomblé. Esse estudo é tão pessoal que após dois anos, depois de muito tentar descobrir, Oxóssi resolveu aparecer em meu jogo e pegar a minha cabeça e decidir que ele é quem comanda o meu Ori e a ele eu devo a minha trajetória no sagrado. Para além dessas particularidades, considero que o arcabouço teórico desenvolvido no percurso investigativo foi satisfatório para que fossem explanados os objetivos em relação ao estudo da temática escolhida. A forma de olhar a construção das relações raciais no Brasil em paralelo com a educação de pessoas negras fez com que Mãe Stella seja colocada como protagonista na busca pelo resgate das nossas raízes afro-brasileiras; pontuo, não foi a minha pesquisa que a colocou como protagonista, foi ela, foram as pessoas ao seu redor que notaram que nela havia um arsenal de sabedoria e fortaleza matriarcal que essa terra tanto necessita para que possa promover mudanças igualitárias entre os indivíduos.

Outro ponto que me trouxe até aqui foi perceber as pessoas negras ao meu redor, desde a minha família aos colegas; do mestrado e de outros lugares. Possuo pai que tem pavor de dizer que é indígena, uma madrasta que tem pavor de falar sobre racismo, pois para ela não existe. Me perguntava: que pavor é esse que o racismo provocou nos nossos mais velhos. Como resgatá-los disso? O que dizer? O que fazer? Olhando para os mais novos, os vejo com mais poder de si, de quem são, do orgulho que sentem, mas que, intimamente, carregam dores do racismo que as vezes trava várias áreas de sua vida; incluso eu. Ainda sentimos as dores do racismo mas conseguimos encarar melhor todas elas pois o diálogo sobre empoderamento racial tem ganhado força aos longos dos anos.

Apresentar Ruth Landes, uma antropóloga estadunidense branca foi um desafio para mim, confesso que me questioneei muito. Qual o motivo de inserir uma mulher branca nas discussões raciais? Penso que está na hora das pessoas brancas discutirem sobre as relações raciais sob a ótica da branquitude, aqui apresentada por Cida Bento. Confesso também que me apaixonei pela escrita de Landes, me senti imersa naquela Salvador registrada por ela e nas festas da Candomblé, que hoje frequento com mais assiduidade.

Embarcar nas questões de gênero e sexualidade dentro do Candomblé foi necessário para que possa se desvelar o que acontece no interior da religião. Muitas casas ainda colocam pessoas transexuais vestidas de acordo com as suas genitálias. Isso precisa ser questionado em algum momento. Se o Ori é nosso maior orixá, como podemos estar errado em ser quem queremos ser?

Falar sobre a orientação sexual não declarada de Mãe Stella foi um forma que encontrei de avisar que a sexualidade de uma mulher, sobretudo de uma mulher preta, não será silenciada. Por mais que nunca tenha saído da boca dela como ela se identificava, era de fórum público suas

relações amorosas, e todes sabiam que ela se relacionou sempre com outras mulheres. Por isso, me sinto tranquila em ter abordado também esse tema, pois não estou nomeando ninguém, mas coligindo documentos e entrevistas deixadas pela mesma.

Toda essa construção eu já considero educativa por si só, mas Mãe Stella ainda foi além; não foram só seus sentimentos e corpo que educaram e educam uma nação. Ela foi a mulher que teve a consciência de que pessoas precisam de acesso à educação, seja em que local fosse; na escola, numa biblioteca, museu, ou bibliotecas itinerárias. As suas honrarias recebidas são o mínimo que essa grandiosa Senhora mereceu diante de todos os seus feitos e sabedoria.

Em suma, a elaboração do presente trabalho não tem como proposta findar um debate acerca da temática aqui apresentada, tampouco em relação às transformações apresentadas no decorrer desses escritos, mas sim, de colaborar para a reflexão de nossos processos educativos de vida, e sobre os passos que precisamos tomar para a desconstrução e reconstrução de pensamentos, preconceitos, silêncios e atitudes diante os processos de relações sociais raciais no país, que acredito que o caminho seja o diálogo, debates, problematizações fundamentadas nas histórias de vida dos sujeitos, além de embasamentos teóricos.

Não tenho a intenção de demonstrar o que é certeza e o que não é, nos diversos modos de pensar, mas busco colaborar com a categoria profissional de educadores, discentes, funcionários das mais diversas áreas. A Senhora do acarajé, o rapaz da corrente do trio elétrico, do ambulante que vende água nos nossos sambas para comemorar nosso povo preto. Tive como intenção buscar a importância de pensar o olhar que lançamos a outras/os/es, mediante ao que nos foi imposto culturalmente. A proposta foi questionar as nossas relações sociais, a tolerância que lançamos às violências praticadas contra corpos negros, desnaturalizando esse ato, sendo orientada pela intenção de desnaturalizar toda essa ocorrência, compreendendo que há no Brasil políticas públicas e legislações que punem e coíbem toda forma de discriminação racial, de gênero e LGBTQIPNA+fobia para a defesa e garantia dos direitos dessa população, ressaltando nosso comprometimento em fazer valer todas essas políticas públicas e legislações.

Agradecendo sempre aos nossos mais velhos, que lutaram para que hoje estivéssemos aqui. Nossos passos vem de longe... e chegarão longe... Jamais irão nos calar e parar!.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. **Subjetividade, Alteridade e Memória Social em Ruth Landes**. Disponível em:

ALMEIDA, B.A.M. SANCHES, P.L. **Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Revista pro.posições. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8649160/15724>. Acesso em: 04/06/2023.

BARROS, P.S. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX**. Revista da faculdade de educação da USP. 2016. Disponível em: SciELO - Brasil - **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX** **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX** . Acesso em: 05/06/2023.

BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 2a ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2002.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESTARO, Q.G. PICCOLO, D.F. **A História e o processo do tombamento material do Ilê Asé Òpó Àfonjá**. Bahia. 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132288.pdf>. Acesso em: 05/05/2021.

CLARO, F.S. **Narrativas e saberes do Candomblé e na construção da consciência histórica: A experiência decolonial da escola municipal Eugenia Anna dos Santos**. ANPUH-BRASIL – 31º Simpósio nacional de História. Rio de Janeiro, 2021.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 400p.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

FREITAS, R. et al. **Violência Contra as mulheres em Niterói- Notas**. V 12. n 1. Niterói.2011. Disponível em:<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/398>>;. Acesso em:17/03/2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação** . Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZALEZ, L.. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt01-14/4716-rabreu-subjetividade/file>. Acesso em: 05/06/2021.

JESUS, J.G. **XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA**.Revista Docência e Cibercultura,[S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>. Acesso em: 06/06/2023.

KERN, S,G. **AS RELAÇÕES ENTRE EUGENIA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE RENATO KEHL**. 38ª Reunião Nacional da ANPED – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA. Disponível em: trabalho_38anped_2017_GT02_1268.pdf . Acesso em: 05/06/2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro.UFRJ.2002.

LEMONS, K. **No Candomblé, quem é Homem e quem não é? Práticas Discursivas de Homens Trans**.Revista Latino Americana de Geografia e Gênero,v. 12, n. 1, p. 341367, 2021. ISSN 21772886.

LORDE, A. **The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House**. In: **Lorde,Audre. Sister outsider: essays and speeches**. Tradução de tatiana nascimento revisada em fevereiro de 2012.New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113.

MOLINA, T, S. **Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras**. 2011. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016 [1978].

OSORIO, G.R. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. IPEA. Brasília, 2021. Disponível em: [td_2657.pdf \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em: 04/06/2023.

OYĚWÙMÍ, O. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. CODESRIA Gender Series, v. 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Tradução para uso didático de Juliana Araújo Lopes.

Peres, M,C,C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : de 2014 até 2017** / Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares, Maria Clara Dias. – Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PORTO, I. **Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020. SBN: 978-65-00-09577-7.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual antirracista**. – 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ROCHA, S. **Educação eugênica na constituição brasileira de 1934**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: [Microsoft Word - 1305-1 \(udesc.br\)](#). Acesso em: 15/06/2023.

S.M,M.C, F,V,F. **O protagonismo do Irê Ayó na construção de uma pedagogia de formação integral: caminhos par a felicidade**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, nº Especial: Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais na composição da EPT, 2021 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

SANTOS, R,S et al. **Diversidade estrutural em Eugenia**. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 24, n. 3, p. 785-792, jul.-set., 2014. Disponível em: scielo.br/j/cflo/a/t3ymjBLCKqhc9Pf5s3PLgdD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15/06/2023.

SILVA, M. PEREIRA, M.M. **Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos.** Em Tempo de Histórias Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB)Nº. 22, Brasília, Jan. –jul. 2013.

SOUSA, R. A. S. de. **A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau.** Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=993

Tamano, L. (2022). **O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil.** Tempo. 28. 31-55. 10.1590/tem-1980-542x2022v280302.

VAINER, Carlos Bernardo. Estado e raça no Brasil: Notas exploratórias. In: Estudos afroasiáticos, n. 18, pp.103-18, 1990